



**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA**

Naiara Ramos

D.[†] Prof. José Geraldo Pedrosa (Orientador)

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA E A ANGLO-AMERICANIDADE NOS
ESCRITOS DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971**

Belo Horizonte

2021

Naiara Ramos

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA E A ANGLO-AMERICANIDADE NOS
ESCRITOS DE ANÍSIO TEIXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Ciência, Tecnologia e Trabalho: abordagens filosóficas, históricas e sociológicas.

Orientador: D.^r Prof. José Geraldo Pedrosa

Belo Horizonte

2021

Ramos, Naiara
R175e A educação profissional e técnica e a anglo-americanidade nos escritos de Anísio Teixeira do período de 1951 a 1971 / Naiara Ramos. – 2021.
173 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica.

Orientador: José Geraldo Pedrosa.

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

1. Teixeira, Anísio, 1900-1971 – 1951-1971 – Teses. 2. Ensino técnico – História – Teses 3. Ensino profissional – História – Teses. 4. Americanos de origem britânica – Brasil – Teses. 5. Intelectuais – História – Teses. I. Pedrosa, José Geraldo. II. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. III. Título.

CDD 370.904



CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA - PPGET
Portaria MEC nº 1.077, de 31/08/2012, republicada no DOU em 13/09/2012

Naiara Ramos

**“A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA E A ANGLO-AMERICANIDADE
NOS ESCRITOS DE ANÍSIO TELXEIRA DO PERÍODO DE 1951 A 1971”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 19 de agosto de 2021, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Tecnológica, aprovada pela Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Geraldo Pedrosa – Orientador
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Irlan Antônio Gonçalves
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Prof. Dr. Mário Lopes Amorim
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Que me fortaleceu durante este percurso.

Ao meu esposo, que esteve sempre ao meu lado, cuidando de mim e apoiando-me nesta trajetória de estudos.

Aos meus pais, que acreditaram e me apoiaram neste sonho.

Aos meus irmãos, Wagner e Calício, pela força.

Aos meus professores da graduação, especialmente à professora Rosana Rios Corgozinho, pelo incentivo aos estudos e por acreditar em minha capacidade antes de mim.

Ao querido e competente professor José Geraldo Pedrosa, pela oportunidade, por tantos ensinamentos, paciência e carinho durante o curso.

Aos estimados professores do PPGET, pelas excelentes aulas e muitos ensinamentos.

Ao professor Flavio Raimundo Giarola, pelas contribuições e disponibilidade na avaliação do projeto desta pesquisa.

Aos professores Irlen Antônio Gonçalves e Mário Lopes Amorim, pela disposição e cuidado na avaliação final desta pesquisa.

À minha querida amiga Juliana, que tanto me ajudou com suas palavras e acolhimento.

Às colegas fabulosas Fernanda e Glauciene, pela companhia nas viagens e hospedagens em Belo Horizonte, pela parceria e força nos estudos.

Aos colegas de trabalho do Senac, especialmente à Reislá, Milene, Pauliseia e Alexandre, que me incentivaram, apoiaram e contribuíram com a realização deste sonho.

Aos colegas de trabalho da escola Hermínia, pelo apoio e compreensão.

Aos colegas da turma 2019 do Mestrado em Educação Tecnológica, pelas trocas e momentos de alegria.

Ao Mauro Eustáquio Ferreira, pelo critério e profissionalismo na revisão da dissertação.

Ao Cefet-MG e ao PPGET, pela oportunidade de estudar numa instituição de excelência.

“Mas nós vibramos em outra frequência
Sabemos que não é bem assim
Se fosse fácil achar o caminho das pedras
Tantas pedras no caminho não seriam ruim.”
(HUMBERTO GESSINGER, *Outras frequências.*)

RESUMO

Esta dissertação apresenta, como objeto de estudo, as elaborações de Anísio Teixeira sobre educação profissional e as influências anglo-americanas em seus escritos no período compreendido entre 1951 a 1971. O trabalho apresenta a trajetória profissional de Anísio Teixeira, evidenciando suas principais atuações no âmbito político educacional no Brasil, conforme o período citado. As obras escritas, bem como os assuntos nos quais Anísio Teixeira se debruçou durante o período, foram categorizadas por eixos temáticos, pois entre 1951 a 1971 ele abordou assuntos variados relacionados à educação. Dentre os escritos mapeados foi realizada uma síntese sobre o pensamento de Anísio Teixeira relacionado à educação profissional e às referências anglo-americanas. As questões que nortearam a pesquisa focalizaram três pontos: quais as elaborações sobre educação e trabalho?; quais as abordagens sobre educação profissional e seu lugar no sistema nacional de educação?; e como é a presença das ideias de origem anglo-americana na composição do pensamento do autor? O objetivo dessas questões era analisar as elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica nos escritos anísianos de 1951 a 1971, buscando mediações com a cultura e a pedagogia pragmáticas de origens anglo-americanas. Todo o material foi analisado sob a perspectiva documental e bibliográfica. Duas bases conceituais, provenientes da história dos intelectuais e da análise do discurso foram referências da pesquisa. No tocante à história dos intelectuais, a referência foi o francês Jean-François Sirinelli. As referências da análise do discurso foram oriundas de Eni Puccinelli Orlandi. Anísio Teixeira, como um intelectual da educação, sob a perspectiva de Sirinelli (2003), foi um mediador da cultura educacional de John Dewey, fazendo circular as ideias do filósofo norte-americano no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. A trajetória política profissional de Anísio Teixeira, analisada no período da pesquisa, mostra o seu engajamento na vida pública, o que resultou em diversos entraves políticos em virtude de sua defesa pela escola pública, de boa qualidade e para todos. Os escritos de Anísio Teixeira que foram analisados revelam essa noção de engajamento público, pois sua escrita era uma das formas de intervenção no debate político educacional nas décadas de 1950 e 1960. Os textos de Anísio Teixeira publicados nesse período eram a materialização de seu discurso que foi publicado em diversos artigos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos do Inep e, posteriormente, organizados e publicados em forma de livros. Os resultados obtidos demonstram que as elaborações de Anísio Teixeira sobre educação profissional permanecem no período de 1951 a 1971, pois continua a defender a escola pública integral. Nesse período ele criou a Escola Parque, tida como um modelo a ser implantado no sistema nacional de educação, pois integrava a formação profissional à cultura geral. As referências de suas ideias educacionais continuam sendo os Estados Unidos da América, mesmo sendo um crítico da transformação da sociedade anglo-americana na fase imperialista. Anísio Teixeira permanece referenciando a pedagogia pragmática de John Dewey, que seria o caminho para instituição de uma sociedade democrática no Brasil.

Palavras-chaves: Educação profissional. Anísio Teixeira. Anglo-americanas. História dos Intelectuais.

ABSTRACT

This dissertation presents as its object of study the elaborations of Anísio Teixeira on professional education and the Anglo-American influences in his writings in the period between 1951 and 1971. The work presents the professional trajectory of Anísio Teixeira, highlighting his main performances in the educational political sphere in Brazil, according to the aforementioned period. The written works, as well as the subjects that Anísio Teixeira dealt with during the period, were categorized by thematic axes, since between 1951 and 1971 he addressed varied subjects related to education. Among the mapped writings, a synthesis was made about the thought of Anísio Teixeira related to professional education and Anglo-American references. The questions that guided the research focused on three points: what are the elaborations on education and work? what are the approaches to professional education and its place in the national education system? and how is the presence of Anglo-American ideas in the composition of the author's thought? The aim of these questions was to analyze the elaborations on school and work, education for work and professional and technical education in Anisian writings from 1951 to 1971, seeking mediations with the pragmatic culture and pedagogy of Anglo-American origins. All material was analyzed from a documentary and bibliographic perspective. Two conceptual bases, from the history of intellectuals and from discourse analysis, were references in the research. Regarding the history of intellectuals, the reference was the Frenchman Jean-François Sirinelli. The discourse analysis references came from Eni Puccinelli Orlandi. Anísio Teixeira, as an intellectual of education, from the perspective of Sirinelli (2003), was a mediator of the educational culture of John Dewey, circulating the ideas of the American philosopher in Brazil in the 1950s and 1960s. The professional political trajectory of Anísio Teixeira analyzed during the research period shows his engagement in public life, which resulted in several political obstacles due to his defense of public schools, of good quality and for everyone. The writings of Anísio Teixeira that were analyzed reveal this notion of public engagement, as his writing was one of the forms of intervention in the educational political debate in the 1950s and 1960s. The texts by Anísio Teixeira published in this period were the materialization of his speech, which was published in several articles in the Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos of Inep and later organized and published in the form of books. The results obtained demonstrate that Anísio Teixeira's elaborations on professional education remain in the period from 1951 to 1971, as he continues to defend the integral public school. During this period, he created the Escola Parque, seen as a model to be implemented in the national education system, as it integrated professional training with general culture. The references of his educational ideas are still the United States of America, even though he is a critic of the transformation of Anglo-American society in the imperialist phase, Anísio Teixeira continues to refer to John Dewey's pragmatic pedagogy, which would be the path to the institution of a democratic society in Brazil.

Keywords: Professional education. Anísio Teixeira. Anglo-Americans. History of Intellectuals.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produtos que contemplam Anísio Teixeira como objeto de estudo.....	22
Tabela 2 – Fonte da pesquisa – escritos de Anísio Teixeira de 1951 a 1971.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matrículas por ciclos e séries.....	140
Quadro 2 – Despesas públicas e particulares com o ensino em 1951 (Cr\$ 1.000).....	143
Quadro 3 – Evolução do ensino médio, das oportunidades do trabalho e da população em idade escolar. Período – 1940–1950.....	149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE	– Associação Brasileira de Educação.
ABL	– Academia Brasileira de Letras.
ANPAE	– Associação Nacional de Política e Administração da Educação.
ANPAE	– Associação Nacional de Professores de Administração Escolar.
ANPEd	– Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.
BNDES	– Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social.
CALDEME	– Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino.
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBAI	– Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial.
CBPE	– Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
CCSE	– Coleção Cultura, Sociedade e Educação.
CEFET	– Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
CEPE	– Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais.
CFE	– Conselho Federal de Educação.
CHEAR	– Conselho de Educação Superior das Repúblicas Americanas.
CNE	– Conselho Nacional de Educação.
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNV	– Comissão Nacional da Verdade.
CPDOC	– Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito.
CRPE	– Centro Regional de Pesquisas Educacionais.
DAM	– Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério.
DDIP	– Divisão de Documentação e Informação Pedagógica.
DEPE	– Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais.
DEPS	– Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais.
EBAP	– Escola Brasileira de Administração Pública.
EPEM	– Equipe de Planejamento do Ensino Médio.
EUA	– Estados Unidos da América.

FGV	– Fundação Getúlio Vargas.
GOT	– Ginásios Orientados para o Trabalho.
IESAE	– Instituto de Estudos Avançados em Educação.
INEP	– Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira.
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
MEC	– Ministério da Educação e Cultura.
OEA	– Organização dos Estados Americanos.
ONU	– Organização das Nações Unidas.
OPA	– Operação Pan-Americana.
PNE	– Plano Nacional de Educação.
RBEP	– Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos.
SBPC	– Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.
SELIBA	– V Semana do Livro Baiano.
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
UdB	– Universidade do Brasil.
UDF	– Universidade do Distrito Federal.
UDN	– União Democrática Nacional.
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UnB	– Universidade de Brasília.
UNE	– União Nacional dos Estudantes.
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
UFBA	– Universidade Federal da Bahia.
URGS	– Universidade do Rio Grande do Sul.
USAID	– United States Agency for International Development.
USP	– Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 ITINERÁRIO DE ANÍSIO TEIXEIRA NO PERÍODO DE 1951 A 1971.....	34
Preâmbulo.....	34
1.1 Breve síntese da trajetória de Anísio Teixeira de 1924 a 1951.....	34
1.2 O retorno à Bahia.....	36
1.3 Anísio Teixeira no MEC: Capes, Inep e CBPE.....	38
1.3.1 Na Secretaria-Geral da Capes.....	38
1.3.2 Na Diretoria do Inep.....	39
1.3.3 No Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.....	41
1.4 A docência na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.....	46
1.5 Anísio Teixeira no debate da LDB/1961.....	48
1.6 Os embates políticos de Anísio Teixeira.....	51
1.7 A circulação de Anísio Teixeira em âmbito internacional.....	57
1.8 A atuação de Teixeira em Brasília e a UnB.....	60
1.9 A atuação no Conselho Federal de Educação e a Reforma Universitária.....	66
1.10 Últimas atividades profissionais de Anísio Teixeira na FGV e na Companhia Editora Nacional.....	69
1.11 Homenagens a Anísio Teixeira.....	72
2 A ESCRITA E O REPERTÓRIO TEMÁTICO DE ANÍSIO TEIXEIRA NO PERÍODO DE 1951 A 1971.....	75
Preâmbulo.....	75
2.1 A escrita de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971: breve contextualização.....	75
2.2 Ciência e tecnologia no pensamento de Anísio Teixeira.....	79
2.3 O ensino superior no Brasil e a universidade brasileira.....	89
2.4 A construção do sistema nacional de educação.....	96
2.4.1 A defesa da escola pública e o planejamento da educação.....	103
2.4.2 Democracia e os sistemas estaduais de educação.....	107
2.4.3 Anísio Teixeira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.....	111
2.4.4 A formação de professores.....	114
2.5 A educação e a sociedade brasileira.....	115

3 ELABORAÇÕES SOBRE ESCOLA E TRABALHO, EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA.....	120
Preâmbulo.....	120
3.1 A escrita de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971 sobre o desenvolvimento tecnológico e as transformações da civilização moderna.....	120
3.2 A relação de Anísio Teixeira com os EUA no período de 1951 a 1971.....	125
3.3 Escola e trabalho – origem do sistema de ensino no Brasil.....	131
3.4 A escola elementar e a formação da cultura do trabalho.....	134
3.5 O ensino secundário brasileiro no período de 1951 a 1971.....	139
3.6 Educação profissional e técnica no período de 1951 a 1971.....	145
3.7 Movimento de transformação da escola secundária.....	153
3.8 Reforma educacional no período militar.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
REFERÊNCIAS.....	167

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem ancoragem em dois outros estudos já realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) sobre a obra escrita de Anísio Teixeira, tendo em vista o mapeamento das elaborações sobre educação e trabalho e das apropriações da anglo-americanidade no pensamento educacional desse destacado intelectual da educação brasileira. O primeiro estudo foi realizado por Silva (2016) e focalizou escritos do período que vai de 1925 a 1927, quando Teixeira se torna inspetor da instrução pública na Bahia e viaja à Europa (1925) e aos Estados Unidos da América (USA) (1927), em busca de motivações e inspirações educacionais. O segundo estudo foi realizado por Santos (2018) e focalizou os escritos de Teixeira do período de 1929 a 1951. Nesse período Teixeira retornou ao Brasil após segunda temporada nos EUA, quando cursou mestrado na Universidade da Colúmbia com John Dewey. Na volta ao Brasil Teixeira passou pela Bahia, mas já em 1931 assumiu a Secretaria da Educação no Distrito Federal com a missão de implementar reformas que servissem de referência para o país. Teixeira ficou no Distrito Federal (DF) até 1935, quando pediu demissão em decorrência de conflitos com as escolas privadas religiosas e com os setores conservadores da educação que o acusavam de conluio com os comunistas. Após sua demissão Teixeira retornou para a Bahia para, segundo ele próprio, um período sabático. Esse segundo período (1929–1951), estudado por Santos (2018), é encerrado quando Teixeira, aos 51 anos de idade, assume o comando do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação (Inep), acumulando o cargo de secretário-geral da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), atuando nessas instituições até 1964.

Na sequência desses dois estudos a pesquisa que deu origem a esta dissertação tomou como fonte de pesquisa os escritos de Anísio Teixeira do período de 1951 a 1971, buscando verificar duas questões principais: as elaborações referentes à educação para o trabalho ou à educação profissional e a circulação de ideias e apropriações da anglo-americanidade.

Ao comparar os escritos de Teixeira sobre as viagens por ele realizadas à Europa (1925) e EUA (1927), Silva (2016) concluiu que a última viagem foi um divisor de águas na vida do jovem intelectual baiano. Teixeira ficou entusiasmado com a pedagogia pragmática de John Dewey. Conforme relata Silva (2016), Anísio Teixeira ficou “vivamente impressionado” ao ver as oficinas dentro das escolas. Isso tanto o animou que alguns anos depois foi pioneiro ao criar as escolas técnicas secundárias no Distrito Federal (DF), em 1932.

Já, em 2018, Santos concluiu dissertação com o título “Escritos de Anísio Teixeira do período de 1929 a 1951: leituras da americanidade a partir das viagens à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927 E 1929)”. O objetivo foi verificar as possíveis apropriações anglo-americanas nos escritos de Teixeira do referido período.

Ao analisar os escritos após a experiência anglo-americana, Santos (2018) conclui que Anísio Teixeira teve seu pensamento totalmente renovado: antes uma pessoa com admiração pela aristocracia e monarquia, agora um republicano democrata.

Tamanha é a mudança do pensamento de Teixeira, que em 1925 declarou em seus escritos ser contrário à ideia de uma escola única que lhe fora apresentada por Carneiro Leão, um dos importantes intelectuais da educação à época. Na década seguinte, em atuação na capital federal, Anísio Teixeira defendeu a escola única, gratuita, pública e laica, sendo contra o modelo dualista que existia no Brasil, no qual fortalecia o distanciamento de classes sociais. Santos (2018) afirma que essa mudança em seu pensamento tem forte influência das viagens e experiências vivenciadas nos EUA.

As duas dissertações mostraram como são significativas as apropriações anglo-americanas no pensamento de Anísio Teixeira. Silva (2016), ao comparar os escritos de viagens de Teixeira, identificou a inclinação para a educação do jovem educador baiano, após a primeira viagem aos EUA, ao entusiasmar-se com as teorias e práticas que lá conheceu. Esse entusiasmo continuou com Teixeira a ponto de voltar ao país da América do Norte para estudar e, pouco tempo depois, fazer circular no Brasil suas apropriações feitas nos EUA, no Movimento Escola Nova, por meio de seus escritos e suas ações nos cargos que ocupou até 1935, conforme apresentou Santos (2018).

Anísio Teixeira constituiu-se educador no percurso de seu trabalho, ao longo de sua vida por meio de muitos estudos, cursos, viagens e experiências administrativas. Bacharel em Direito e nascido em família influente na política, foi convidado a ocupar um cargo público na área educacional na Bahia, situação que o colocou diante de um desafio. Esse talvez tenha sido importante marco para sua vida profissional, pois, a partir dessa experiência, se inicia sua trajetória como intelectual, educador e gestor da educação.

Anísio Teixeira foi um intelectual muito atuante no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932¹. Iniciou sua carreira na Bahia em 1924 e atuou também no Distrito Federal no período 1931–1935 e na década de 1960. Entre idas e vindas, regressou à Bahia, no governo de Otávio Mangabeira, pelo qual foi convidado a assumir a Secretaria de

¹ Movimento que aconteceu a partir Europa e dos Estados Unidos da América que tinha como causa a renovação da educação, modernização dos métodos de ensino e da escola.

Educação e Saúde, de 1947 a 1951. Foi nesse período que Anísio Teixeira inaugurou, em 1950, a Escola-Parque, localizada num bairro pobre de Salvador. A Escola-Parque era uma escola de tempo integral, na qual o aluno seria preparado para a vida, para a cidadania e para o trabalho. Esse projeto legitimou o intelectual baiano como uma referência nacional e internacional, ao atrair muita gente para visitar e conhecer a proposta da escola e com ele trocar ideias.

Antes de assumir a Secretaria de Educação e Saúde pela segunda vez na Bahia, Anísio Teixeira atuou na função de conselheiro da educação superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), de 1946 a 1947. Recebeu o convite no período em que estava afastado das atividades políticas, mas deixou este cargo para retornar à vida pública no Brasil, especificamente na Bahia.

Durante a década de 1950, Anísio Teixeira muito trabalhou pela educação. À frente do Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (Inep), Anísio Teixeira criou no Rio de Janeiro, em 1952, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e desse órgão originaram-se outros centros de pesquisas regionais em algumas capitais brasileiras com o objetivo de fomentar a pesquisa na área educacional, que era uma carência do país nesse período.

A promoção de pesquisas na área das humanidades no Brasil foi também motivada pela atuação de Anísio Teixeira à frente do Inep e da Capes. A ideia de Teixeira, que defendia um ensino público, laico e de boa qualidade para todos, seria a possibilidade de transformação social por meio da escola. Essa ideia era inovadora para a mentalidade das elites brasileiras, o que lhe trouxe como consequências algumas reações e perseguições.

De 1928 a 1971, lutou, trabalhou, pregou, realizou para resolver problemas da nossa educação. Atuou em todos os níveis. Nunca lhe deixaram o caminho livre. Cívicos, militares e religiosos identificaram-se na tarefa inglória de impedir a sua ação inovadora. Pregaram-lhe nas costas etiquetas mais mentirosas (...) COMUNISTA, SUBVERSIVO, TEÓRICO, AMERICANÓFILO, ESTRANGEIRADO. (COUTINHO *apud* Teixeira, 2007, p. 16.) (*Destaques do autor.*)

A história parecia repetir-se na vida do intelectual baiano, no que se refere às perseguições políticas. Se em 1935 Anísio Teixeira deixara o cargo de secretário de educação do Distrito Federal, em 1958 resistiu às pressões e continuou no Inep. Segundo Cassim (1994), nesse período havia um grupo de religiosos católicos que fomentou uma campanha contra Teixeira, acusando-o de marxista e defensor do monopólio estatal da educação. Esse movimento ficou conhecido como Memorial dos Bispos, pelo qual a Igreja Católica

pressionou o ministro da Educação, à época Clóvis Salgado, a demitir Teixeira do Inep. Uma das estratégias de defesa de Anísio Teixeira foi a publicação de textos na imprensa para explicar seu posicionamento político, que nada tinha a ver com as acusações. Dessa forma, o experiente Teixeira ganhou apoio de pessoas importantes das mais variadas representatividades sociais brasileiras, inclusive de autoridades religiosas da Bahia. O livro *Educação não é privilégio* (TEIXEIRA, 2007) é uma resposta a essa perseguição. O livro trata do dualismo da educação no Brasil, ou seja, ensino elementar para todos e secundário e superior apenas para as elites.

Também foi nesse período que Anísio Teixeira participou da criação e inauguração da Universidade de Brasília (UnB), em parceria com Darcy Ribeiro e com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em que atuou como reitor no período de 1963 a março/1964, sucedendo Darcy Ribeiro, que comandou a reitoria de 1961 a 1962. O modelo de gestão da UnB mostrava independência e autonomia e oferecia cursos de graduação e pós-graduação. A proposta de criar um grupo de pesquisadores capazes de identificar problemas e propor soluções no âmbito das ciências humanas era considerada ousada e inovadora à época.

Com o golpe civil-militar que depôs João Goulart da presidência da República em 1964, Anísio Teixeira foi afastado do cargo de reitor da UnB e sentiu-se desconfortável em continuar no país. Diante desse fato, o intelectual retornou aos EUA, onde lecionou em algumas universidades como “professor visitante”: Columbia University, em 1964; New York University, em 1965; e University of California, em 1966. “Respondeu à violência com o seu trabalho, o trabalho possível, como professor visitante em universidades estrangeiras” (NUNES, 2000, p. 12).

Em 1966 foi publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos um discurso proferido por Anísio Teixeira numa conferência nos EUA. Nesse texto Anísio Teixeira faz uma reflexão sobre uma possível parceria e cooperação entre EUA e os países da América Latina, com a possibilidade de contribuição para o desenvolvimento dessas nações a partir da experiência social e escolar anglo-americana.

Transformar o trabalho da educação em uma espécie de engenharia social não é fácil, mas para isto é que se encaminha a nova tecnologia do ensino, com as *teaching-machines*, *os programming-teaching*, *o teamteaching* e todo esse mundo dos últimos avanços tecnológicos. É, sem dúvida, possível uma nova oportunidade de cooperação entre os Estados Unidos e as vizinhas nações latino-americanas no campo da educação. (TEIXEIRA, 1966.)

Outra pauta de Anísio Teixeira nesse período (1951 a 1971) foi a formação de professores. A propósito, a formação de professores foi uma pauta constante durante toda a

atuação educacional de Anísio Teixeira. Ainda nesse mesmo período Anísio Teixeira escreveu outro texto sobre *formação docente*². Nesse texto, ele volta a criticar a dualidade do ensino no Brasil, reflexo da divisão social do trabalho: ensino primário e profissionalizante para os filhos de quem vive do trabalho e o ensino secundário e superior para os filhos das elites. Teixeira salientava a necessidade de atenção à formação dos professores que atuavam no ensino primário e profissional público, após a significativa expansão do ensino primário no Brasil, emergindo agora outra situação. “Nesta situação, sobretudo confusa, o problema da formação do magistério faz-se o problema máximo da educação brasileira.” (TEIXEIRA, 1966).

No período após 1951 Teixeira manteve-se bastante ocupado e envolvido em diversos projetos públicos, além das funções já relacionadas. Foi membro do Conselho Federal de Educação³ e consultor da Companhia Editora Nacional, em que já havia atuado como tradutor de livros.

Um dos últimos trabalhos de Anísio Teixeira iniciou-se em 1966, quando retornou ao Brasil e assumiu função de consultor na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Nessa circunstância ele se reencontra com Joaquim Faria Góes Filho e juntos trabalham nos cursos de pós-graduação, visando ao desenvolvimento das ciências humanas. No último texto escrito por Teixeira, entregue à FGV em 1971, os temas abordados foram cultura e tecnologia, um ensaio sobre um assunto que estava em voga no pós-guerra.

Em 1969, a Junta Militar escolheu o novo presidente do Brasil: o general Emílio Garrastazu Médici. Seu governo é considerado o mais duro e repressivo do período que ficou conhecido como “anos de chumbo”. A repressão à luta armada cresce e uma severa política de censura é executada. Jornais, revistas, livros, peças de teatro, filmes, músicas e outras formas de expressão artística são censurados. Muitos professores, políticos, músicos, artistas e escritores são investigados, presos, torturados ou exilados. Foi nesse período que Anísio Teixeira foi encontrado morto em 1971, no fosso de um elevador, sendo sua morte um fato que não esclarecido pelas autoridades dessa época. A Comissão da Verdade⁴ concluiu em 2016 tratar-se de um assassinato político e, não, um acidente.

² O texto “O problema de formação do magistério” foi escrito por Anísio Teixeira e publicado na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Brasília, v. 46, n. 104, out./dez. 1966, p. 278–287).

³ O Conselho Federal de Educação (CFE) mudou o nome para Conselho Nacional de Educação (CNE), em 1995, instituído pela Lei n.º 9.131.

⁴ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei n.º 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988.

O período de 1951 a 1971 foi marcado por significativa atuação de Anísio Teixeira em âmbito federal. Nessa época foram publicados diversos textos de sua autoria, em variados veículos de comunicação, com destaque para a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos⁵. Dentre esses vários artigos que fazem análises e reflexões sobre diversos aspectos da educação no Brasil estão algumas entrevistas concedidas à imprensa, discursos proferidos em conferências, congressos e solenidades, folhetos e alguns boletins informativos.

Os livros publicados nesse período são, em boa parte, coletâneas de textos e discursos de Anísio ao longo de sua carreira pública. Nas notas explicativas o autor tinha o cuidado de informar ao leitor que o livro não constituía um estudo acadêmico, mas, um conjunto de assuntos importantes que foram debatidos no âmbito da educação brasileira. “Em cada um, reunia conferências, trechos de relatórios e artigos, tematizando seu fértil trabalho intelectual, antes disperso em revistas e boletins” (CASSIM *apud* TEIXEIRA, 2007, p. 17). Serão destacados na presente pesquisa os seguintes livros: *Educação não é privilégio*, *Educação é um direito*, *A educação e a crise brasileira*, *Educação e o mundo moderno*, *Educação e universidade*, *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*, *Diálogo sobre a lógica do conhecimento* e *Educação no Brasil*.

O livro *Educação não é privilégio*, publicado em 1957, é fruto dos discursos em dois eventos importantes dos quais Anísio Teixeira participou. Um desses eventos é a Conferência “Educação não é privilégio”, do ano de 1953, cujo público era de profissionais da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp), pertencente à Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Outro evento é o “I Congresso Estadual de Educação”, realizado em Ribeirão Preto, em 1956, do qual participaram profissionais da educação básica e outros, inclusive da educação profissional. De acordo com Cassim (1994), essa obra foi polemizada antes mesmo de ser publicada, em decorrência do conteúdo do discurso de Anísio Teixeira proferido na conferência de 1953, que lhe rendeu um forte entrave político, ao abordar o assunto “dualismo do ensino brasileiro” e provocar a elite religiosa.

Em *Educação e a crise brasileira*, de 1956, Teixeira chamou atenção para o crescimento industrial e econômico do país, bem como a urbanização, e faz uma crítica à escola pública, que não acompanhou esse crescimento e continuava com os velhos problemas: a precariedade, a deficiência na formação de professores e difícil acesso e permanência dos mais pobres, a multiplicação das unidades escolares de forma desordenada e a má qualidade do ensino.

⁵ A RBPE foi a primeira revista com relevância nacional para publicação de artigos científicos que tratava de diversos assuntos relacionados a ciências sociais e humanas.

Nesse cenário apontava o crescimento e o fortalecimento da rede privada de escolas, com foco no diploma e, não, na aprendizagem e no progresso individual. Anísio Teixeira faz uma abordagem da educação básica nos níveis e nas modalidades primária, secundária e profissional e, também, do ensino superior. Nessa obra ele demonstra otimismo e esperança com o avanço da educação com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB/1961) e o desenvolvimento das ciências humanas, que poderiam colaborar para resolver muitos dos problemas educacionais apontados.

Em 1969, Anísio publicou *Educação no Brasil*, uma releitura do livro *Educação e a crise brasileira* (1956), com a inclusão de novos capítulos, para tratar do debate anterior e posterior à publicação da LDB/1961; mostra como o Brasil permanecia atrasado e sem instituir um sistema de educação popular consistente.

O livro é uma tentativa de responder ao desafio da crise, elucidando a sua complexidade e acentuando a necessidade de se continuarem os estudos a fim de descobrir os melhores caminhos para progressivo e contínuo encaminhamento de possíveis soluções. (TEIXEIRA, 1969. s/p.)

Ainda focalizando o debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, Teixeira escreveu *Educação é um direito*, publicado em 1968. De acordo com o autor, a LDB/1961 estimulou a publicação dessa obra, que apresenta uma ideia de planejamento da educação pública para ser aplicada aos estados brasileiros, o que requeria um Estado democrático. Nessa abordagem, a Bahia, terra sua natal, seria o modelo dessa política, que Anísio Teixeira chamou de inovadora.

Anísio Teixeira foi um estudioso dos problemas da educação brasileira e acreditava que o meio para alcançar melhores resultados seria o investimento em pesquisas e estudos, além do diálogo acadêmico com as ciências humanas. Para isso e por isso militou tanto para a estruturação do ensino superior no Brasil. Foi o fundador da Universidade do Distrito Federal (UDF) (1935) e cofundador da UnB (1961), atuando no Inep e na Capes, quando criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) para fomento às pesquisas no Brasil. Nesse período também foram escritos dois livros de sua autoria que fazem importantes análises sobre o ensino superior: *Educação e universidade*” e *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*.

A obra *Educação e universidade*, publicada em 1998, reúne escritos de Anísio Teixeira do período de 1967 a 1969. Trata-se de uma análise da função da universidade pública e da necessidade de uma reforma universitária no Brasil. Destaca também que a

escola superior tem por objetivo, além de formar professores, produzir pesquisas a partir de experiências práticas da docência.

A universidade no Brasil surge tardia e muito restrita às elites. Surge inspirada em modelos europeus.

A presença norte-americana só vai se tornar significativa na vida acadêmica brasileira mais tarde, nos anos 60, quando os campos da sociologia, da antropologia e da ciência política passam a ter conexão com autores e correntes provenientes da produção norte-americana. (OLIVEIRA, 2000, p. 21.)

O livro *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*, publicado em 1989, dezessete anos após a morte de Anísio Teixeira, foi organizado pela Fundação Getúlio Vargas em doze capítulos e prefaciado por Luiz Vianna Filho, amigo da família de Teixeira. A obra apresenta uma análise da evolução histórica do ensino superior no Brasil desde a colônia até a república e trata principalmente de dois decretos-leis: o de n.º 53, de 18 de novembro de 1966; e o de n.º 252, de 28 de fevereiro de 1967. Anísio Teixeira expõe uma proposta para a organização de um sistema de ensino superior no Brasil, mas sinaliza que é preciso superar a resistência nacional.

A divisão se faria entre três níveis do ensino superior: o primeiro nível seria do ensino superior geral e básico, propedêutico, ou de carreiras curtas, com dois ou três, e mesmo quatro anos de curso; o segundo, o dos cursos profissionais ou acadêmicos longos, com três ou quatro anos de estudos; e o terceiro, com os estudos pós-graduados de dois e mais anos. As escolas e institutos seriam especificamente desses três níveis, com administração e professorados distintos, embora algum professor pudesse, em certos casos, ensinar em mais de um nível. Além disso, cada curso teria um currículo baseado em disciplinas principais e complementares, maiores e menores, que marcasse o caráter da especialização visada. (TEIXEIRA, 1989, p. 273.)

A obra *Educação e o mundo moderno* também foi publicada em 1969 e reúne os escritos de 1953 a 1964. Nesses escritos Teixeira, inspirado na filosofia de Dewey, aborda o mundo e a complexa sociedade moderna, refletindo sobre o grande desafio da educação nesse contexto social. “Mas aí de nós, que nossa civilização se fez, tão complexa, difícil, contraditória e vertiginosamente dinâmica, que compreendê-la e ensiná-la se vem constituindo tremenda tarefa” (TEIXEIRA, 1969, p. 202). Anísio Teixeira aposta na ciência como um caminho para compreensão dos problemas sociais do mundo moderno que impactam diretamente na escola: “[...] via única de explicação e interpretação dos inúmeros problemas surpreendentes que a própria ciência vem criando” (TEIXEIRA, 1969, p. 202).

As questões da pesquisa que deu origem à minha dissertação têm como sujeito o intelectual Anísio Teixeira e como objeto os escritos do período de 1951 a 1971 que focalizam três pontos: 1) as elaborações sobre educação e trabalho; 2) as abordagens sobre educação profissional e seu lugar no sistema nacional de educação; e 3) a presença das ideias de origem anglo-americana na composição do pensamento do autor.

Esta dissertação, como já mencionado, tem ancoragem em duas pesquisas já realizadas no Mestrado em Educação Tecnológica do Cefet-MG, que abordaram os escritos de Anísio Teixeira dos períodos de 1925–1927 e de 1929–1951. A proposta é pesquisar os escritos de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971.

Em virtude da expressividade de sua atuação na esfera pública, de seu engajamento e protagonismo em movimentos educacionais ou de sua vasta obra escrita⁶, Teixeira é um sujeito que já foi muito pesquisado, dando origem a diversas dissertações, teses e outros produtos acadêmicos (SILVA, 2016).

Em referência às pesquisas já realizadas sobre Anísio Teixeira, Carvalho (2014) pesquisou no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) os trabalhos acadêmicos que têm Anísio Teixeira como objeto de estudo, no período de 1987 a 2011. Os produtos encontrados são apresentados na TABELA 1.

Tabela 1 – Produtos que contemplam Anísio Teixeira como objeto de estudo

Pensamento educacional de Anísio Teixeira	22
Projetos educacionais de Anísio Teixeira	12
Movimento Escola Nova e Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova	9
Anísio Teixeira como gestor educacional	3
Estudos biográficos sobre Anísio Teixeira	3
TOTAL	49

Fonte: CARVALHO (2014).

Em 2015, Silva realizou estudo complementar sobre outros trabalhos acadêmicos realizados após 2011. Entre 2014 e 2018 duas dissertações realizadas no Cefet-MG, que contemplam escritos de Anísio Teixeira como objetos de estudos são intituladas: *Representações sobre Europa e América e suas escolas: comparação entre relatos de viagens*

⁶ Segundo Geribelo (1977, p. 188–205), a bibliografia de Anísio Teixeira, compreende um total de 268 publicações, incluindo livros, artigos de revistas e jornais, entrevistas, discursos, conferências, relatórios administrativos, prefácios, obras estrangeiras e traduções.

do jovem Anísio Teixeira (1925–1927); e Escritos de Anísio Teixeira do período de 1929 a 1951: leituras da americanidade a partir das viagens à Europa (1925) e Estados Unidos da América (1927 e 1929).

Ainda sobre levantamento de pesquisas que tratam Anísio Teixeira como objeto de estudo, destacam-se outros produtos conforme pesquisa realizada pela autora desta dissertação em janeiro de 2019, no sítio eletrônico que contém a base de dados de pesquisas brasileiras – Capes. Utilizou-se “Anísio Teixeira”, no período 2015 a 2018 como descritor de busca.

No ano de 2015, dissertação escrita por Gabriela Borges Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o título *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: mapeamento do conceito de ciência na pesquisa educacional (1944–1971)* aborda a RBPE na condição de principal canal de publicação das pesquisas na área educacional. Anísio Teixeira não é o objeto de estudo, embora seja contemplada sua significativa atuação no período dessa pesquisa. Silmara de Fátima Cardoso, da Universidade de São Paulo, pesquisou o ideário de educação brasileiro nos diários e relatórios de viagens a Europa e EUA, de Teixeira, de 1925 a 1927, em sua tese, no ano de 2015. Além de publicar um livro com o mesmo título de sua tese: *Viajar é inventar o futuro: narrativas de formação e o ideário educacional brasileiro nos diários e relatório de Anísio Teixeira em viagem à Europa e aos Estados Unidos (1925–1927)*, em 2014. Ainda em 2015, Adriana Dias de Moura, da Universidade Federal do Pará, trata do pensamento de Teixeira como objeto de estudo, ao comparar seu pensamento com o de Paschoal Lemme, em sua dissertação intitulada: *Educação e democracia: um estudo comparado entre o pensamento de Paschoal Lemme (1904–1997) e o de Anísio Teixeira (1900–1971)*.

A dissertação de César Claudino Pereira, de 2016, da Universidade Federal do Acre, também utiliza a escrita de Anísio Teixeira como objeto de estudo em *O pensamento de Anísio Spínola Teixeira na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP (de 1952 a 1964)*. Ainda em 2016, Wilson da Silva Santos, da Universidade de Campinas, escreveu a tese *O liberalismo em Anísio Teixeira: os fundamentos para uma educação pública*.

Márcia Helena Amâncio, da Universidade de Brasília, escreveu a tese *As batalhas de Anísio Teixeira: análise do contexto de influência do I Plano Nacional de Educação*, em 2017, e estudou o pensamento político e pedagógico de Teixeira no I PNE – 1963 a 1970. Por fim, também em 2017, Michele Cristine da Cruz Costa, da Universidade Estadual de Campinas, trata em sua tese sobre o debate entre liberais e a esquerda, para a modernização da escola (Manifesto dos Pioneiros de 1932 e 1959), cujo título é *Em defesa da modernidade na*

educação: os liberais e a esquerda nos manifestos de 1932 e 1959. Anísio Teixeira é um dos atores principais que participava desse debate.

Foram também realizadas pesquisas pela autora desta dissertação no sítio eletrônico de periódicos da Capes; em 2017 e 2018 foram publicados três artigos que abordam questões relativas a Anísio Teixeira: *A organização do trabalho didático na proposta da escola parque de Anísio Teixeira*; *Educação de tempo integral no Brasil, passos e descompassos: de Ruy Barbosa e Anísio Teixeira aos dias atuais*; e *Representações do jovem Anísio Teixeira sobre a Europa e suas escolas (1925)*.

Embora tenham sido realizados muitos estudos sobre Anísio Teixeira, a presente pesquisa justifica-se pela continuidade dos estudos sobre as elaborações referentes à educação profissional e influências anglo-americanas na atuação e na obra escrita de Teixeira, no período de 1951 a 1971, que ainda não foi estudado.

O objetivo principal da pesquisa é analisar as elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica nos escritos anísianos de 1951 a 1971, buscando mediações com a cultura e a pedagogia pragmática de origens anglo-americanas.

Para tal análise foi necessário situar a trajetória de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971: lugares de atuação no Estado e governos, participação em entidades ou movimentos pela educação pública, assinatura de manifestos e outros; realizar o mapeamento e categorização do repertório de temas educacionais abordados por Teixeira nos escritos do período; e, por fim, identificar, nos mesmos escritos, elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica.

Duas bases conceituais, provenientes da história dos intelectuais e da análise do discurso são referências da pesquisa. No tocante à história dos intelectuais a referência é o francês Jean-François Sirinelli. As referências da análise do discurso são oriundas de Eni Puccinelli Orlandi.

A história dos intelectuais é uma perspectiva historiográfica relativamente recente. Foi nos anos 1970 que se tornou “[...] um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural.” (SIRINELLI, 2003, p. 232).

Sirinelli (2003) diz da complexidade para se fazer a história do intelectual, pois a história do político esbarra com a história política, e forma-se, então, uma teia que se inter-relaciona, “cruzamento da biografia e do político”. Isso significa para o pesquisador que seja necessário estudar o intelectual de maneira global, perpassando por seu pensamento, pela sua

ação, identificando por que agia e para quem agia. Somando-se a isso, passa por essa definição a idade dos fatos, por ser uma história recente, com grande proporção ideológica, na qual o próprio pesquisador está próximo e, por isso, o risco de envolver-se na pesquisa.

Segundo Sirinelli (2003), geralmente os intelectuais formavam grupos restritos que pertenciam às elites. A ação do intelectual é breve e curta e não pode ter questionada sua influência nos fatos: às vezes se confunde história dos intelectuais com história das ideias políticas. Para compreensão dos fatos atribuía-se menor relevância na identificação da origem das ideias dos intelectuais, em que elas nascem e por que surgem. É nesse sentido que o autor destaca que para compreender as teorias é necessário estudar quem as elaborou e como foram pensadas para tal elaboração, o que se define como embasamento do pensamento.

A partir da década de 1970, a história dos intelectuais passou a ser reconhecida e despertou o interesse dos historiadores, pelo valor da própria história dos intelectuais e pela “[...] evolução do *status* da história política e da história recente” (SIRINELLI, 2003, p. 237). A ascensão dos historiadores que fazem a história dos intelectuais deu-se com a crise dos próprios intelectuais: “(...) foi quando começou a ser dessacralizado que o intelectual pôde se tornar um objeto da história sobre o qual o historiador não mais hesitou em lançar sua rede.” (SIRINELLI, 2003, p. 240).

Passa pela definição do termo intelectual, conforme Sirinelli destaca, duas acepções: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os ‘mediadores’ culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento.” (SIRINELLI, 2003, p. 242).

Sirinelli (2003) define que, em sentido amplo, o intelectual é o ator político, que possui formação cultural e política, e partindo dessa ideia, seriam: jornalistas, escritores ou professores secundários. No entanto, ao longo da primeira metade do século XX, a quantidade desses “intelectuais” aumentava e, como o próprio autor define que os intelectuais formavam um grupo restrito, no decorrer do tempo não caberia chamar todos esses atores sociais de intelectuais.

A formação do intelectual é uma parte da definição. Outra característica que o diferencia, de acordo com Sirinelli (2003), é o “[...] engajamento na vida da cidade como ator – mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos, testemunha ou consciência.” (SIRINELLI, 2003, p. 243). Nesse sentido o intelectual é o sujeito que tem formação, atuação e experiência em determinada área, sendo um especialista no assunto do qual tem envolvimento, “[...] especialização esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade, que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (SIRINELLI, 2003, p. 243).

Em decorrência da complexidade para identificação desses intelectuais na sociedade francesa, pois viviam e atuavam separados em diversos segmentos da vida política, seria necessário, conforme Sirinelli (2003), definir o método para esse estudo, para que o historiador não se perdesse em meio aos achados do seu objeto de estudos.

A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. (SIRINELLI, 2003, p. 245.)

Para compreensão do pensamento do intelectual é necessário analisar a geração, o itinerário e a rede de sociabilidade, o que passa também pelo conhecimento de quem foram os influenciadores dos intelectuais, “[...] pois um ‘despertador’ pode ocultar dentro de si um outro, que o marcou uma geração antes, tornando mais inteligíveis os percursos dos intelectuais” (SIRINELLI, 2003, p. 246). Tão importante quanto levantar o itinerário é interpretá-lo, com cuidado, para a compreensão do que atrai os intelectuais em determinados assuntos em comum.

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 2003, p. 248.)

A dificuldade para compreender as redes de sociabilidade dá-se pela não existência de modelos dessas redes, as “[...] estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados”. As revistas e manifestos são exemplos de instrumentos no qual circulam as ideias dos intelectuais que se reúnem para escrevê-los. “Em suma uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.” (SIRINELLI, 2003, p. 249).

Outro aspecto da constituição das redes de sociabilidade é, além do estudo de um mesmo tema, a geração à qual se vinculam os intelectuais: “A atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo” (SIRINELLI, 2003, p. 250); incluem-se também as questões afetivas e ideológicas. A geração da qual pertence o intelectual é um fator relevante nas redes de sociabilidade.

No exercício da responsabilidade social que tem o intelectual, com seu engajamento político, suas ações também se baseiam em sentimentos e afetividade e, não somente, a lucidez pauta a razão. Pode parecer contraditório quando se trata de um intelectual, mas os aspectos emocionais devem ser considerados pelos historiadores para não fugir à realidade. Nunes, estudiosa de Teixeira, assim se expressa: “A paixão não se explica. Vive-se! A obra de Anísio Teixeira é a defesa apaixonada da educação. Mas não apenas isso” (NUNES, 2001, p. 16).

Anísio Teixeira já foi sujeito de diversas biografias e, por isso, não é objetivo desta pesquisa elaborar o itinerário ou a trajetória de Teixeira no período delimitado, mas será necessário apropriar nessa produção existente sobre o intelectual Anísio Teixeira os relatos sobre seu percurso no período de 1951 a 1971. Isso será importante, pois o entendimento do pensamento do intelectual exige que se conheça o próprio intelectual.

Para tanto é utilizada a ideia de intelectual mediador. Como Gomes e Hansen (2016) definem, “[...] são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). Intelectuais mediadores surgem a partir da relação com o meio social e político ao qual se inserem e passam por uma construção que está relacionada às redes de pertencimento. Por isso se faz necessária uma desmistificação do intelectual como um “gênio”, que surge com ideias e soluções mágicas. Nessa definição de intelectual surgem novas categorias que valorizam o intelectual na construção histórica: [...] “como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais de seu tempo.” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

Miceli (1999), no texto “Intelectuais brasileiros”, trata das condições para a projeção de um intelectual no Brasil e de como foi “projetado” para ser esse ator político-social. São destacados aspectos como: os itinerários, a trajetória, a geração e a rede de sociabilidade que são significativos.

O futuro social desses intelectuais ia sendo moldado em meio às circunstâncias de suas orientações e representações de gênero, expostos às marcas neles instiladas por toda sorte de estigmas, às quais se acresciam as injunções de sua posição na linhagem, na fratria, em famílias de “parentes pobres” da oligarquia, incentivados pelas oportunidades de aquisição de capital escolar e cultural que dariam acesso preferencial àquelas posições profissionais conquistadas por força do cabedal de relações sociais. (MICELI, 1999, p. 111.)

As autoras destacam o valor desse intelectual mediador – o intelectual como aquele que produz o conhecimento e o que dissemina visando a ampliar o alcance social e cultural da ideia. O intelectual mediador, ao apropriar-se de alguma obra, teoria ou qualquer outro produto cultural, tem uma significativa participação na elaboração daquilo que será transmitido a outro público expectador dessas ideias.

Trata-se de enfrentar um quase paradoxo. Se os estudos de história cultural defendem que todos os sujeitos históricos são produtores de sentidos de forma *lata* (não há receptor/consumidor/leitor/espectador que seja passivo), e havendo, é certo, aqueles identificados como intelectuais criadores de bens culturais, por que os mediadores não estariam incluídos nessa dinâmica de produção de sentido e de valor? Por que seus esforços, buscando os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos, formando públicos, “criando” novos produtos culturais conhecidos, são vistos de forma tão desvalorizada e até negativa? (GOMES; HANSEN, 2016, p. 17.)

Anísio Teixeira foi criticado ao ser considerado por grupos políticos conservadores ligados ao Catolicismo como um “estrangeirado” ou “americanófilo”. “Escolher John Dewey, de quem seria o primeiro tradutor no Brasil, era optar por uma alternativa que substituiu os velhos valores inspirados na religião católica e abraçados com sofreguidão” (NUNES, 2001, p. 7). Anísio Teixeira foi um mediador das ideias de John Dewey no Brasil. Com o objetivo de fazer a obra deweyana alcançar os sujeitos envolvidos com a educação, ele não só traduziu livros do filósofo pragmático anglo-americano, como se apropriou de suas ideias para escrever sua obra e deixar sua marca na história da educação. “O pragmatismo deweyano forneceu-lhe um guia teórico que combateu a improvisação e o autodidatismo, permitiu-lhe operacionalizar uma política e criar a pesquisa educacional no país” (NUNES, 2001, p. 7).

Nesse contexto, o tempo histórico de produção, o sujeito e o lugar em que se produzem os elementos culturais são diferentes e, a partir da apropriação dessa cultura, novas elaborações e interpretações surgirão.

A revista é um meio de discussão e interlocução sobre o assunto que o intelectual versa. A partir de 1951, quando Anísio Teixeira assumiu a diretoria do Inep, utilizou a *RBEP* como veículo para comunicar e fazer circular suas ideias sobre a educação no país, a fim de atingir um público maior, uma vez que a *RBEP* era um significativo meio para esse tipo de comunicação na década de 1950.

Intelectual, de acordo com definição de Sirinelli (2003), é o sujeito histórico que se envolve na produção cultural e que é reconhecido pela sociedade e seus pares, além de possuir formação e atuação política, o que o torna um especialista e o legitima como participante ativo da vida pública. Mediar o discurso, conforme Gomes e Hansen (2016), consiste em ser

uma ponte entre o conhecimento produzido e outros públicos; assim, o intelectual mediador pode ampliar o acesso ao saber sociocultural mediando o discurso, e também construindo novos sentidos a partir das apropriações desses discursos.

Mas também numa acepção mais ampla e numerosa, estariam os intelectuais mediadores, cuja atenção primordial se volta para práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem “circular” os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados.” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 26.)

A ideia de Gomes e Hansen (2016) amplia o conceito de intelectual de Sirinelli (2003), que trata o intelectual como um ator que faz parte de um grupo restrito no meio social, enquanto o intelectual mediador seria aquele que “[...] se dedica à comunicação com públicos externos às comunidades de *experts*, tem que aprender a ser mediador”, pode tornar-se, assim, “[...] um profissional especializado em atingir um público não especializado”.

Anísio Teixeira teve uma trajetória como intelectual da educação, na qual produziu novos sentidos a partir da apropriação do pragmatismo, elaborou soluções para problemas da educação brasileira, produziu muitos discursos, suscitando inúmeras publicações relevantes. Nesse momento da história da educação, os intelectuais que atuaram ao lado de Anísio Teixeira preconizaram o desenvolvimento das pesquisas na educação e a implantação da pós-graduação no Brasil, culminando na reforma universitária de 1968.

O círculo de sociabilidade de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971 em relação com períodos anteriores, como nas décadas de 1920, 1930 e 1940, certamente foi ampliado a partir da expansão de sua atuação pelo Brasil à frente do Inep e na criação dos CRPEs. Darcy Ribeiro, Fernando de Azevedo, Monteiro Lobato e Lourenço Filho são alguns dos intelectuais que faziam parte da rede de sociabilidade de Anísio Teixeira.

Nesta pesquisa foram examinados pela autora desta dissertação os discursos de Anísio Teixeira que estão nos escritos no período de 1951 a 1971. Conforme define Orlandi (2009), a análise do discurso é a capacidade de ampliar a compreensão para a interpretação das intenções políticas do sujeito. Para a interpretação do discurso é necessário conhecer o sujeito, sua ideologia e sua posição histórica. Nesse contexto a análise do discurso converge para a história dos intelectuais. “Na análise do discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem da sua história” (ORLANDI, 2009, p. 15).

A análise do discurso compreende três áreas do conhecimento: linguística, materialismo histórico e psicanálise. A linguagem “[...] tem seu objeto próprio, a língua, e esta

tem sua ordem própria.” O materialismo histórico são condições históricas e sociais dentro da conjuntura social que determinam o discurso do sujeito, “[...] o que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente” (ORLANDI, 2009, p. 19). Conforme Orlandi (2009), o sujeito é determinado pela posição ideológica e social, e é o efeito ideológico que produz o discurso, que passa por uma questão psicanalítica compreendê-lo. “O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (ORLANDI, 2009, p. 15).

As condições de produção do discurso é um aspecto que deve ser considerado na análise do discurso. O sujeito do discurso é diferente do indivíduo, que é diferente do pesquisador – submetido a condições: [...] “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (ORLANDI, 2009, p. 17).

Os conceitos arquivados sobre determinados dizeres constituem a memória discursiva no qual algumas palavras relembram outras. Essas palavras carregam consigo suas condições de produção, que dentro de um contexto traz um significado, resultando em conceitos coletivos que constituem uma teia de significados. Assim é definido o interdiscurso, “[...] como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente.” (ORLANDI, 2009, p. 31).

Nesse sentido o sujeito do discurso não fala sozinho, alguém diz antes dele, pois há uma ordem social. Orlandi (2009), considerando essa ordem social, trata de dois esquecimentos no discurso. Um esquecimento é ideológico, é da instância do inconsciente. Assim “[...] temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos preexistentes” (ORLANDI, 2009, p. 35). O outro esquecimento é da ordem da enunciação, “[...] ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo do nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro.” (ORLANDI, 2009, p. 35).

Aquilo que é dito pode ser dito de muitos outros modos, por isso a linguagem é polissêmica ou, noutros momentos, se faz necessário reorganizar o que já foi dito reafirmando ou parafraseando. “E é nesse jogo entre parafrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” (ORLANDI, 2009, p. 36). Dessa forma, a “[...] incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados.” (ORLANDI, 2009, p. 37).

Orlandi (2009) define os procedimentos: “[...] a análise se faz por etapas que correspondem à tomada em consideração de propriedades do discurso referidas a seu

funcionamento” (ORLANDI, 2009, p. 77). “Estas etapas de análise têm, como seu correlato, o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus*, o material empírico.” (ORLANDI, 2009, p. 77). Essas etapas constituem-se em: inicialmente – superfície linguística – o texto, passando pelo objeto discursivo – formação discursiva e, por fim, o processo discursivo – formação ideológica.

Em face da natureza do material, a pesquisa realizada pode ser classificada como documental e bibliográfica. De acordo com Sá-Silva (2009), esses dois conceitos são semelhantes, sendo que a principal distinção se dá pelo que se objetiva pesquisar na fonte.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. (SÁ-SILVA, 2009, p. 6.)

Na pesquisa da autora desta dissertação, os escritos de Teixeira foram tratados como documentos e fontes primárias para análise do seu pensamento sobre trabalho e educação, além da influência anglo-americana em sua atuação política. Fora isso, a pesquisa bibliográfica foi representada pelo recurso às biografias já elaboradas sobre Anísio Teixeira, com a finalidade de compreensão de seu itinerário no período de 1951 a 1971. Como definido por Orlandi: a compreensão das ideias do intelectual depende da compreensão do intelectual e seus ambientes.

Outras fontes primárias foram utilizadas neste estudo, tais como jornais da época e cartas entre Anísio Teixeira e algum conviva. No primeiro capítulo, serão analisadas algumas matérias, de diferentes jornais da década de 1950, que publicaram algumas polêmicas que envolveram Anísio Teixeira. No capítulo três, serão analisadas cartas escritas por Anísio Teixeira, que relatam algumas decepções com as transformações da política e da sociedade na década de 1960.

Existem vários tipos de discursos e nesta pesquisa focalizou-se o discurso político de Anísio Teixeira. Dessa forma, foram selecionados alguns livros que contêm textos escritos por Teixeira para analisar o discurso, considerando: identificar a procedência, qual o lugar de fala; a inserção na vida social e as condições de sua produção.

O próprio texto é um elemento mediador do discurso. Anísio Teixeira, como um intelectual mediador, viajou aos EUA, conheceu e apropriou-se da filosofia de Dewey,

elaborou seu discurso e o fez circular entre os professores baianos na década de 1920; e essa prática parece ter continuado até 1971, ampliando o alcance de seu discurso para o Brasil.

Anísio Teixeira participou de muitos eventos públicos, nos quais foi convidado a discursar em forma de conferências. Diante da relevância do assunto abordado, muitos desses discursos foram publicados na *RBEP* e, posteriormente, em livros, com objetivo de alcançar um público maior e ampliar o debate sobre a temática educação.

A posição ideológica de quem produz o discurso é significativa na relação com o que se pretende alcançar. Nesse sentido, o intelectual em seu lugar de fala tem uma intencionalidade baseado em seu ideário; dessa forma, ele pôde adaptar sua fala ao público que pretendia alcançar com seu discurso, ou ainda ampliar os meios para a sua divulgação.

A TABELA 2 abaixo apresenta a os livros que foram utilizados nesta pesquisa.

Tabela 2 – Fonte da pesquisa – escritos de Anísio Teixeira de 1951 a 1971

Título	Ano publicação	Observação
<i>A educação e a crise brasileira</i>	1956	Escritos sobre o debate anterior à aprovação da LDB/1961.
<i>Educação não é privilégio</i>	1957	Escritos da década de 1950.
<i>Educação é um direito</i>	1967	Escritos sobre análise e propostas à LDB/1961.
<i>Diálogo sobre a lógica do conhecimento</i>	1967	Cartas trocadas entre Anísio Teixeira e o cientista brasileiro Maurício Rocha e Silva que tratam do conhecimento científico.
<i>Educação e o mundo moderno</i>	1969	Escritos entre 1953 e 1964.
<i>Educação no Brasil</i>	1969	Escritos que tratam de uma análise pós-aprovação da LDB/1961.
<i>Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969</i>	1989	Publicado pós-morte. Escritos sobre ensino superior até 1969.
<i>Educação e universidade</i>	1998	Publicado pós-morte. Escritos de 1967 a 1969.

Fonte: Autora desta dissertação *apud* BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA.

Para a elaboração dessa lista de títulos que compõem o material empírico desta pesquisa, utilizou-se como fonte de investigação a Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, que mantém sua obra documentada disponível para consultas virtuais.

Nunes dedica-se a estudar os educadores brasileiros e a história da educação, e é pesquisadora da vida e obra de Anísio Teixeira há anos. Seu referenciado trabalho é utilizado

no primeiro capítulo para dialogar com as demais referências nesta pesquisa. Os títulos selecionados para referenciar são os seguintes: *A poesia da ação* (2000) e *Anísio Teixeira* (2010), da Coleção Educadores, organizada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Além das obras de Nunes, outras biografias foram selecionadas para a escrita do capítulo: *Anísio Teixeira: pensamento e ação* (1960), organizado por Fernando de Azevedo; *Anísio Teixeira – educador singular* (1973), de Hermano Gouveia Neto; *Anísio Teixeira: estadista da educação* (1978), de Hermes de Lima. A obra de Luís Vianna Filho, *Anísio Teixeira: a polêmica da educação* (1990), foi utilizada no capítulo três deste estudo.

Conforme Nunes (2000), as ideias de Teixeira estão vivas e em voga no contexto educacional atual, consciente de que foi incansável em sua árdua luta pela educação; foi maior do que “[...] todos os rótulos que tentaram, em vão, capturá-lo: escolanovista, tecnicista, americanista, liberal, conservador, pioneiro, visionário, romântico, iluminista, comunista, reacionário” (NUNES, 2010, p. 34). “Ele joga luz na sombra de uma geração que o sucedeu e que ainda se debate num país subdesenvolvido, mas o que é importante, ainda num país em construção.” (NUNES, 2001, p. 16).

A dissertação está organizada em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo – “Itinerário de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971” – apresenta a trajetória do intelectual Anísio Teixeira na educação em âmbito nacional. Para situar sua trajetória no período de 1951 a 1971, foram utilizadas algumas biografias e publicações de jornais da época.

No segundo capítulo, intitulado “A escrita e o repertório temático de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971”, são realizados o mapeamento e a categorização do repertório temático dos escritos de Anísio Teixeira entre 1951 e 1971. Os temas educacionais a que Anísio Teixeira se dedicou a escrever passam por administração e legislação educacional, pedagogia e gestão escolar, bem como ciências humanas e educação.

O terceiro capítulo, “Elaborações anisianas sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica”, identifica nos escritos de Anísio Teixeira suas elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica. Tanto neste capítulo, quanto nos demais, a relação de Anísio Teixeira com os EUA foi uma análise constante.

1 ITINERÁRIO DE ANÍSIO TEIXEIRA NO PERÍODO DE 1951 A 1971

“A forma democrática de vida funda-se no pressuposto de que ninguém é tão desprovido de inteligência que não tenha contribuição a fazer às instituições e à sociedade a que pertence.”

(ANÍSIO TEIXEIRA)

Preâmbulo

Este capítulo tem por objetivo apresentar a trajetória de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971. Esse período é marcado por muitas e significativas ações na educação em âmbito nacional, no qual Teixeira atuou, criou e liderou algumas instituições. Ele também presidiu alguns conselhos e associações, dos quais participou e com os quais colaborou voluntariamente, além de lecionar no ensino superior e produzir artigos e livros. Para situar a trajetória do intelectual no período pesquisado utilizou-se de algumas biografias e vários artigos em domínio público de pesquisadores que se dedicam a estudar Teixeira. Também foi utilizada a Biblioteca Virtual Anísio Teixeira como fonte de matérias de jornais que circularam nas décadas de 1950 e 1960 e que abordavam Teixeira em suas pautas.

1.1 Breve síntese da trajetória de Anísio Teixeira de 1924 a 1951

Anísio Teixeira, nascido em 1900 na cidade do interior baiano Caetitê, era filho de família tradicional, de posses e com influências políticas. Estudou em colégio jesuíta e formou-se em ciências jurídicas no Rio de Janeiro, em 1922.

A trajetória de Anísio Teixeira na educação teve início em 1924, quando, aos 23 anos e nenhuma experiência, assumiu o cargo de inspetor-geral de Ensino na Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública da Bahia, no período de 1924 a 1925, sendo alterada sua função para diretor-geral da Instrução na mesma secretaria no período de 1925 a 1929. Teixeira, ainda jovem e inexperiente, dedicou-se a esse campo de atuação e realizou viagens à Europa, em 1925, e aos Estados Unidos da América (EUA), em 1927, com o propósito de buscar

referências que inspirassem o seu trabalho na educação baiana. Identificando-se com o modelo anglo-americano de educação, Anísio Teixeira retornou aos EUA em 1928 para cursar mestrado em educação na Universidade de Colúmbia e na oportunidade ser aluno de John Dewey, filósofo e educador que o inspirou ao longo de toda a sua vida.

Ao retornar ao Brasil, foi nomeado catedrático de Filosofia e História da Educação na Escola Normal de Salvador. Essa nomeação ocorreu com base no diploma de conclusão do curso no *Teacher's College Columbia University*, realizado entre 1928 e 1929. Ainda na Bahia, Anísio Teixeira foi designado pelo secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública para elaborar novos horários e programas para as diversas disciplinas das escolas primárias e fundamentais do estado, em 1930. Nesse período, o mandato de Góes Calmon havia se encerrado e a Bahia era governada por Vital Henrique Batista Soares.

A partir dessa experiência na educação baiana, Anísio Teixeira, em 1931, vai atuar no Rio de Janeiro, então capital federal. Tornou-se membro de comissão do Ministério da Educação e Saúde Pública, responsável pelos estudos relativos à reorganização do ensino secundário no país. Naquele ano assumiu a função de “superintendente das verificações determinadas pelo art. 45 do Decreto n.º 19.890, de 18-5-1931, nos institutos de ensino secundário do Distrito Federal e Estado do Rio” (RIBEIRO, 1960, p. 50).

Teixeira também acumulou função de superintendente do Serviço-Geral de Inspeção dos institutos de ensino secundário de 1931 a 1932, até se tornar diretor-geral do Departamento de Educação do Distrito Federal. Nesse cargo Teixeira realizou importantes reformas no ensino público, que serviram de modelo para o restante do país, podendo destacar-se a reorganização da Diretoria e de órgãos técnicos, a conversão da Escola Normal em Instituto de Educação e a reestruturação do ensino primário e profissional. Nesse período, Anísio Teixeira idealizou a construção da Universidade do Distrito Federal (UDF), da qual foi reitor e vice-reitor. A primeira experiência de trabalho no ensino superior foi inovadora ao criar uma universidade em padrões modernos com cursos de nível superior voltados para a formação de professores. Por fim, Teixeira ocupou o cargo de secretário-geral de Educação e Cultura do Distrito Federal em 1935. Naquele mesmo ano afastou-se da vida pública, por um período que durou mais de dez anos, retornando à Bahia. Anísio Teixeira, como democrata, optou por não fazer parte do regime autoritário que se iniciava no cenário político nacional a partir de 1937 com a Constituição.

Ao findar da Segunda Guerra Mundial, em 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de promover a paz entre as nações e desenvolver a cooperação mundial entre os povos. A ONU é uma organização que possui quinze agências especializadas

em áreas como saúde, economia e educação. Um desses organismos é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Naquela recente e importante organização internacional, Anísio Teixeira foi convidado por Julien Huxley a assumir função de conselheiro da educação superior de 1946 a 1947. Ao findar desse trabalho, recebeu o convite para retornar ao Brasil e, pela segunda vez, comandar a pasta da Educação na Bahia, de 1947 a 1951, no governo de Otávio Mangabeira.

1.2 O retorno à Bahia

Anísio Teixeira retornou ao Brasil num momento caracterizado pelo crescimento urbano, pela expansão da indústria e pelo aumento do proletariado. Era também um momento de democratização e com novo texto constitucional no país, o qual definia que ao Estado cabia garantir a oferta obrigatória do ensino primário público, o que resultava na expansão do sistema escolar.

Grandes eram os desafios de Teixeira no cenário educacional baiano daquela época. A escola pública era precária para atendimento ao grande público; o alto índice de evasão escolar e o analfabetismo expressavam a realidade do estado.

Em meio às reformas realizadas na Bahia nessa segunda oportunidade como secretário de Educação e Saúde, Anísio Teixeira inaugurou, em 1950, o Centro de Educação Carneiro Ribeiro, a conhecida “Escola-Parque”, organizada por um conjunto formado por quatro “escolas-classes” e uma “escola-parque”. Alinhados à proposta de reforma educacional anisiana, os Centros de Educação Popular organizavam-se pedagogicamente em duas etapas complementares: na primeira, o ensino clássico das letras, matemática e ciências; e, na segunda, o ensino das artes, educação física e artes industriais.

No ato inaugural, Teixeira ressaltou sua crítica ao rumo que havia tomado o ensino elementar no Brasil e manifestou sua proposta de escola pública para o país: “[...] contra essa tendência à simplificação destrutiva que se levanta este Centro Popular de Educação. Desejamos dar, de novo, à Escola Primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso” (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 147).

Araújo e Brzezinski (2006) apresentam detalhes da estrutura e da pedagogia da Escola-Parque.

No Pavilhão de Trabalho, destinado às artes aplicadas, artes industriais e artes plásticas, os alunos trabalhavam com cartonagem, encadernação e recuperação de livros, artefatos de couro, de metal, de madeira, modelagem, cerâmica, cestaria, alfaiataria, corte e costura, bordados diversos, confecção de bonecas e bichos, tapeçaria e tecelagem, dentre outras possibilidades. A ênfase não estava no ensino de determinado trabalho ou técnica, mas na oportunidade assegurada aos alunos de aprender a trabalhar. (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 148.)

Anísio Teixeira acreditava que a função mais importante da escola era formar o aluno para a vida numa dimensão integral e, se o trabalho ocupa lugar de destaque na vida do homem, logo seria na educação básica que os alunos teriam uma iniciação para o mundo do trabalho. Na proposta pedagógica da “Escola-Parque”, faziam parte do currículo escolar os trabalhos manuais nas oficinas, que tinha como principal objetivo a educação das mãos e da inteligência para o trabalho.

Lourenço Filho, intelectual escolanovista que fazia parte dos círculos de sociabilidade de Anísio Teixeira principalmente na primeira metade da década de 1930, dedicou-se a estudar a pedagogia dos trabalhos manuais, que, segundo ele, consiste na mobilização dos saberes para a prática de transformação da matéria em algo útil. Inspirado no modelo pragmático anglo-americano, Lourenço Filho foi pioneiro ao trazer essa proposta ao Brasil e fazer circular as ideias da pedagogia dos trabalhos manuais. Ele acreditava que a educação integral tinha por objetivo educar mãos e inteligência, corpo e mente, passando pelos sentimentos e pela espiritualidade; isso era uma das características da escola nova e da escola ativa. Nessa proposta a aprendizagem ocorre por meio de vivências práticas com a aplicação dos conhecimentos de cultura geral nos trabalhos práticos nas oficinas e, paralelamente às práticas, caminham juntas as formações moral, intelectual e psicológica.

Unidades do Centro Popular de Educação foram construídas em bairros da periferia de Salvador com a promessa de tornar-se referência de ensino público integral e de boa qualidade, mais tarde chamado por Teixeira de “universidade infantil”. De acordo com Araújo e Brzezinski (2006) o complexo educacional inaugurado em 1950 só foi concluído totalmente em 1962 com apoio financeiro do Inep.

O “programa de ampliação da matrícula”, a inauguração de várias escolas e os cursos de aperfeiçoamento do magistério foram ações importantes para a expansão do ensino primário no estado baiano, na perspectiva da construção da escola pública. Na equipe de trabalho sob sua gestão, Anísio Teixeira tinha Jayme Abreu como assessor de gabinete. Trabalhar com intelectuais era característico de Anísio Teixeira, desde a década de 1930, no Rio de Janeiro, ao contratar professores como Lourenço Filho e Gilberto Freyre para a

Universidade do Distrito Federal (UDF). Jayme Abreu era amigo e conterrâneo de Teixeira, possuía formação em medicina, mas atuava como superintendente do Ensino Médio na Secretaria de Educação baiana. Estudioso da educação, Abreu atuaria mais tarde com o amigo no Inep, coordenando campanha e dirigindo setor do centro de pesquisa.

Foi nesse período como secretário de Educação e Saúde Pública da Bahia que Anísio Teixeira se envolveu com a Assembleia Constituinte, que discutia a elaboração da Constituição do Estado a partir da nova Constituição brasileira de 1946. Teixeira dedicou-se a analisar o capítulo da educação e entusiasmou-se com a possibilidade de organização de um sistema estadual de ensino. Com uma visão democrática, sugeriu a criação do Conselho Estadual de Educação, órgão deliberativo que seria responsável por indicar o secretário estadual de Educação e participar das políticas públicas estaduais. Essa análise detalhada do sistema educacional da Bahia foi publicada no livro *Educação é um direito* em 1968.

1.3 Anísio Teixeira no MEC: Capes, Inep e CBPE

No ano de 1951 Anísio Teixeira tinha, em seu currículo, formação e experiências na educação que lhe possibilitariam assumir grandes responsabilidades no cenário educacional brasileiro. Pela primeira vez, aos 51 anos, foi convidado a assumir um cargo federal. No governo constitucional de Vargas, teve seu nome lembrado por seu conterrâneo Ernesto Simões Filho, ministro à época, para compor o Ministério da Educação.

Segundo Gouvêa (2016), dois fatores contribuíram para que o convite fosse feito a Anísio Teixeira. O primeiro é que o ministro era da Bahia e conhecia o trabalho de Teixeira. O segundo é que, desde o Manifesto dos Pioneiros, assinados pelos escolanovistas durante o governo Vargas, em 1932, três intelectuais destacavam-se pela liderança e engajamento: Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Em 1951, o primeiro afasta-se do MEC e vai atuar com a formação de professores no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); o segundo esteve alinhado à política paulista, que era oposição ao governo Vargas. O cenário era favorável a Anísio Teixeira.

1.3.1 Na Secretaria-Geral da Capes

No primeiro convite, a proposta era para que Anísio Teixeira assumisse a Diretoria do Departamento Nacional de Educação. Essa proposta foi recusada por ele, que alegou incompatibilidade de seu perfil com o departamento. Não desistindo, o ministro convidou-o para dirigir a Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes), que dessa vez aceita o convite e vai exercer a função de secretário-geral. “Era a CAPES instrumento, inédito entre nós, de formação cultural e profissional” (LIMA, 1978, s/p).

O foco de atuação da Capes era a formação de pesquisadores e o aperfeiçoamento do quadro docente universitário das diversas áreas do conhecimento como arquitetura, economia, administração, química, agronomia, veterinária e engenharia. Foram criados vários programas com o objetivo de institucionalizar a pós-graduação no Brasil e Anísio Teixeira foi fundamental na articulação para a elaboração e funcionamento da Capes, que tinha importância no cenário nacional alinhada à política nacional-desenvolvimentista.

Paralelamente à Capes o Banco Nacional Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também foi criado no governo Vargas. O BNDES mantinha fundos para os diversos programas da Capes e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para atuar como diretor executivo da Capes, Teixeira convidou seu conterrâneo Almir de Castro, que possuía formação em medicina e experiência na educação, que inclusive já havia atuado no MEC em outras gestões e atuaria também como vice-reitor de Teixeira na UnB em 1963.

1.3.2 Na diretoria do Inep

Uma das propostas de trabalho mais relevantes na carreira profissional de Anísio Teixeira ocorreu em 1952, quando passou a acumular a direção da Capes com a direção do Inep. Em 1952, o diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Murilo Braga, faleceu em trágico acidente aéreo e Anísio Teixeira foi o indicado pelo ministro para assumir a vaga. Em consonância com seu perfil e seu ideal, nessa função Teixeira realizou diversos projetos desde a educação básica à superior, relacionados ao ensino, à infraestrutura, à pesquisa e à formação de docentes. Uma significativa realização foi a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Todos os setores do INEP foram realmente dinamizados por Anísio Teixeira, que não tardou em criar novas Campanhas de Educação: Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), Campanha de Inquéritos e

Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (CILEME). (PINHO, 1960, s/p.)

O Inep foi fundado em 1937, tendo como primeiro diretor Lourenço Filho. O intelectual escolanovista foi o criador da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, que era um dos principais meios de divulgação científica educacional do Inep. Um dos objetivos do instituto era fomentar as pesquisas científicas na área educacional no momento em que o Movimento de Renovação Educacional ganhava forças no país⁷. O Inep ocupava importante posição na gestão da avaliação do ensino e na elaboração de políticas educacionais para o Brasil. Cabia ao Inep também administrar os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário que tinham duas prioridades: “[...] a construção de prédios para grupos escolares, escolas isoladas, escolas normais e o aperfeiçoamento de professores.” (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 97).

Havia urgência na construção de escolas, pois a demanda era crescente, com um número alarmante de analfabetos em todo o país. De acordo com dados do censo escolar de 1950, apresentados por Anísio Teixeira na conferência “Educação não é Privilégio”, de 1953, o Brasil tinha uma população com idade entre sete e quinze anos; de 8.957.275 crianças e adolescentes, da qual apenas 38% eram alfabetizadas. As taxas de evasão escolar também eram muito altas. Conforme Teixeira, de 4.142.318 matrículas nas escolas primárias, apenas 316.986 concluíam o curso primário (1.^a a 4.^a série). Pela análise apresentada na conferência, Teixeira concluía que a explosão demográfica no Brasil nas décadas de 1930 e 1940 aumentava os desafios da educação, uma vez que, em números absolutos, a taxa de analfabetismo crescia no país, sinal de que a escola primária não atendia às demandas sociais, permanecendo como privilégio para poucos brasileiros.

Não exageramos, pois, quando afirmamos a franca deteriorização do ensino primário, com a exacerbação do caráter seletivo da educação, no seu vezo de preparar alguns privilegiados para o gozo de vantagens de classe e não o homem comum para sua emancipação pelo trabalho produtivo. (TEIXEIRA, 1956, p. 57.)

Diante desse cenário, Anísio Teixeira estava pensando na organização do sistema nacional de educação, o que demandava conhecimento de tudo o que envolve a complexidade educacional. Na ocasião em que era gestor da educação na Bahia e, posteriormente, no Rio de

⁷ Encarregado da função de levantar dados da educação em todas as regiões, realizar cursos de aperfeiçoamento do magistério, assessorar tecnicamente as secretarias de educação estaduais e municipais, levantar a bibliografia educacional nacional e estrangeira, publicar periodicamente estudos e análises científicas educacionais na RBEP.

Janeiro, Teixeira desenvolveu e ampliou sua visão e, com experiência prática e base científica, tinha conhecimento diversificado desde a educação infantil à superior, passando por questões físicas, estruturais e administrativas, do ensino básico, profissional, de jovens e adultos até as pesquisas científicas e a formação de intelectuais.

Ressalta-se um elemento importante nesse sistema e que estava na pauta de Anísio Teixeira: a revisão dos livros didáticos, esse recurso pedagógico fundamental nos processos de ensino e de aprendizagem. Com vistas à modernização do ensino nas escolas, seria necessária a padronização de livros que retratassem a cultura brasileira e, ao mesmo tempo, sugerissem práticas pedagógicas, como parte da estratégia que contribuiria para a melhoria dos resultados escolares.

A campanha de livros didáticos, idealizada por Teixeira e realizada pelo Inep, tinha o objetivo de criar um material de boa qualidade para o professorado, considerando a precariedade dos estados e municípios em relação ao livro didático utilizado. “No exercício de 58, o INEP distribuiu a bibliotecas escolares 121.750 exemplares de livros de ensino, cultura geral e literatura infantil” (LIMA, 1978, p. 4). De acordo com Filgueiras (2011), a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme) contou com professores universitários, especialistas e pesquisadores para revisarem e escreverem novos livros e manuais de orientação pedagógica, embasados pela ciência e num olhar para a realidade brasileira, conforme o pensamento pragmático de Anísio Teixeira.

1.3.3 No Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Em 1954, Anísio Teixeira escreveu a Cândido Mota Filho, ministro da Educação designado pelo então presidente Café Filho. Teixeira justificava em carta a necessidade de criação de um Centro Nacional de Estudos Educacionais no Rio de Janeiro e de centros regionais em algumas capitais, como Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo e Salvador. O objetivo era

[...] constituírem centros de documentação pedagógica do país como um todo e das regiões, centros de pesquisas e estudos dos diferentes aspectos dos sistemas educacionais e centros de treinamento, formação e aperfeiçoamento de educadores, administradores e professores de ensino primário e normal. (TEIXEIRA, 1954, s/p.)

Esse projeto liderado por Anísio Teixeira veio a concretizar-se no ano seguinte, em 1955. Por “[...] iniciativa do ministro Abgar Renault e sob a inspiração de Anísio Teixeira”, foram criados os “Centros de Pesquisas Educacionais, a que se abre, no Brasil, um vasto campo nessa ordem de investigações” (AZEVEDO, 1960, p. 4). O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) funcionou como modelo para os centros de pesquisas regionais em algumas capitais brasileiras em que foram instalados. Os centros de pesquisas cumpriram papel fundamental, o qual possibilitaria à educação uma base a partir das ciências sociais, além de levantar dados para o planejamento das ações educacionais e promover intercâmbios entre as equipes de trabalho. O fomento à pesquisa nas áreas das ciências humanas era uma demanda emergencial na visão progressista de Teixeira.

Quando da instalação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Anísio, pondo em movimento sua poderosa máquina de pensar e de agir, reuniu os órgãos de pesquisas e estudos do INEP, a CILEME e a CALDEME e assim compôs as Divisões de Pesquisas Educacionais, Sociais, de Documentação e de Aperfeiçoamento do Magistério, criando modelo para os Centros Regionais que vieram a se instalar em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Pôrto Alegre e Recife. (PINHO, 1960, s/p.)

As equipes de trabalho comandadas por Anísio Teixeira eram reconhecidamente capacitadas e delas faziam parte vários intelectuais das ciências humanas que atuavam no CBPE e nos centros regionais de pesquisas espalhados pelo país⁸.

Um dos intelectuais mobilizado por Anísio Teixeira era o ainda jovem Darcy Ribeiro, que se destacava no Centro Brasileiro de Estudos Pedagógicos. Em 1958, Darcy Ribeiro promoveu o curso de aperfeiçoamento de pesquisadores sociais, além de coordenar uma pesquisa em dez cidades de diferentes regiões do país, a qual se tornou referência para embasar um plano nacional de alfabetização. A Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério trabalhava em parceria com escolas, denominadas experimentais, que se constituíam em laboratórios para experiências pedagógicas práticas.

Em São Paulo, o sociólogo Fernando de Azevedo dirigia o centro regional de pesquisas e realizou importantes levantamentos sobre os ensinos primário, secundário e normal, além de promover eventos para discussões das grandes questões educacionais. O CRPE-SP trabalhou articulado com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

⁸ O CBPE foi organizado em quatro setores: Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (Deps), dirigido por Darcy Ribeiro; Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (Depe), dirigido por Jayme Abreu; Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (Ddip), dirigido por Péricles Madureira de Pinho; e Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM), dirigido pela professora Lúcia Pinheiro.

Abgar Renault sucedeu Mário Casasanta no Centro Regional de Minas Gerais, em que eram oferecidos cursos de inglês e francês aos professores do ensino secundário, e realizadas pesquisas relacionadas ao pensamento lógico e à linguagem. Além das pesquisas, cursos e publicações, o CRPE-MG

[...] articulou intercâmbios com a Secretaria Estadual da Educação do estado, com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, o Instituto Superior de Educação Rural (Iser), a então Universidade de Minas Gerais (UMG) e com o Programa de Assistência Brasileiro-Americano ao Ensino Elementar (Pabae). (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 126.)

No Centro Regional de Pernambuco realizavam-se pesquisas relacionadas às questões educacionais e sociais do Nordeste e era dirigido por Gilberto Freyre. Em 1962, o jornal *Diário de Pernambuco* noticiou a visita do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon, ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco. Anísio Teixeira e Gilberto Freyre acompanharam a visita, que teria na pauta a discussão de planos para a educação em Pernambuco na perspectiva da “Aliança para o Progresso”⁹.

Ainda agora, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o sistema de centros regionais de pesquisas educacionais, por êle organizados, se unem algumas das mais altas competências brasileiras em assuntos de educação e de cultura: mestres de renome internacional como Fernando de Azevedo e Abgar Renault, por exemplo; inteligências de pesquisadores ainda jovens, por êle prestigiadas ao máximo, como, dentre outros, o etnólogo Darcy Ribeiro, para quem – como para o próprio Anísio Teixeira – entre os problemas pré-nacionais de etnologia e os plenamente nacionais e vivamente atuais de educação e de cultura há correlações íntimas. (FREYRE, 1960, s/p.)

Elooch Ribeiro Kunz dirigia o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Rio Grande do Sul (CRPR/RS), que, pelo eficiente trabalho, pesquisas e cursos, após dois anos, foi incorporado à Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). O CRPE/RS teve importante atuação na elaboração das políticas de reconstrução educacional no estado e contribuiu com os estudos relacionados a “[...] livros de textos de leitura, estudos e adaptação de testes de inteligência e aptidões” (LIMA, 1978, s/p) e matemática. Nesse centro foi construída, em 1957, uma escola experimental de nível primário, sendo um laboratório para experiências pedagógicas que iria somar-se às pesquisas pedagógicas das classes experimentais do Colégio de Aplicação da UFRGS. Era orientação de Teixeira que os centros de pesquisas trabalhassem

⁹ O “Aliança para o Progresso” foi um dos mais de quinhentos acordos que o Brasil tinha firmado com EUA nas décadas de 1960 e 1970.

de forma articulada com as universidades locais e com as secretarias de educação e cultura (municipais e estaduais).

O CRPE/RS teve um papel significativo na configuração do campo educacional rio-grandense, especialmente na constituição da faculdade de educação (1970) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS (1972), integrado por professores e pesquisadores que se formaram e atuaram no centro. (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 20.)

Na Bahia, Luís Ribeiro de Sena e Carmen Spínola Teixeira, irmã de Anísio Teixeira, dirigiram o centro regional de pesquisas educacionais de Salvador. No Centro Educacional Carneiro Ribeiro foi criada a Escola de Aplicação, com uma proposta pedagógica inovadora e pautada no protagonismo do aluno. Essa escola ficou conhecida, conforme Terezinha Éboli, como “Escola da Alegria”. A principal atividade do CRPE-BA foi a realização de cursos de aperfeiçoamento para os professores¹⁰.

O estado do Paraná já se havia adiantado na criação de um Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (Cepe). Conforme Araújo e Brzezinski (2006), ainda sob a gestão de Murilo Braga, um grupo de professores paranaenses que participou de um curso de aperfeiçoamento promovido pelo Inep, no Rio de Janeiro, julgou necessária a disseminação do conhecimento adquirido no curso e decidiu criar um centro de formação continuada de professores, em Curitiba, com foco nos professores primários. Desse movimento o centro ganhou maior notoriedade quando Teixeira assumiu a direção do Inep e intensificou o apoio ao órgão, que era vinculado à Secretaria Estadual de Educação, com verbas e assessoramento técnico-pedagógico. As ações do centro eram vinculadas diretamente ao CBPE ou intermediadas pelo CRPE-SP. O Departamento de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM) contava com uma escola-laboratório para os experimentos pedagógicos, que funcionava como escola-modelo. Em Curitiba foi criado o Centro Educacional Guaíra para contribuir com os estudos paranaenses.

Na visão de Teixeira, era papel do Centro de Pesquisa “[...] cooperar na elaboração de uma nova política educacional para o Brasil, fundamentada por uma racionalidade científica que contaria com a colaboração, não só de educadores, mas de cientistas sociais” (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 58). Com esse projeto ousado, Teixeira estava constituindo a educação como campo de pesquisas e criando um diagnóstico da educação brasileira ao incorporar

¹⁰ “Linguagem; Recreação e Jogos; Estágio de Aperfeiçoamento de Artes Industriais para Professores da ‘Escola-parque’; Estágio de Preparação para a Escola de Demonstração; e Estágio de Aperfeiçoamento de Professores de Jardim de Infância.”. (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 202.)

mecanismos e procedimentos censitários capazes de gerarem indicadores para a (re)construção do sistema nacional de educação.

Essa estratégia de Anísio Teixeira era fundamental para o planejamento e acompanhamento da educação que estava conectando as regiões por meio dos centros regionais com o comando central no CBPE o que possibilitaria ao Inep conhecer tanto as realidades e dificuldades, quanto a estrutura e os recursos disponíveis, e traçar as ações direcionadas às demandas de cada região.

O projeto ambicioso de Anísio era, com esses Centros, prover recursos para forçar as universidades brasileiras a assumir responsabilidades no campo educacional, na mesma proporção em que o faziam com respeito a medicina e a engenharia. (RIBEIRO, 1995, s/p.)

Todos os CRPEs, além do CBPE, trabalharam em consonância com o Inep sob liderança de Anísio Teixeira para colaborar com o Programa Nacional de Reconstrução Educacional. Esse programa baseava-se no Plano de Reconstrução Nacional, lançado no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e nas ideias educacionais anglo-americanas, apropriadas por Teixeira e colocadas em circulação em território nacional. Com o propósito de levantar dados, realizar estudos e fazer experimentos pedagógicos em diversas regiões brasileiras, subsidiados pelas ciências sociais em voga na década de 1950, nove estados foram contemplados com as reformas educacionais orientadas por Teixeira.

É importante salientar que os programas de pesquisas “socioantropológicas” desenvolvidos pelo CBPE, além de proporcionarem o estabelecimento de base científica para uma compreensão mais profunda dos nossos problemas educacionais, tornando assim, a arte de educar uma arte mais científica, possibilitaram o desenvolvimento das próprias Ciências Sociais no Brasil, acarretando, naquele momento, um diálogo único entre a Educação e as Ciências Sociais, uma vez que o diagnóstico das pesquisas oriundas deste campo deveria ser a base para o planejamento educacional. (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 99.)

No pensamento de Teixeira, para consolidar a “ciência da educação” no Brasil, era necessário investir nas ciências-fontes como a psicologia, sociologia e antropologia. O desenvolvimento das ciências-fontes seria um pré-requisito para o desenvolvimento da educação como ciência, uma vez que aquelas ciências dariam à educação “[...] elementos intelectuais necessários para a elaboração de técnicas e processos que possam constituir o conteúdo de uma possível ‘ciência da educação’” (NUNES, 2010, p. 87).

O Inep e a Capes tinham entre suas demandas ações sistemáticas relacionadas à formação de professores para os níveis primário, secundário e superior, “[...] distribuindo bolsas de estudo para a Europa e para as Américas e organizando cursos de aperfeiçoamento, aqui mesmo, no Brasil” (LEÃO, 1960, s/p). Anísio Teixeira esteve muito atento à questão da formação de professores, em face da crescente demanda pela educação em todos os níveis pela qual a sociedade brasileira estava vivendo, tinha consciência de que a qualificação dos docentes precisava acompanhar aquela realidade. Acreditava que a tarefa do professor era educar para o mundo em transformação, no qual as relações se faziam cada vez mais complexas, logo se exigia mais conhecimento dos educadores em exercício.

1.4 A docência na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil

A história da Faculdade Nacional de Filosofia inicia-se na década de 1930 pelas mãos de Anísio Teixeira. De acordo com Fávero (2003), essa “é herdeira da UDF”, que foi criada, em 1935, com um projeto inovador de universidade voltada à formação de professores primários e secundários, sendo sua estrutura composta por: Escola de Filosofia e Letras, Escola de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito e Instituto de Artes. Embora fosse um modelo de universidade moderna e com um corpo docente qualificado, a UDF teve breve “existência”, tendo sido extinta em 1938, durante a gestão do ministro Gustavo Capanema. A centralização era característica de governo autoritário e, sendo a Universidade do Distrito Federal (UDF) uma instituição municipal, era inconstitucional seu funcionamento na política do Estado Novo.

Os cursos da extinta UDF foram incorporados à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia, que absorveu muitos alunos e professores. De acordo com Fávero (2003), a Faculdade de Filosofia era organizada em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Educação. No setor de Educação era oferecido o curso de Pedagogia, no qual Anísio Teixeira lecionou a partir de 1957 as seguintes disciplinas: administração escolar e educação comparada.

A Faculdade Nacional de Filosofia, seguindo a mesma linha da UDF, contava com reconhecidos professores e pesquisadores estrangeiros e brasileiros. Conforme Fávero (2003), destaca-se a atuação dos professores das outras áreas do conhecimento que se

interrelacionavam com a educação e com Anísio Teixeira. No curso de Filosofia, o professor Álvaro Vieira Pinto lecionava a disciplina história da filosofia.

No curso de Letras, os professores Alceu Amoroso Lima, Celso Cunha, José Carlos Lisboa e Thiers Martins Moreira destacavam-se com relevantes trabalhos. Os cursos de Ciências Sociais, História e Geografia contavam com outros profissionais; foram ressaltados por Fávero (2003): Guerreiro Ramos, que também atuou no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) com a disciplina de sociologia; Josué de Castro e Vítor Nunes Leal, autores de clássicos da literatura brasileira, como *Geografia da fome* e *Coronelismo, enxada e voto*, respectivamente; Arthur Ramos, que também atuou na UDF; Maria Yedda Linhares; Manoel Maurício de Albuquerque e José Luiz Werneck. Os professores estrangeiros Hilgard Stenberg, Francis Ruellan, Victor Marie Lucien Tapié, Antoine Bon, Luigi Sobrero, que deram significativa contribuição à instituição.

Nos cursos de Ciências Naturais – física, biologia e química e matemática –, importantes pesquisas foram realizadas, embora a estrutura fosse precária no início das atividades; parcerias com instituições, como a Fundação Rockefeller, viabilizavam os experimentos.

Anísio Teixeira conciliava a função de professor na Faculdade Nacional de Filosofia com outros trabalhos em diversas instituições nos anos 1950 e 1960, o que implicava em algumas ausências na faculdade, o que não diminuía a competência de sua atuação, conforme relata Fávero (2003). Teixeira, sendo especialista em gestão educacional, em 1961 colaborou com a criação da Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (Anpae), de acordo com o jornal *Correio da Manhã* (1961), Teixeira foi eleito como membro do Conselho Deliberativo da associação.

A Anpae, denominada a partir de 1996 como Associação Nacional de Política e Administração da Educação, tinha como objetivos promover a formação profissional de professores e gestores educacionais e incentivar a pesquisa científica no campo da política e da gestão educacional, além de realizar eventos como congressos e seminários relacionados à administração da educação.

Anísio Teixeira foi um homem de ação, conforme relataram seus amigos em vários textos biográficos. Segundo Carneiro Leão (1960), simultaneamente ao trabalho na Faculdade Nacional de Filosofia, Teixeira também trabalhava com a formação de professores da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, no Instituto de Educação, criado por ele na reforma educacional da década de 1930, ministrando cursos de aperfeiçoamento ao professorado. No Instituto de Educação trabalharam com Teixeira os professores Lourenço Filho, Márcio de

Brito, Gustavo Lessa, Plínio Olinto Faria Góis e Carlos Delgado de Carvalho (professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia).

1.5 Anísio Teixeira no debate da LDB/1961

A aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi um movimento importante na construção do sistema nacional de educação. Historicamente vários movimentos e regulamentações como a Reforma Francisco Campos, Manifesto dos Pioneiros, Constituição de 1934 e 1946, e as Leis Orgânicas do Ensino contribuíram para regulamentar a educação no país. No entanto, a educação básica ainda não se havia constituído como um direito de todos os brasileiros.

No ano 1946 teve início um novo momento político no Brasil, o processo de redemocratização, que resultou na eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra. A Constituição de 1946 previa a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o então ministro da Educação, Clemente Mariani, formou uma comissão para tal empreitada. A comissão foi presidida por Lourenço Filho e a elaboração do anteprojeto de lei finalmente seria encaminhada ao Congresso no ano de 1948. A comissão tinha um escolanovista como importante membro, que incorporou muitas das ideias da Escola Nova ao anteprojeto, como a escola pública, obrigatória e laica.

Nesse período, conforme Lima (1978), o ministro escreve à Teixeira, convidando-o para o Departamento de Educação. No entanto, Anísio Teixeira ainda não se sentia confortável para assumir a proposta e respondeu ao ministro em carta, dando-lhe sua opinião sobre a LDB e sobre como poderia funcionar o sistema educacional, destacando a descentralização do ensino para os estados e municípios. Segundo Teixeira, ao governo federal caberia traçar as diretrizes, fiscalizar a educação básica e oferecer apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino municipais e estaduais.

Teixeira ainda nessa resposta justifica seu posicionamento com base no sistema anglo-americano de educação.

Porque descentralização? A razão profunda Anísio ia buscá-la numa reflexão filosófica: “Quanto mais vivo mais percebo que a natureza humana não é boa nem má, mas que faz uma diferença enorme o confiarmos ou o desconfiarmos dela. Os latinos preferiram desconfiar e criaram com isto a confusão e a corrupção. Os anglo-saxônios preferiram confiar e estabeleceram no mundo o que há de mais próximo de uma possível arte de

governar homens, o que há de mais próximo de uma possível ordem humana. Daí a minha convicção – *taticamente* devemos confiar na natureza humana. Ainda é a regra mais sábia, sem com isso sustentar nenhum rousseanismo. Ora, a *descentralização* é esta atitude tática de confiança, cujos resultados sempre sobreexcedem as nossas melhores expectativas.” (LIMA, 1978, s/p.)

Na visão de Teixeira, a liberdade e a divisão de poder entre união, estados e municípios para organizar e gerir a educação eram necessárias e, assim, acreditava que caberia a LDB estabelecer “[...] somente fins e objetivos da educação, deixando ao Estado todo o problema de métodos, formas e meios para o desenvolvimento gradual que lhe possa dar a técnica educativa existente no seu território.” (LIMA, 1978, p. 5).

O projeto da LDB foi apreciado, estudado e criticado de 1948 a 1961 no Congresso Nacional. Segundo Montalvão (2010), um dos primeiros condicionantes da longa tramitação do projeto era o deputado federal Gustavo Capanema. Conhecido pelas reformas educacionais, durante o Estado Novo, que reforçavam o dualismo escolar por meio das leis orgânicas do ensino, que estruturaram escolas para a elite e escolas para os filhos da classe trabalhadora. Foi opositor as ideias liberais progressistas contidas no anteprojeto e era contra a descentralização do ensino, Capanema endossou o arquivamento daquela proposta.

A participação efetiva de Anísio Teixeira nos debates e ações que envolviam a organização do sistema de ensino brasileiro foi intensa. Iniciou-se em 1932, quando foi um dos signatários do Movimento Escola Nova. Ao retornar à vida pública na década de 1950, na capital federal, colaborou com o debate em torno da LDB ao participar de muitos eventos e conferências e, na oportunidade, discursar e posteriormente publicar esses discursos em diversos meios de comunicação, como jornais e revistas, com destaque para a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, o que, posteriormente, resultou em publicações de livros.

Esse movimento de Teixeira foi ganhando forças de maneira que seu posicionamento em favor da escola pública, gratuita, de boa qualidade, que proporcionasse formação integral e em tempo integral, com métodos ativos de ensino de modo a tornar a aprendizagem significativa e prazerosa, passou a incomodar determinados grupos políticos contrários ao seu ideal.

Em meados do governo Vargas, o ministro da educação, Ernesto Simões, solicitou o desarquivamento do projeto da LDB, que permaneceu na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados por mais de cinco anos. Em 1956, já no governo do presidente Juscelino Kubitschek, o ministro da Educação, Clóvis Salgado, tomou iniciativa de revisar alguns aspectos do projeto da LDB e, naquele ano, o debate intensificou-se e avançou.

Teixeira continuava com sua defesa da aprovação da LDB, participando à sociedade do grande debate nacional pela educação. Nesse mesmo ano, conforme Lima (1978), Teixeira participou do I Congresso Estadual de Educação Primária, em Ribeirão Preto. Anísio Teixeira disse em seu pronunciamento que sua luta era “[...] por uma sólida educação comum a ser dada na escola primária, de currículo completo e dia letivo integral, destinada a preparar o cidadão nacional e o trabalhador ainda não qualificado” (LIMA, 1978, s/p).

Nesse evento, o discurso de Teixeira chamou atenção do deputado e padre Fonseca e Silva, que se pronunciou na Câmara dos Deputados para atacar Teixeira, acusando-o de “[...] autêntico intelectual marxista, visto que a sua adesão à linha marxista de educação foi enunciada na famosa conferência lida no corrente ano em congresso de educação realizado em Ribeirão Preto” (LIMA, 1978, s/p).

Distorcendo o posicionamento de Teixeira, noutra oportunidade disse ainda o deputado: “[...] a filosofia perniciosa de conhecido professor da Universidade de Colúmbia recomendado e aplaudido pela Rússia” (LIMA, 1978, s/p). Muitas vezes Teixeira foi mal interpretado pelo seu pensamento liberal inovador, diferente do que se praticava no Brasil. Nunes (2010) diz que, ao mesmo tempo em que era reconhecido por sua inteligência e competência, era também duramente combatido por grupos políticos opositores. Esse embate foi apenas o início do que estava por vir sobre os ataques de um grupo da Igreja Católica contra Anísio Teixeira.

Em fins dos anos 1950, Teixeira liderava a campanha em defesa da escola pública, enquanto a LDB ainda estava sendo discutida no Congresso Nacional. Foram muitos os embates que envolviam os interesses das escolas da iniciativa privada, representadas pela elite religiosa. O presidente Juscelino Kubitschek finalizou seu mandato e a lei ainda não estava aprovada. O debate continuou durante o breve governo de Jânio Quadros, até que a lei finalmente foi aprovada em dezembro de 1961, durante o mandato de João Goulart.

Teixeira, à frente do Inep, tinha uma posição estratégica que poderia influenciar os debates. Convicto de que a educação deveria ser pública e para todos, comprou briga com alguns grupos políticos e religiosos que defendiam o ensino privado. O embate ficou tão acirrado com essa questão que foi necessário outro manifesto, conhecido como o manifesto dos educadores “Mais uma vez convocados”, em julho de 1959. “Redigido novamente por Fernando de Azevedo, contou com 189 assinaturas, entre as quais as de Anísio Teixeira, Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Darci Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto” (BOMENY, s/d, s/p) constituíam o grupo de

intelectuais, outra vez reafirmando as ideias de renovação da educação pública com a aprovação da LDB.

Conforme relata Lima (1978), o manifesto “Mais uma vez convocados” foi resultado do rebatimento e das críticas a algumas emendas à LDB propostas pelo deputado federal Carlos Lacerda, que insistia que o Estado devesse financiar o ensino em escolas privadas, além de defender a liberdade das famílias na escolha da escola, segundo suas crenças e valores, para a educação dos seus filhos. Essas emendas deflagraram vários debates e disputas de interesses. De um lado, um grupo conservador apoiado pelas escolas confessionais católicas e, de outro, os educadores progressistas.

Resgatando o ideário liberal definido no “Manifesto dos Pioneiros”, o “Mais uma vez convocados” se posicionava contra o discurso da Igreja Católica sobre a “liberdade de ensino”, discurso esse que se transformou em plataforma política do deputado Carlos Lacerda, para defender a atuação da rede privada de ensino na oferta da educação básica. O manifesto prossegue reafirmando a educação como bem público e dever do Estado. (BOMENY, s/d, s/p.)

Desde o histórico depoimento de Anísio Teixeira na Câmara dos Deputados, para o qual ele fora convocado pela Comissão de Educação e Cultura, até a aprovação da LDB, já se haviam passado nove anos. Após intensos debates, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n.º 4024/1961 – foi aprovada. De acordo com Bomeny (s/d), por falta de alocação de recursos, não era possível estender a rede oficial de ensino a toda a população. Com essa justificativa, o artigo 95 da nova lei permitia a destinação de recursos públicos à rede privada de ensino.

Anísio Teixeira, ao analisar a aprovação da LDB, classificou-a como uma “modesta” vitória. Um aspecto positivo dessa lei foi a descentralização do ensino, uma de suas defesas já contempladas na Constituição de 1946.

1.6 Os embates políticos de Anísio Teixeira

De acordo com Nunes (2010), Anísio Teixeira foi um dos educadores brasileiros mais atuantes e, ao mesmo tempo, um dos mais combatidos. Sempre fiel às suas ideias, o posicionamento de Teixeira causou grandes incômodos aos grupos políticos e religiosos ligados à educação privada, ao mesmo tempo em que as polêmicas fortaleciam sua campanha em defesa da escola pública. Teixeira chegou a ser acusado de defensor do monopólio estatal

da educação, o que resultou em forte disputa política na Câmara dos Deputados durante a tramitação da LDB.

Sua bandeira, desde os anos 30, consistia na defesa, como direito dos cidadãos e dever do Estado, de uma educação pública, obrigatória, laica e gratuita. Ou seja, de uma educação garantida pelo Estado para todos os que estivessem em idade de freqüentar a escola; da obrigatoriedade da matrícula sob pena de punição; da não submissão da educação a qualquer orientação confessional e, finalmente, da gratuidade da educação, para que todos, indiscriminadamente, tivessem acesso a ela. (BOMENY, s/d, s/p.)

Desde sempre convencido de que a educação brasileira precisava de reformas e modernização, Teixeira influenciou o debate em torno da primeira Lei de diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1961. Lourenço Filho (1960) considera esse período o momento em que as ideias de Teixeira estão amadurecidas para tratar da renovação educacional.

Por fim, vem a tratar da renovação sob os mais diversos ângulos, teóricos e práticos, em conferências, pequenos ensaios e livros, que tratam de política educacional, organização escolar, lógica, ciência e humanismo, todos publicados a partir de 1950. (LOURENÇO FILHO, 1960, s/p.)

Paralelamente à polêmica discussão na Câmara Federal, Anísio Teixeira enfrentava outra questão, a de um grupo de religiosos gaúchos que solicitava sua demissão do cargo de diretor do Inep. Esse movimento ganhou repercussão na imprensa e ficou conhecido como “Memorial dos Bispos”, liderado pelo arcebispo Vicente Scherer e oito bispos da região metropolitana de Porto Alegre, que assinaram o documento. Por meio desse memorial, a Igreja Católica pressionava o ministro da Educação, à época Clóvis Salgado, a demitir Teixeira do Inep. “Pedi-se a cabeça de Anísio, que foi oficialmente informado de sua dispensa do cargo. Foi Darcy Ribeiro quem deu o alarma” (LIMA, 1978, s/p) e iniciou uma campanha em defesa de Anísio Teixeira, ou seja, da escola pública.

Os motivos que levaram os bispos a protestarem contra o diretor do Inep tinham relação com o posicionamento de Teixeira em defesa da escola pública. Os bispos eram “[...] contra a ‘revolução social, através da escola, preconizada pelos órgãos governamentais’” (SCHERER, 1958, s/p).

Teixeira anunciava publicamente que o Estado deveria priorizar e direcionar verbas públicas para as escolas oficiais, pois, se a luta era por uma escola pública, gratuita e para todos, os recursos públicos deveriam ser destinados a esse fim, e as escolas da iniciativa privada seriam mantidas com os próprios recursos. Os religiosos gaúchos interpretaram o posicionamento de Teixeira como um movimento do Estado para monopolizar o ensino.

Acreditavam que “[...] advirão da insistência com que órgãos do Govêrno Federal propugnam a implantação exclusiva de sistemas de ensino oficiais em todo o País, do mesmo passo que hostilizam, e sem tréguas, a iniciativa particular nesse mesmo campo de atividade” (SCHERER, 1958, s/p).

Os bispos representavam uma das instituições mais tradicionais do país, no qual a tradição sagrada era algo a ser mantido e reproduzido, mesmo que resultasse em alguns privilégios. No conceito dos bispos, essa tradição tinha como símbolo central a família, que não poderia ter seus direitos de escolha cerceados pelo Estado. Nesse sentido, defendiam o direito e a liberdade de escolha das famílias por uma escola conforme seus valores e crenças e, sob essa justificativa, defendiam o ensino privado das escolas confessionais.

A ideia de uma escola pública de boa qualidade para todos incomodava grupos conservadores católicos. Os bispos atacavam o pensamento de Teixeira, alertando para o perigo de revoluções sociais a instalarem-se no Brasil. Eles pensavam que o resultado da escola pública, caso o direito a educação fosse assegurado a todos os cidadãos, a instrução e a capacidade de pensar do povo ocasionariam em “problemas” para a sociedade. “O endereço político-social da escola oficial, pública ou comum é, à sua vez, segundo o professor Anísio Teixeira, o de preparar o povo para as reivindicações sociais” (SCHERER, 1958, s/p). De acordo com Nunes (2009), Anísio Teixeira era mal interpretado, sua defesa não era por uma liberdade individual que estivesse acima das instituições, prevalecendo a “soberania do indivíduo”. Ao contrário, criticava esse posicionamento liberal e essa crítica advinda da influência deweyana.

Os bispos encerram o documento dizendo que o povo brasileiro “[...] não quer que se transforme, por uma revolução social, a começar da escola, a República Brasileira em uma República Socialista” (SCHERER, 1958, s/p). Esclarecendo que o memorial tinha endereço pessoal, afirmavam que essa pauta (escola pública) era um desejo daquele educador que ocupava função importante no Ministério da Educação e que representava uma ameaça ao Brasil. Por isso, solicitavam “especial atenção dos Altos Poderes da República” e cobravam “[...] as providências necessárias e inadiáveis, para a cessação dêsse estado de coisas, tão nefasto, a qualquer respeito, aos mais legítimos e excelsos interêsses nacionais” (SCHERER, 1958, s/p). “O núcleo da campanha era afastar e penalizar um educador porque pensava diferente” (LIMA, 1978, s/p).

A repercussão desse movimento na imprensa foi intensa e vários jornais noticiaram o fato, apresentando opiniões diversas, acusando e defendendo Anísio Teixeira. Instituições como Associação Brasileira de Educação (ABE) e União Nacional dos Estudantes (UNE),

cientistas, intelectuais, professores e até religiosos que conheciam e admiravam o trabalho de Teixeira posicionaram-se em solidariedade com ele. Uma das estratégias de defesa de Anísio Teixeira foi a publicação de textos na imprensa para explicar seu posicionamento político, que nada tinha a ver com as acusações.

Vários jornais publicaram matérias sobre essa polêmica. O jornalista Maurício Caminha Lacerda escreveu o artigo “A educação não pode ser um privilégio”, que foi publicado em alguns jornais com circulação no Rio de Janeiro e São Paulo, em 1958. Segundo ele “[...] talvez nunca uma nação haja assistido a tão importante movimento de apoio a um educador, cuja principal reivindicação seria uma força própria para a democracia: a escola pública” (LACERDA, 1958, s/p). A temática polêmica ganhou espaço nos meios de comunicação naquele ano.

Nesse artigo do jornalista Maurício Caminha Lacerda foi citado o apoio de outras instituições e intelectuais brasileiros como o “manifesto de professores da Universidade de São Paulo”, o apoio do ministro Clóvis Salgado em entrevista coletiva, o “manifesto dos escritores do Rio”, o “manifesto dos universitários”, além de outros manifestos de escritores, jornalistas, teatrólogos e musicistas, católicos e de outras correntes do pensamento durante o I Congresso Brasileiro de Arte, realizado em Porto Alegre. O jornalista Lacerda finalizou o artigo fazendo uma analogia entre o Memorial dos Bispos e um tabuleiro de xadrez divino, na qual a justiça foi feita e Teixeira foi exaltado com tal situação em relação à sua luta pela educação pública.

Não é preciso mais. De sua trincheira de papél (são cinco mil telegramas, cartas, bilhetes, manifestos de apôio e solidariedade) na luta que não provocou Anísio Teixeira saiu engrandecido. O céu sabe o que faz. É escrevendo por linhas tortas, diz o ditado, que Deus obriga a que se manifeste a justiça. De resto, no tabuleiro do xadrez divino, mesmo os mais humildes peões podem, convenhamos, meter em xeque os bispos. (LACERDA, 1958, s/p.)

De acordo com levantamento realizado na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, na qual estão disponíveis várias matérias e entrevistas que Teixeira concedeu a jornais ao longo de sua vida pública, podem-se destacar alguns dos jornais de grande circulação à época, como *O Dia*, *O Globo*, *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Imprensa Popular*, *Última Hora*, *O Estado de São Paulo* e *O Tempo*. Todos esses jornais repercutiram a polêmica na pauta de suas edições. “Nos dois meses dessa campanha publicaram-se 14 artigos assinados pelos principais nomes do jornalismo brasileiro, além de 14 editoriais nos mais importantes órgãos da imprensa, bem como dezenas de entrevistas.” (LIMA, 1978, s/p).

Antes do golpe civil-militar de 1964, quando Anísio Teixeira seria realmente afastado do MEC, ainda em 1961, no tumultuado governo de Jânio Quadros, enfrentou Teixeira mais uma batalha que tentava o “derrubar” do cargo que ocupava no Inep. O jornalista José Mauro publicou no jornal *Última Hora* mais um fato polêmico, informando que, enquanto Teixeira estava em viagem aos EUA, com a finalidade de “[...] presidir uma reunião de mais de 40 educadores – reitores e especialistas em ensino superior” (MAURO, 1961, s/p), um grupo político liderado “[...] subterraneamente por Carlos Lacerda e Flexa Ribeiro” articulava o seu afastamento do Inep. O jornalista nomeia esse grupo como “tubarões do ensino” e explica o motivo político desse movimento.

O objetivo dessa manobra é duplo: primeiro, porque o INEP é um organismo poderosíssimo, com grandes verbas, considerado, mesmo, como um super-ministério; segundo, porque Anísio defende a tese da escola pública, contrariando os comerciantes do ensino, que têm no Secretário da Educação da Guanabara o seu mais legítimo representante. Recorda-se, aliás, que no govêrno JK, o Clero tentou afastar Anísio Teixeira do INEP, pressionando o Presidente da República, que chegou a dar ordem ao Ministro Clóvis Salgado para demitir o eminente educador. A reação nos meios intelectuais do País, porém, foi fortíssima e JK acabou por recuar. Desta vez, também, a campanha contra Anísio não terá sucesso, pois o Presidente Jânio Quadros conhece muito bem o diretor do INEP e, assim, não macularia seu govêrno logo no início, com um ato que iria chegar a todo mundo intelectual brasileiro. (MAURO, 1961, s/p.)

Essa articulação acontecia ao mesmo tempo em que o nome de Teixeira era cogitado pelo novo governo para ser ministro da Educação, embora essa opção enfrentasse oposições articuladas pelo deputado Carlos Lacerda, do mesmo partido do presidente Jânio Quadros, a União Democrática Nacional (UDN). Há uma especulação da imprensa sobre a possibilidade de Teixeira substituir Brígido Tinoco, ministro da Educação à época.

Auxiliares do presidente lembraram que o nome do sr. Anísio Teixeira figurara na lista dos possíveis ministros, juntamente com o da escritora Raquel de Queiroz. Fôra, entretanto, posto de lado, na ocasião, devido às resistências encontradas, principalmente nos setores do clero. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1961, s/p.)

Dois dias depois da publicação de *O Estado de São Paulo*, o próprio presidente escreveu ao ministro da Educação, confirmando sua intenção com Anísio Teixeira e dando publicidade à crise com o atual ministro.

Ao Ministro da Educação. Excelência: 1. Percebo, ao longo de relatórios, que V. Exa., sobre ser inatuante, ignora, profundamente, os problemas concernentes à pasta. 2. Confirmo que, de fato, nos últimos dias, meu

assessor, e dos mais autorizados, e dos mais idôneos, tem sido o Prof. Anísio Teixeira. Fá-lo-ei ministro de Estado tão logo V. Exa. compreenda que é corpo estranho na máquina administrativa da União. 3. Existem, e só, duas dificuldades para concretizar a nomeação do Prof. Anísio Teixeira: a) o veto do sr. Carlos Lacerda; b) a oposição frontal da Igreja, através dos seus líderes mais preeminentes. (QUADROS, 1961, s/p.)

Enfrentando polêmicas que tentaram combater suas ações e pensamento, Teixeira atuou por treze anos no Ministério da Educação e Cultura, de 1951 a 1964, e trabalhou com treze ministros em cinco governos diferentes: Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Segundo Gouvêa (2016), um dos fatores que pode ter contribuído para a permanência de Teixeira no MEC foi a passagem de quatro ministros baianos no Ministério, aliás, a presença de baianos no âmbito educacional era significativa naquele período.

1.7 A circulação de Anísio Teixeira em âmbito internacional

Para tratar da temática deste tópico – A circulação de Anísio Teixeira em âmbito internacional – foi realizado levantamento na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira, na aba presença na mídia, em que se encontram as publicações dos jornais da época que acompanharam as viagens de Anísio Teixeira.

Anísio Teixeira certamente não precisava daquela polêmica toda para que sua competência como gestor educacional, intelectual, professor, escritor, conselheiro e cidadão fosse reconhecida. No entanto, nesse mesmo ano de 1958, em que obteve duras críticas no Brasil, Teixeira recebeu alguns convites para participar de trabalhos internacionais. Ivan Pedro de Martins escreveu ao jornal *Diário de Notícias* para informar a “[...] coincidência de que vários jornais estavam justamente dando cobertura” ao Memorial dos Bispos, ao mesmo tempo em que “[...] as consultas e convites para palestras que organizações internacionais como a UNESCO e a União Pan-Americana da Educação dirigiam ao educador”. Ele destaca que essa “[...] polêmica serviu ao menos para que os jornais publicassem as cifras alarmantes da situação da educação pública brasileira, informando à opinião pública sobre a magnitude do problema.” (MARTINS, 1958, s/p).

Os convites vieram a Anísio Teixeira em 1958: da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) “[...] para participar de entendimentos entre o Leste e o Oeste e de uma reunião continental em novembro”; do Instituto Internacional de

Educação e da Carnegie Corporation, “[...] para, em reunião de reitores em Washington, estreitar os laços entre as universidades americanas”; da União Pan-Americana e da Organização dos Estados Americanos, “[...] para participar de comissão incumbida de reativar o programa educacional no hemisfério” (LACERDA, 1958, s/p).

É importante salientar que o Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, firmou vários acordos internacionais com países da América Latina e EUA. Anísio Teixeira, à frente do Inep, firmou parceria com a Unesco para cooperação técnica e apoio financeiro para os vários projetos que liderou.

No ano de 1958, o presidente JK apresentou aos EUA um projeto que ficou conhecido como Operação Pan-Americana OPA¹¹. Tratava-se de uma proposta de acordo político dos países latino-americanos com os EUA, no qual um dos objetivos era garantir financiamento e apoio técnico para as políticas de desenvolvimento social e econômico. O alto índice de pobreza nesses países abria espaço às propostas comunistas, o que representava uma ameaça aos EUA. No ápice da Guerra Fria, os EUA utilizaram-se também da OPA para justificar ações com as nações latino-americanas para romperem com o subdesenvolvimento e integrá-las à sua política expansionista.

Foi nesse cenário que o jornal *O Tempo*, em agosto de 1958, noticiou a intensificação das relações universitárias pan-americanas. Anísio Teixeira, que fazia parte de uma comissão formada por “[...] seis professores norte-americanos e seis latino-americanos” recebeu a visita do professor James Perkins, vice-presidente da Carnegie Corporation de Nova Iorque. O objetivo dessa comissão era visitar, conhecer, bem como estudar os programas das universidades do continente. Em dezembro daquele ano, foi Anísio Teixeira quem viajou aos EUA para participar de reunião da comissão de peritos da União Pan-Americana. O intelectual brasileiro fazia parte de um grupo de sete peritos do ensino superior das Américas, conforme o jornal *O Tempo* (1958, s/p). A participação de Anísio Teixeira nessas comissões internacionais rendeu-lhe várias viagens ao exterior, que eram acompanhadas pela mídia.

Em 1958, a Unesco encaminhou uma demanda aos países para apresentação de um estudo sobre as realidades educacionais nacionais. Conforme o jornal *Folha da Noite* (1959, s/p), em abril de 1959, o MEC definiu uma comissão composta por Temístocles Brandão Cavalcanti (IBECC), José Otavio Meira Pena (diretor da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores), Anísio Teixeira (Inep e Capes) e Fernando de Azevedo (USP e CRPE-SP) para realização desse estudo. “A estes educadores competirá a formulação de nossa tese,

¹¹ Programa multilateral de assistência ao desenvolvimento econômico da América Latina.

tendo-se em vista as peculiaridades dos problemas no Brasil em matéria de educação elementar e preparação do magistério”.

No mesmo ano em que esse estudo foi encomendado pela Unesco, realizou-se um grande debate pelo CRPE de São Paulo. Conforme noticiou o jornal *O Estado de São Paulo* (1958, s/p), o simpósio teve a participação de Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes entre outros renomados professores. Os temas discutidos no evento partiram da provocação de Teixeira com a apresentação dos dois grandes problemas educacionais brasileiros à época: “[...] assimilação escolar dos grupos migratórios de nível diferente e o desenvolvimento heterogêneo que o País atravessa”. Uma das propostas do evento era reunir outras áreas das ciências humanas, como a Sociologia e a Psicologia, para discutirem questões da educação, salientando-se que a educação não pode nem deve caminhar sozinha, quando o professor Florestan Fernandes “[...] ressaltou ainda a necessidade de colaboração entre os cientistas sociais e os educadores” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1958, s/p).

Conforme o jornal *Diário de Notícias* (1960, s/p), Anísio Teixeira viajou aos EUA, em junho de 1960, para participar de reunião de planejamento da Operação Pan-Americana (OPA). Ele representava a pasta da Educação numa subcomissão formada com outras equipes de mais oito países, todos integrantes da “Comissão dos 21”, órgão criado pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A delegação brasileira atuaria sob a supervisão do embaixador brasileiro nos EUA, Fernando Lôbo, e estaria reunida com vários comitês de trabalho.

Seguindo a mesma linha da OPA, cuja ideia surgiu de uma articulação do ex-presidente JK em 1958, a “Aliança para o Progresso” foi um acordo assinado em 1961 por 22 países da América Latina com os EUA. O objetivo do acordo era promover o desenvolvimento social e econômico dos países latino-americanos com seus próprios recursos e com outros fundos criados pelos EUA. A Revolução Cubana (1959) representava uma preocupação aos anglo-americanos, que resolveram ampliar seu “cuidado” com os países latino-americanos, bem como suas reivindicações.

Anísio Teixeira demonstrou entusiasmo com o novo acordo. O *Jornal do Comércio* publicou, em novembro de 1961, a opinião do intelectual, cujo título era “Exaltação da Aliança para o Progresso”. Segundo o *Jornal do Comércio* (1961, s/p), Teixeira afirmara num evento da Associação do Land Grant Colleges, nos EUA: “Desde a política da Boa Vizinhaça do Presidente Franklin D. Roosevelt, é a ‘Aliança para o Progresso’ o mais promissor movimento destinado a promover a revolução social e econômica na América Latina”. Na ocasião, disse ainda que cada país deveria fazer sua revolução social-democrática

para não seguir o caminho de Cuba. Na oportunidade, Teixeira continuou o discurso, lamentando o longo período em que os EUA deixaram de investir nos países latino-americanos e reforçou o compromisso de que cada país faria o esforço necessário para o desenvolvimento das nações e exaltando a atitude do país norte-americano.

Várias foram as ações desse acordo em âmbito educacional. No entanto, a participação do Brasil não foi efetiva, pois o presidente João Goulart não seguiu as regras dos EUA, abrindo campo político com outros países. O país vivia um tempo de dificuldades na economia, sendo alta a dívida externa herdada do governo JK. A política de João Goulart pautava-se na independência econômica e nas reformas sociais de base. Essa política incomodava os EUA, que parecia aumentar sua atitude anticomunista, passando, assim, a apoiar publicamente os militares nos golpes de Estado. A partir de então, houve um impasse e o país passou a restringir verbas ao Brasil, ao passo que os anglo-americanos ignoram o chefe de Estado brasileiro e passam a dialogar com governadores dos estados, como Carlos Lacerda, da Guanabara, e Aluísio Alves, do Rio Grande do Norte, que conseguiram algumas verbas para a infraestrutura.

Embora Goulart tivesse dificuldades com o “Aliança para o Progresso” em meio a um cenário de tensões políticas, Anísio Teixeira demonstra otimismo com o governo no que se refere à educação. Goulart anunciou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, tendo a educação pública significativa importância no projeto. Em 1962, Teixeira disse publicamente que a proposta era realmente animadora para a educação. Foi publicado no *Jornal do Brasil* (1961, s/p), que o “[...] plano trienal para o qual nos convocou o Presidente da República não é mais uma panacéia educacional, e sim, o esforço total da Nação para implantar um sistema de educação que nos emancipe”.

O fomento à pesquisa na educação sempre foi defendido por Anísio Teixeira; desde a criação dos CRPEs, passaram-se dez anos e um dos frutos daquele trabalho foi o “I Seminário para Treinamento de Pessoal em Pesquisas Educacionais”, realizado pelo CRPE de São Paulo. Foi objetivo do seminário “[...] treinar pessoal para cargos de pesquisadores no setor da educação, particularmente em planejamento de administração escolar, relações da escola com a comunidade, estudo de crianças e testes e medidas” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962, s/p). Com duração de nove meses, o curso contara com professores brasileiros e estrangeiros e foi dirigido pelo professor d.^r Robert L. Brackenbury, da Universidade da Califórnia do Sul e pelo professor Carlos Corrêa Mascaro da USP. De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo* (1962, s/p), na solenidade de inauguração do seminário, estiveram presentes várias

autoridades acadêmicas como o diretor do Inep e o representante adjunto da Junta de Assistência Técnica da ONU, o d.^r René Gachot.

Fomentar o intercâmbio entre profissionais da educação pelo encaminhamento de brasileiros ao estrangeiro ou pela “importação” de estrangeiros para a educação no Brasil era uma das ações de Anísio Teixeira, que tinha essa prática para si mesmo ao realizar viagens pedagógicas, estudar nos EUA, interagir com líderes educacionais latino-americanos, europeus e estadunidenses. Demonstra a capacidade e a percepção da importância das trocas de experiências e cultura, processo esse que contribui para o crescimento dos países.

1.8 A atuação de Teixeira em Brasília e a UnB

Com uma atuação diversa à frente do Inep, Teixeira dedicava-se a vários desafios e, em 1957, estava sob construção a nova capital brasileira, idealizada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Eis que o Inep recebe a tarefa de elaborar o sistema escolar de Brasília, o anteprojeto da lei orgânica de educação e da estrutura administrativa desse sistema educacional.

O modelo seguido foi o do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, de Salvador, cuja escola primária destinada a funcionar como casa, lar, integração social e escola de instrução propriamente dita, ofereceria à criança oportunidades de vida compreensiva de estudo, trabalho, sociabilidade, recreação e jogos. (LIMA, 1978, s/p)

Teixeira era experiente em planejar sistemas de ensino. Antes já tivera experiências semelhantes: na Bahia, nas décadas de 1920 e 1940; no Rio de Janeiro (antigo distrito federal), de 1931 a 1935, e, em alguns anos mais tarde, em Brasília. A proposta era que o arrojado projeto de Brasília se tornasse uma referência para o Brasil.

Tendo sido o resultado de uma política de industrialização e interiorização agressivas, seu traçado representou um momento de criação no âmbito do urbanismo e da arquitetura, que teve relevância não apenas para o Brasil, mas também no panorama internacional. (ARAÚJO; BRZEZINSKI, 2006, p. 149.)

Esse projeto escolar foi elaborado por Teixeira. Segundo Araújo e Brzenzinski (2006), com grande entusiasmo, cuidara ele de todos os detalhes físicos, administrativos e pedagógicos, assim como o fizera na Bahia. Foram construídas ao todo cinco escolas-parques

na capital federal, o que era significativo começo para uma capital ainda com reduzido contingente populacional.

Em fevereiro de 1960, o jornal *Diário de Notícias* (1960, s/p), ao anunciar o plano para o sistema escolar de Brasília, destacou o ensino de grau médio destinado a jovens com idade entre onze e dezoito anos, que se realizaria no Centro de Educação Média, com a seguinte estrutura: “[...] 1) Escola média compreensiva, incluindo: cursos acadêmicos, cursos técnicos, cursos científicos; 2) Centro de Educação Física; 3) Centro Cultural; 4) Biblioteca e museu; 5) Administração; e 6) Restaurante”.

O projeto anisiano, inspirado no modelo anglo-americano do início do século, tinha uma proposta de ensino integral, que incluía o ensino profissional.

Há, em Brasília, já em fase de instalação final, no distrito operário de Taguatinga, uma Escola de Aprendizagem Industrial, com instalações modernas, obedecendo em tudo aos melhores requisitos da técnica. Projetada para uma capacidade de 250 alunos funcionará pelo regime de seminternato. Estão previstos os cursos de artes gráficas, marcenaria, instalações elétricas e hidráulicas, sendo as duas últimas ministradas em cursos práticos e intensivos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1960, s/p.)

Para a nova capital incluía-se no sistema escolar um grande projeto de ensino superior, a Universidade de Brasília. Conforme anunciado pelo jornal *O Diário*, em 1959, a estrutura prevista compreendia:

a) Institutos (de Matemática, Física, Biologia, Geologia, Artes, etc.) destinados ao ensino científico básico e especializado; b) Faculdade (de Educação Politécnica, Ciências Médicas, Direito, etc.) destinadas ao adestramento profissional; c) centro de atividades extracurriculares. (O DIÁRIO, 1959, s/p.)

Embora a universidade tenha surgido no Brasil somente na década de 1920, com a transformação das escolas superiores profissionais do Rio de Janeiro em universidade, considera-se a criação da USP, em 1934, e da UDF, em 1935, as primeiras instituições organizadas nos moldes de uma universidade com investimento em pesquisa.

O Brasil estava avançando no desenvolvimento industrial e dois marcos que caracterizam essa passagem foram: a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1946, e a criação da Petrobras, na década de 1950. A política nacionalista continuada no governo JK ganhou forças sob a ótica do desenvolvimentismo. A década de 1950 fora promissora e ficou conhecida como “anos dourados”. E, com anseios de crescimento, fazia-se necessário ao Estado o investimento na formação dos profissionais especializados, os

intelectuais. Essa demanda fazia-se em diversos ambientes produtivos e sociais que vivenciavam significativa transformação com a expansão industrial e urbana. Anísio Teixeira defendia que a educação era o caminho para potencializar esse progresso, ao passo que as universidades teriam significativa contribuição para o crescimento e construção da cultura e das riquezas do país, por isso também o desenho da UnB e o anseio de que se tornasse um modelo nacional.

Nesse contexto, a Capes também foi criada para garantir a formação e a especialização de intelectuais brasileiros, investindo na formação dos professores universitários. Mais tarde, sob essa mesma perspectiva de modernização do Brasil, seria inaugurada a UnB, projeto de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

A proposta era criar uma universidade-modelo para o Brasil, com oferta de cursos de graduação e pós-graduação, visando a uma formação vertical ao aluno, que poderia tornar-se cientista na própria universidade, rompendo com o vício de formação profissional até então do ensino superior brasileiro.

A Universidade de Brasília estava sendo criada a partir de uma posição de alta relevância estratégica para o desenvolvimento nacional: a ênfase nas ciências naturais e nas matemáticas. Era preciso fazer ciência no Brasil, trazer do exterior muitas das nossas melhores cabeças científicas que por força da estrutura arcaica de nossas universidades não tinham condições de fazer ciência aqui, porque não queriam ficar limitadas à mera repetição daquilo que, no máximo, estaria nos livros. (GOUVEIA NETO, 1973, s/p.)

Com professores dedicados em tempo integral, iria a UnB permitir estudos e experiências que levariam a novas descobertas e à construção do saber, com uma estrutura organizada e pensada para tal. De acordo com Lima (1978, s/p), a UnB era diferente em estrutura física e administrativa e “[...] também pela estrutura docente organizada em Institutos Centrais de ensino e pesquisa, em Faculdades destinadas à formação profissional e em órgãos complementares.”.

O projeto da Universidade de Brasília (UnB) teve contribuições da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Às vésperas da aprovação do projeto de lei que autorizaria o funcionamento da UnB, o jornal *O Metropolitano* (1960, s/p) publicou uma reportagem sobre um simpósio convocado pela SBPC que debatia a estrutura da UnB. Participaram daquela discussão mais de sessenta intelectuais que tratavam de “[...] inúmeros aspectos relativos à organização da UnB”. O evento aconteceu no CBPE e Darcy Ribeiro deu início ao debate destacando a “[...] situação atual da universidade brasileira, a partir da qual justifica a necessidade da criação de uma universidade em moldes inteiramente novos”.

Após todo o trâmite de organização da estrutura para o funcionamento da UnB, em 1961 o projeto foi aprovado e autorizava o início das atividades pela Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961, promulgada pelo presidente João Goulart, sendo Tancredo Neves primeiro-ministro, conforme Lima (1978, s/p). O primeiro Conselho Diretor seria composto dos professores: Anísio Teixeira, Hermes Lima, Abgar Renault, Darcy Ribeiro, Osvaldo Trigueiro e padre Matheus Rocha, de acordo com Gouveia Neto (1973, s/p), que elegeram Darcy Ribeiro como reitor. Desde o discurso de posse do Conselho Diretor, do qual Anísio Teixeira foi escolhido como orador, já se manifestava a grande expectativa de esse projeto tornar-se uma referência nacional.

Queremos que ela concretize uma mudança real e seja um instrumento de promoção, de cultura e de soluções de problemas, voltado para o meio social exterior. Nossos planos são para que ela se identifique com as aspirações de evolução do País e contribua para que suas finalidades sejam alcançadas. (GOUVEIA NETO, 1973, s/p)

Anísio Teixeira foi reitor da Universidade de Brasília (UnB), no período de 1963 a março de 1964. Ele assumiu a reitoria interinamente, quando Darcy Ribeiro se afastou do cargo para assumir o Ministério da Educação, sendo o vice-reitor Almir de Castro. Como reitor, Teixeira viajou novamente aos EUA, tendo sido um de seus objetivos buscar referências para a universidade considerada modelo nacional. Durante a viagem, visitou também o *State Department*, em Washington. Essa longa viagem foi em 1963, às vésperas do golpe civil-militar no Brasil, momento de grande tensão política. Sente Teixeira um clima estranho nos Estados Unidos, pelas conversas que tivera no *State Department* parecia que os estadunidenses estavam à espera de algo ao tratar de projetos brasileiros. Anísio Teixeira relata esse sentimento ao escrever ao amigo Péricles Madureira de Pinho, fazendo-lhe o seguinte questionamento: “Será que eles sabem mais do que nós sobre alguma mudança aí?” (LIMA, 1978, s/p).

Naquele ano Teixeira passou vários meses nos EUA. Conforme a *Folha de São Paulo*, foram quatro meses. A convite de várias universidades, como Colúmbia, Harvard, Chicago, Roosevelt e Michigan State. Em solo anglo-americano, Anísio Teixeira ministrou minicursos em seminários e realizou conferências.

Na agenda dessa viagem estava também o acompanhamento de professoras brasileiras que participavam de um intercâmbio nos EUA, na Universidade de Colúmbia. Esse intercâmbio fazia parte de novo programa entre EUA e países da América Latina. De acordo com o *Jornal do Comércio*, a primeira fase encerrou-se em maio de 1963.

No mês seguinte, Teixeira retornou aos EUA para o encerramento de um ciclo de atividades, das quais atuou como professor visitante e recebeu do *Teachers College da Columbia University* uma homenagem. A “Medalha por Serviços Relevantes.” era um reconhecimento pelo serviço prestado à universidade; no certificado que acompanhava a medalha estava escrito o seguinte texto:

Mestre para seus alunos, seus colegas e seu país, cuja erudição ilumina a Educação em tôdas as Américas; líder, nas escolas e universidades do Brasil, cujo exemplo inspira os educadores pelo mundo inteiro; homem que ama tanto o saber que devota a vida ao progresso do ensino e à melhoria das escolas: Para honrar seus notáveis serviços à causa da educação internacional, para assinalar quanto nos orgulhamos do antigo aluno que se distinguiu, e para expressar a elevada estima que lhe dedicamos, o Teachers College lhe confere a Medalha por Serviços Relevantes. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1963, s/p.)

O relacionamento de Teixeira com os anglo-americanos era antigo, tanto que no momento da homenagem já datava de mais de trinta anos, desde sua primeira viagem aos EUA em 1927. O intelectual brasileiro era respeitado pela sua competência à frente da educação brasileira e tinha um bom relacionamento com os expoentes da teoria educacional anglo-americana. No entanto, é curioso pensar que Teixeira também mantinha bom relacionamento com grupos de intelectuais esquerdistas acusados de comunistas. Talvez seja por isso que lideranças conservadoras incluíam Teixeira nesse “pacote”. Além de seu histórico político, Teixeira declarou publicamente àquele grupo apoiar o Movimento de Cultura Popular de Recife, em 1962, quando os membros do movimento foram perseguidos sob a acusação de associar-se aos comunistas.

O grupo com o qual Teixeira tinha estreitas relações estava no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), criado com seu apoio em 1955 sob a ideologia da política nacionalista. O órgão integrava o MEC. A atuação do Iseb figurava no apoio à política de desenvolvimento do Brasil, atrelada à modernização do ensino, visando ao atendimento à expansão social e industrial, com foco no desenvolvimentismo nacional.

O Iseb foi uma escola de governo de alto nível voltada à formação de dirigentes do país. De acordo com Wanderley (2016), em 1955 era o Iseb o principal centro de produção de conhecimento por meio de pesquisas que embasaram as políticas administrativas do governo. Os estudos eram realizados a partir de teorias sociais brasileiras aplicadas aos problemas nacionais sob uma proposta pragmática. Ofertava curso de pós-graduação com foco na formação de técnicos e gestores para a administração pública e privada, mas, principalmente, no âmbito da gestão pública.

Com uma clientela seleta, os alunos do Iseb dedicavam-se em tempo integral ao curso. Dentre os perfis de alunos estavam universitários, professores e militares. Os professores do instituto eram especialistas em suas respectivas áreas de atuação e organizavam-se nas disciplinas: Filosofia (Álvaro Vieira Pinto), História (Cândido Mendes), Ciência Política (Hélio Jaguaribe), Sociologia (Guerreiro Ramos), Economia (Ewaldo Correa Lima).

Segundo Wanderley (2016), a proposta do Iseb era contribuir com a superação da crise brasileira pelo desenvolvimento nacional a partir da potencialização de diversas esferas produtivas e superar a tradição econômica de produção primária, o que implicaria na transformação da elite brasileira, de base agrária, para uma nova burguesia industrial nacional. O Iseb foi concebido no governo Café Filho e teve apoio de JK, pois estava exatamente alinhado à política nacional-desenvolvimentista.

O Conselho Curador do Iseb era composto por oito membros, entre eles Anísio Teixeira, Themístocles Cavalcanti e Roland Corbusier (diretor). Os intelectuais que atuaram no Iseb tinham um pensamento modernista e a contribuição para o Brasil seria a colaboração deles para a superação do atraso do país pela via do conhecimento construído pelas pesquisas, o que poderia implicar em mudanças econômicas, culturais e sociais. Justamente por essa proposta inovadora, esses intelectuais foram perseguidos politicamente por grupos de uma elite conservadora que se beneficiavam desse atraso.

Liberais e comunistas foram perseguidos. Anísio também foi fundador do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), a primeira instituição a ser fechada com o golpe militar. Roland Corbusier, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto e, é claro, Hélio Jaguaribe. Anísio estava em toda essa movimentação, até contraditória, porque envolve católicos, liberais, comunistas, nacionalistas. Todos foram perseguidos pelo golpe. (LAGÔA, 1999, s/p.)

Além do Iseb, outras instituições foram perseguidas e atacadas pelos militares com o golpe civil-militar de 1964, inclusive a UnB, interrompendo, assim, a trajetória de Teixeira na instituição. A universidade foi atacada pela polícia, que “[...] caiu sobre ela como se ali estivesse tramando e pervertendo a mentalidade dos estudantes, o diabo comunista em pessoa” (LIMA, 1978, s/p). Era o início de um período histórico antidemocrático que o país vivenciou por mais de vinte anos. Características daquele regime era a perseguição e a repressão aos grupos de esquerda, de oposição democrática e até da Igreja. Todo pensamento de liberdade e democracia incomodava profundamente o regime civil-militar ditatorial: o horizonte parecia fechar-se para Teixeira.

1.9 A atuação no Conselho Federal de Educação e a reforma universitária

Muitas foram as iniciativas de Teixeira de investimentos na universidade pública e promoção de pesquisas na área das humanidades que estavam relacionadas principalmente à formação do magistério superior. As ideias e os planos de Anísio Teixeira na educação superior eram inovadores e ousados para o modelo social brasileiro e, por isso, enfrentaram intensas oposições de grupos liberais e católicos.

A criação da UDF na década de 1930, a Capes, o CBPE, o Iseb, a Faculdade Nacional de Filosofia na década de 1950, a UnB, FGV e o Conselho Federal de Educação na década de 1960 constituem algumas de suas criações e atuações no ensino superior. Num cenário político que visava ao desenvolvimento nacional era uma necessidade a preparação do quadro intelectual do país, além de ter na universidade pública a autonomia e a competência para se discutirem os problemas da educação pública e demais setores, estudando soluções por meio das ciências.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 1961, previa a criação de um Conselho Federal de Educação (CFE) e, no início de 1962, o presidente da República assinou o decreto que criava esse conselho e nomeava 24 conselheiros¹², entre eles, Anísio Teixeira, com mandato de seis anos. O CFE foi fundamental para a discussão da reforma universitária que aconteceria em 1968.

Teixeira, como membro do CFE, participou dos debates relacionados ao ensino superior. Em agosto de 1964, após o golpe civil-militar, licenciou-se do CFE para viajar aos EUA. Retornou ao país e reassumiu seu mandato no grupo de conselheiros em 1966 e, no cenário político ditatorial, limitou-se a emitir pareceres nas comissões em que atuou: Planejamento, Ensino Primário e Médio e Ensino Superior, conforme Fávero e Britto (2010).

Com base em sua experiência no ensino superior, Anísio Teixeira foi intimado a prestar depoimento na Câmara dos Deputados, em 1968, quando era debatida a reforma universitária e eram discutidas propostas relacionadas à “[...] autonomia universitária, institutos centrais, desenvolvimento de pesquisas na Universidade, indissociabilidade entre

¹² Conselheiros nomeados: “Anísio Teixeira, Alceu Amoroso Lima, Antônio Ferreira de Almeida Junior, Abgar Renault, Dom Helder Câmara, Josué Montello, Francisco Brochado da Rocha, Antônio Balbino de Carvalho, com mandato de seis anos; dom Cândido Padim, Joaquim Faria de Góes Filho, Maurício Rocha e Silva, Hermes Lima, padre Vieira de Vasconcelos, Edgar Rego Santos, Newton Sucupira e Clovis Salgado da Gama, com mandato de quatro anos; José Borges dos Santos, Francisco Maffei, Celso Ferreira da Cunha, João Bruzze Neto, José Barreto Filho, Roberto Bandeira Acioly, Deolindo Couto e Raimundo Cavalcanti Chagas, com mandato de dois anos.”. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1962, s/p.)

ensino e pesquisa, ciclos básicos e profissional, tempo integral e a instituição da carreira do magistério” (ROTHEN, 2008, p. 456).

A Reforma Universitária de 1968 era discutida desde 1962, quando se criou o CFE. Ela era resposta à necessidade de romper-se com a herança do ensino superior do período colonial, que representava um atraso universitário existente no Brasil. Outra preocupação era a ampliação do ensino superior, que ocasionou um crescimento desordenado de faculdades e institutos isolados pelo país. Conforme mencionado, a universidade é construída aqui muito tardiamente, num contexto em que a Europa já discutia as reformas nas universidades. O modelo de ensino superior implantado apenas no período imperial tinha o foco na formação profissional, em tempos de disputas de poder entre colônia e colonizadores, não era de interesse lusitano esse tipo de investimento em terras tupiniquins.

O colonizador queria comerciar, produzir e instituiu a escravidão. Os jesuítas, lançados à cruzada católica-cristã, representam a contra-reforma restauradora, fundada em grande esforço educacional. O poder monárquico, lutando contra o desenvolvimento autônomo da colônia, fecha-lhe as fronteiras, torna obrigatória a naturalidade portuguesa dos funcionários, monopoliza o comércio, não permite nem fábricas nem tipografias, nem imprensa, nem Universidade. (LIMA, 1978, s/p)

A Universidade de Brasília, muito bem concebida por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, com autonomia administrativa e financeira, estrutura física com prédios e laboratórios modernos e corpo docente de alto nível intelectual seria uma inspiração à reforma universitária. A maior inspiração estava relacionada à estrutura da UnB, pautada no ensino e na pesquisa e na autonomia universitária. Conforme Gouveia Neto (1973), a UnB

[...] significou o primeiro grande passo para a reforma da universidade brasileira que se iniciaria mais tarde. Muitas idéias nascidas com a criação, em 1962, da Universidade de Brasília, frutificariam e se desenvolveriam em muitas outras Universidades. (GOUVEIA NETO, 1973, s/p.)

A reforma universitária baseava-se na necessidade de criação de nova cultura, que fosse científica e tecnológica, com cursos de alto nível e bem estruturados de especialização. Investir na ciência e tecnologia para além do desenvolvimento econômico e social, mas, também, pela “[...] sua contribuição à formação ética e cultural mais ampla da cidadania democrática” (TRINDADE, 2009, p. 34). Na visão de Anísio Teixeira, seriam funções da universidade a formação profissional, a promoção da abertura da mente do aluno ao conhecimento, o desenvolvimento de pesquisas e construção de novos conhecimentos e a formação da cultura nacional.

Uma das inquietações de Anísio Teixeira com a reforma universitária era sobre a liberdade de ensino prevista na LDB, que implicou a abertura de novas e muitas escolas de ensino superior. Sua crítica centrava-se no questionamento da qualidade dos profissionais que estavam sendo formados nas instituições que funcionavam precariamente quanto à estrutura física e de pessoal. O ensino superior estava sendo precarizado no país e a reforma universitária poderia corrigir esse problema com nova regulamentação para o ensino superior.

A sugestão de Teixeira para tentar corrigir o problema do ensino superior como um comércio de diplomas seria a instituição de normas para validação do profissional portador do diploma de nível superior, que poderia ser a submissão deste à exames realizados por órgãos e conselhos profissionais ou até mesmo o próprio Estado.

Teixeira também alertou para o ensino nas áreas da agricultura, comércio e indústria, que tinham alto custo e, por isso, era necessário criar uma consciência de que não se deveriam reduzir os recursos desses cursos a fim de precarizá-los. As outras propostas de Teixeira para a reforma estavam relacionadas à integração das várias escolas de ensino superior da mesma área do conhecimento, e a criação da nova escola de pós-graduação de estudos avançados e pesquisas.

Um dos resultados da reforma baseado em ideias anisianas foi o desmembramento da Faculdade Nacional de Filosofia em institutos por área de conhecimento, cujo objetivo era possibilitar o aprofundamento dos estudos de determinada área. Esse movimento na Faculdade colaborou com outro objetivo da reforma, mas esse era dos militares, pois, ao separar os cursos de humanas, alguns grupos de estudantes e professores foram desfeitos, o que enfraqueceu o movimento estudantil, possibilitando maior controle pelo governo ao que representava uma ameaça comunista.

Segundo Trindade (2009), a reforma universitária que aconteceu durante o período de ditadura civil-militar revelou um paradoxo dos militares, que, influenciados por uma elite que acreditava que o avanço do Brasil, estava diretamente relacionado à formação de pesquisadores altamente capacitados por meio da pós-graduação, ao mesmo tempo buscava conter os “rebeldes” nas universidades, para posteriormente instituir o projeto do governo militar, que tinha influência dos movimentos anteriores ao golpe. “Diante do ressurgimento do movimento estudantil em 1968, os militares resolveram entrar diretamente no processo de reforma” (TRINDADE, 2009, p. 26).

O ano de 1968 ficou conhecido como o ano da contestação, marcado por diversos movimentos sociais em vários lugares do mundo. Naquele ano, o Brasil viveria o início dos temidos “anos de chumbo”, período de maior repressão da ditadura militar, no qual foi

lançado o Ato Institucional n.º 5. Foram perseguidos, presos, torturados ou exilados muitos intelectuais, professores, escritores, artistas e estudantes que faziam oposição à ditadura. Os meios de comunicação sofreram censuras e jornalistas foram alvos do aparato repressivo. O fechamento do Congresso Nacional e intervenções políticas nos estados e municípios foram outras ações decorrentes do AI 5.

A cena repetia-se na trajetória de Anísio Teixeira, um liberal progressista, que defendia a democracia e vivenciava pela segunda vez um regime ditatorial em seu país. Se em 1935 Teixeira se retira do cenário público e vai para o interior da Bahia, em 1964 é convidado pela Universidade de Colúmbia para atuar como professor visitante. Em 1963, já havia vivenciado aquela experiência no ciclo de conferências de que participara, conforme mencionado.

O convite para atuar nas universidades anglo-americanas, segundo consta na biografia de Teixeira no CPDOC da FGV, veio como um ato de solidariedade das instituições estadunidenses. Como professor visitante nos EUA, em 1965, Teixeira lecionou na Universidade de Nova Iorque e, em 1966, na Universidade da Califórnia. Em 1966, Anísio Teixeira retornou ao Brasil e tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas, em que atuou até o fim de sua vida.

Dentre diversas funções acumuladas, além das já citadas neste trabalho, Teixeira foi membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e atuou também como titular no Conselho de Educação Superior das Repúblicas Americanas (Chear). Foi uma forte liderança e uma das maiores referências no âmbito da educação superior brasileira.

1.10 Últimas atividades profissionais de Anísio Teixeira: FGV e Companhia Editora Nacional

A Fundação Getúlio Vargas foi criada em 1944, no Rio de Janeiro, e sua principal finalidade era a oferta de cursos para a formação de especialistas em administração e economia para atuação nas esferas pública e privada. A instituição consolidou-se e tornou-se referência nacional da formação de especialistas em administração. A formação de especialistas no segmento educacional somente se iniciaria em 1972 por influência de Anísio Teixeira, um dos consultores da FGV à época.

Em janeiro de 1971, Anísio Teixeira e Joaquim Faria Góes Filho apresentaram o projeto de criação do Instituto de Estudos Avançados em Educação (Iesae) ao presidente da

FGV, Luiz Simões Lopes. O projeto previa a criação de um curso de mestrado em Educação, que “[...] adotava como critérios metodológicos a análise da realidade educacional brasileira, a partir de diferentes posições teóricas, e a realização de pesquisas aplicadas que permitissem o exame das políticas e das propostas educacionais.” (FÁVERO, 2003, p. 1.261).

O projeto foi influenciado pelas ideias de Anísio Teixeira, sendo esse seu último trabalho de grande relevância educacional. O presidente da FGV formou uma comissão cujos membros eram os professores Luiz Alves de Mattos, Joaquim de Faria Góes, José de Faria Góes Sobrinho e Anísio Teixeira. O Iesae foi inaugurado em julho do mesmo ano, após a morte de Teixeira, ocorrida em março. A proposta desse instituto estava totalmente alinhada ao que Teixeira desenvolvia no Inep, na Capes, Iseb, UdB, ou seja, objetivava a formação de especialistas para a educação. Conforme Fávero (2003):

Embora o *Projeto de Criação do Instituto de Estudos Avançados em Educação/FGV* apareça como resultado do trabalho dessa Comissão, é sabido que esse Instituto estruturou-se a partir das idéias do educador Anísio Teixeira, com base em três projetos fundamentais: a) constituir-se em centro de análise e prospecção da conjuntura educacional brasileira, b) consolidar um Curso de Mestrado em Educação e c) oferecer cursos intensivos de Especialização sobre Planejamento e Administração de Sistemas Educacionais (TEIXEIRA, 1969). (FÁVERO, 2003, p. 1.259.)

O mestrado em Educação do Iesae ganhou notoriedade nacional. Segundo Fávero (2003), havia muita procura por professores, especialmente do ensino superior, de todo o Brasil, que nos primeiros anos deram preferência para as áreas de “[...] administração, gestão de instituições e sistemas educacionais” (FÁVERO, 2003, p. 1.261).

Segundo entrevista da professora Maria Julieta Costa Calazans, uma das primeiras doutoras contratadas pelo Iesae, o instituto tornou-se “[...] nacional, por não existir mestrados em educação nas outras regiões do país e por seu esforço de presença no plano nacional [...] o IESAE fez cursos de especialização para o pessoal de secretarias de educação e para professores universitários, no Brasil inteiro” (BIANCHETTI; FÁVERO, 2005, p. 154).

Nessa entrevista, a professora destaca a importância dos professores Anísio Teixeira e Durmeval Trigueiro para a consolidação desse projeto, que durou até a década de 1990, quando o Instituto foi extinto. A criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) aconteceu dentro do Iesae por iniciativa da professora Maria Julieta em 1978, um dos importantes frutos do Instituto, além da formação de vários profissionais da educação.

Anísio Teixeira foi um intelectual dedicado à educação e sempre ativo. Ao findar de sua carreira, como consultor da FGV, realizava palestras e escrevia artigos. Conciliava essa atividade com a função de editor na Companhia Editora Nacional, em que já havia prestado serviço na década de 1930 e atuado com o amigo Monteiro Lobato. Em 1966, ao retornar ao Brasil, Teixeira foi contratado pela Nacional e dedicou-se a um projeto significativo na reedição e tradução de livros.

Segundo Toledo (2015), Anísio Teixeira foi diretor da Coleção Cultura, Sociedade e Educação (CCSE), da qual foi o responsável por analisar e selecionar as obras, reeditá-las, traduzi-las e prefaciá-las. A coleção contava com vinte volumes, que foram lançados aos poucos, de 1968 a 1970. Dentre os autores selecionados por Teixeira, havia brasileiros e estrangeiros. Algumas obras e autores da coleção foram: *A galáxia de Gutenberg*, de Marshall McLuhan; *Liberalismo, liberdade e cultura*, de Jonh Dewey; *Uma escola diferente*, de Terezinha Éboli; e *Democracia na América*, de Alexis de Tocqueville. Teixeira também incluiu cinco livros de sua autoria à coleção: *Educação não é privilégio*, *Educação e o mundo moderno*, *Educação é um direito*, *Educação no Brasil* e *Pequena Introdução à filosofia da educação*.

Teixeira contava com o apoio de Octales Marcondes Ferreira, dono da editora, com quem mantinha longa amizade. De acordo com Toledo (2015), o projeto da CCSE estava sendo desenvolvido num período político antidemocrático, no qual a censura e a ausência de liberdade de expressão eram obstáculos por causa do conteúdo que eram abordados nos livros. Com esse trabalho, Teixeira pretendia alcançar jovens profissionais da educação e também o público comum, prestando um serviço a favor da democracia. “Conformam-se, sob a égide da coleção, como antídoto à violência, à palavra roubada, à supressão e à opressão da liberdade, expressões que deveriam compor toda e qualquer cultura comum ou geral.” (TOLEDO, 2018, p. 14).

Nesse período também, Anísio Teixeira, por influência de seus pares, aceita candidatar-se à Academia Brasileira de Letras (ABL), no final de 1970. Segundo Gouveia Neto (1973), Teixeira não se considerava um escritor, embora dedicasse toda a vida a atividades intelectuais e à produção escrita de várias obras; certamente tinha os pré-requisitos para tal posto. Os intelectuais da sua geração apostavam na eleição do experiente baiano, caso assumisse a cadeira n.º 36, estaria ao lado de ilustres conterrâneos como “Adonias Filho, Jorge Amado, Pedro Calmon, Hermes Lima, Afrânio Coutinho e Luís Viana Filho” (GOUVEIA NETO, 1973, s/p).

Esse projeto, no entanto, não se concretizou, pois Anísio Teixeira faleceu em 11 de março de 1971. No momento mais duro da ditadura militar, sua morte foi divulgada como um acidente, quando seu corpo foi encontrado no fosso do elevador do prédio em que Aurélio Buarque morava, no bairro Botafogo, zona sul do Rio de Janeiro. Teixeira havia saído da FGV e iria encontrar Aurélio para tratar de assunto relacionado à sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, mas o encontro não aconteceu.

Em virtude das incertezas que cercavam o episódio da morte, a família de Teixeira contratou uma investigação particular sobre o “acidente” e foram confirmadas irregularidades no laudo pericial. Essa investigação teve de ser interrompida durante o governo militar sob medo da família em sofrer alguma perseguição. Somente no final da década de 1980, a investigação foi retomada e ganhou forças no governo da presidenta Dilma Rousseff, no qual foi criada a Comissão da Verdade, com objetivo de esclarecer crimes políticos durante a ditadura civil-militar. Em 2016, essa comissão confirmou o que já era suspeito, Anísio Teixeira fora vítima de um crime político cometido pela ditadura civil-militar.

Recentemente o professor João Augusto de Lima Rocha, da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, lançou o livro *Breve história da vida e morte de Anísio Teixeira – Desmontada a farsa da queda no fosso do elevador*, para registrar e esclarecer esse fato revoltante da história de Anísio Teixeira e da educação brasileira. O autor do livro participou da comissão que investigou a morte de Teixeira.

1.11 Homenagens a Anísio Teixeira

Embora tenha tido adversários e muitos enfrentamentos durante seu percurso na vida pública, Anísio Teixeira sempre foi respeitado por causa do firme posicionamento em relação aos seus próprios ideais, sua inteligência e habilidade em colocar em prática suas ideias e sua capacidade de liderança. Tudo isso foi motivo de muita admiração por quem conhece sua obra (NUNES, 2000). Segundo Fernando de Azevedo (1960), o nome de Anísio Teixeira ultrapassou as fronteiras nacionais “[...] conquistando na Europa e na América reputação e prestígio que poucos brasileiros terão alcançado na esfera da educação” (AZEVEDO, 1960, s/p). Foi premiado na França com a “Cruz de Oficial da Legião de Honra”, além de ser benquisto na Faculdade Nacional de Filosofia e homenageado, tendo sido convidado pelos alunos a ser paraninfo de algumas turmas. O livro *Anísio Teixeira: pensamento e ação*,

organizado por Fernando de Azevedo, foi uma grande homenagem pelos sessenta anos de Teixeira, conforme relata a *Folha de São Paulo*, em 1960.

Da Bahia, no aniversário de setenta anos, Anísio Teixeira recebeu várias homenagens em reconhecimento ao seu significativo trabalho pela educação. Os alunos do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva promoveram a homenagem na V Semana do Livro Baiano (Seliba), que tinha o objetivo de valorizar e divulgar as obras de escritores baianos, sendo um deles o professor Anísio Teixeira. O mesmo colégio realizou outra homenagem pelos setenta anos de Teixeira naquele ano, contando com a presença de autoridades educacionais e políticas. O evento lotou o auditório da escola e ganhou destaque nos jornais locais. Outras instituições também o homenagearam naquele ano, como a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, o Conselho Estadual de Educação da Bahia, Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia, e a “[...] instituição da Medalha de Ouro Anísio Teixeira para o melhor aluno da cadeira de Administração Escolar, na Faculdade de Educação da Bahia” (GOUVEIA NETO, 1973, s/p).

“Em julho de 1973 conferiu-lhe *post-mortem* o Ministério da Educação e Cultura a comenda da Ordem Nacional do Mérito Educativo no grau de Grande Oficial. Era titular o senador Jarbas Passarinho” (LIMA, 1978, s/p).

Mas Anísio Teixeira, a quem a França já distinguiu, concedendo-lhe a Cruz de Oficial da Legião de Honra, e a Unesco tomou por seu Conselheiro para o Ensino Superior, pouco importam as incompreensões e hostilidades, com que aqui se procura ferir-lhe o nome e solapar-lhe a obra de reconstrução educacional. (AZEVEDO, 1960, s/p.)

Anísio Teixeira foi um expoente da educação no Brasil do século XX, pensou o sistema, abrangendo todas as esferas educacionais.

Não há setor da educação brasileira em que não se encontre obra de sua mão, inspirada por êle ou marcada de suas influências, nem problema que não tenha enfrentado para lhe dar solução mais adequada. Das questões relativas à infra-estrutura, constituída dos edifícios e instalações escolares, das bibliotecas, laboratórios e museus, passa com o mesmo zêlo às que dizem respeito à formação profissional, seleção, aperfeiçoamento e especialização do magistério de todos os graus por meio de cursos no país ou de bôlsas de estudos no estrangeiro. (AZEVEDO, 1960, s/p.)

A contribuição para a reconstrução da educação nacional foi a grande obra de Anísio Teixeira nas décadas de 1950 e 1960. Durante sua trajetória profissional na vida pública teve muitas oportunidades para colocar em prática suas ideias pragmáticas de bases científicas e

democráticas na instituição do sistema nacional de educação. Destaca-se sua habilidade em trabalhar e conectar intelectuais das diversas áreas como sociólogos, antropólogos, psicólogos, filósofos e outros cientistas com as questões educacionais, algo essencial para o desenvolvimento educacional brasileiro.

Foi um articulador no cenário brasileiro para instituição da educação como uma ciência, além de defender que a educação era uma questão política e das mais importantes do país. Acreditava que a educação básica iria cumprir seu papel de formação do povo para a democracia, do homem comum para a cidadania e para o trabalho se a escola pública tivesse: recursos humanos capacitados para o exercício da função docente e da administração escolar, estrutura física com prédios modernos e amplos, equipamentos e recursos didáticos pedagógicos para o desenvolvimento pleno das propostas pedagógicas de ensino.

Na visão de Teixeira, o investimento do Estado na escola pública seria o caminho para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, pois essas esferas eram complementares. Teixeira, em sua filosofia educacional, foi taxado de utópico ou, até mesmo, um apaixonado pela educação, pois acreditava na educação pública como um meio para a mobilidade social brasileira; pensava ele num liberalismo em que pudessem ser equilibrados o capitalismo e o socialismo, resultando numa sociedade livre, democrática e próspera, o que requeria profunda mudança cultural brasileira.

2 A ESCRITA E O REPERTÓRIO TEMÁTICO DE ANÍSIO TEIXEIRA NO PERÍODO DE 1951 A 1971

*“Todo saber é uma ‘experiência’
de saber. Toda ciência é uma
vitória da persuasão
sobre a força.”*

(ANÍSIO TEIXEIRA.)

Preâmbulo

Este segundo capítulo tem por objetivo apresentar o repertório de temas educacionais abordados por Anísio Teixeira nos escritos do período de 1951 a 1971. Seus escritos representam uma produção que permanece atual para a educação em diversos níveis e modalidades, nos aspectos administrativos e pedagógicos, no que tange à gestão e à legislação educacional, além das “ciências da educação”. Essa atualidade de Teixeira também é reveladora da permanência extemporânea dos velhos problemas da educação brasileira.

Para a elaboração deste capítulo foi realizado um levantamento dos escritos de Anísio Teixeira, publicados de 1951 a 1971. Esses escritos estão em forma de livros, artigos, entrevistas, discursos e relatórios. A apresentação desse repertório de assuntos de Teixeira está organizada numa sequência de tópicos temáticos.

2.1 A escrita de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971: breve contextualização

Os textos de Anísio Teixeira produzidos no período de 1951 a 1971 são constituídos principalmente de pequenos ensaios que analisam diversos assuntos relacionados à educação. Não se trata de textos acadêmicos, mas, escritos empíricos com base em análises e ações, que também se configuram como forma de intervenção no debate público educacional. Os textos de Teixeira não tinham o traço marcante dos textos acadêmicos, em geral escritos para especialistas, o acadêmico dialogando com acadêmico, textos que cumprem num protocolo acadêmico que inclui revisão de literatura, referencial teórico e método. A escrita de Teixeira era uma escrita viva e tratava de temas oriundos da leitura que ele fazia da realidade educacional brasileira e seus imensos problemas para os quais não havia intervenções

proporcionais. Havia um elemento de práxis nos textos de Teixeira. Neles há ação, reflexão e intervenção, isto é, são textos reflexivos, críticos e com finalidades bem definidas. Para Morse (1988), crítico do academicismo, Anísio Teixeira talvez fosse um intelectual fora dos padrões acadêmicos, cuja obra não consistia em atender a interesses instrumentais e preditivos. Teixeira esteve sempre alinhado com os interesses do povo brasileiro e, por isso, suas práticas se enquadram como tentativas de aguçar a consciência acerca das grandes premissas culturais.

O intelectual Anísio Teixeira escrevia conforme seu engajamento em sua atuação pública. Teixeira queria construir no Brasil uma escola brasileira, que não fosse herdeira do enciclopedismo iluminista do século XVIII e também do panoptismo. Teixeira era um crítico do modelo escolar brasileiro, segundo ele, transplantado da Europa do século XVIII pelas elites conservadoras brasileiras. Os Estados Unidos da América são referências de modernidade que inspira Anísio Teixeira, que nunca perdeu de vista a necessidade de criar a escola e a universidade brasileira identificadas com a cultura do país.

Os textos que Teixeira produziu nesse período foram publicados em meios de comunicação como revistas, jornais e livros e direcionados aos profissionais que atuavam na educação. Muitos desses escritos são oriundos de discursos e palestras em eventos de que Teixeira participou ao longo de sua carreira pública.

No período de 1951 a 1971, Anísio Teixeira dedicou-se a estudar e a difundir questões relacionadas a temas como educação integral, gestão educacional, escola em tempo integral, ciência, humanismo, sociedade, modernidade, tecnologia, cultura, filosofia, formação de professores, universidade e democracia.

Anísio Teixeira foi protagonista na educação brasileira no momento em que o sistema nacional de educação começava a ser concebido e constituído. O processo de instituição que estava lento e precário necessitava de políticas públicas. Naquele momento, o conjunto de leis que regulamentavam a educação estava em elaboração, a produção científica na área das humanidades era incipiente, não havia uma sistematização das ações que gerassem indicadores de avaliação e acompanhamento das atividades relacionadas aos processos educacionais, o que dificultava a realização de um diagnóstico consistente e efetivo. Além disso, a formação de professores era precária e a rede de escolas era insuficiente para atendimento à população em idade escolar.

No período de 1951 a 1971, Teixeira ocupou relevantes cargos no Ministério da Educação e Cultura (MEC)¹³. Em 1951, assumiu a Coordenação de Aperfeiçoamento de

¹³ O órgão passou a ter essa nomenclatura a partir de 1953, substituindo o título de Ministério da Educação e Saúde e dissociando-se da área da saúde.

Pessoal de Nível Superior (Capes), em que atuou até 1964. Nesse órgão Teixeira contribuiu para a organização de um sistema de fomento e apoio à pesquisa científica brasileiras em suas diversas áreas.

No ano de 1952 Anísio Teixeira foi nomeado diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep). Nesse cargo permaneceu por doze anos e, de forma dinâmica, foi o ator principal na constituição do sistema nacional de educação. Estabeleceu diversas parcerias com estados e entidades internacionais, criou e estreitou laços entre as ciências humanas e sociais e a educação, criou instituições de pesquisa e apoiou a formação de professores.

Durante esse período, Teixeira também participou de várias entidades e movimentos ligados à educação. Sendo Anísio Teixeira de formação pragmática, o que na etimologia da palavra significa ação, sua atuação no MEC foi constantemente ativa nos moldes pragmáticos. O pragmatismo é a filosofia que relaciona pensamento e ação, ser pragmático na educação é mais do que ser prático, pois envolve elementos físicos, implantação de práticas que variam conforme o lugar, tipo e forma de ensino. Nesse sentido, a ação não é voluntária, ela é planejada, o que permite mensurá-la no decorrer do processo educativo e elaborar análises.

Desse modo, na filosofia pragmática, o valor está na concretude das ações. Na educação o pensamento configura-se na relação com a ação para obter o domínio dos resultados. Assim, pensamento e ação estão no mesmo nível e retroalimentam-se. Nessa pedagogia, o aluno educa-se a partir das experiências. A proposta de Teixeira era reformular e sistematizar as práticas, alinhadas com o que a escola desejava formar e isso se relaciona diretamente com um projeto de nação.

Para John Dewey o pensamento é uma “[...] função mediadora e instrumental que evoluiu para servir aos interesses da sobrevivência e do bem-estar humano.” (BRASIL, 2010, p. 14). Do ponto de vista científico, no pragmatismo é necessário comprovar a funcionalidade do conhecimento por meio do método de experimentação. Nesse sentido, o conhecimento precisa ser colocado em prática. O pragmatismo é a filosofia do pensamento por meio da ação que se quer transformar em conhecimento.

Do ponto de vista pedagógico, o pragmatismo baseia-se em seu próprio funcionalismo e instrumentalismo. Assim, as crianças são seres ativos que aprendem mediante enfrentamento de situações problemáticas. Aplica-se a pedagogia dos trabalhos manuais, na qual o aluno aprende pela prática; as habilidades são desenvolvidas e, a partir delas, a elaboração dos conhecimentos.

Embasado por essa filosofia que calibra pensamento e ação, além de exercer cargos importantes e liderar equipes de trabalho, Teixeira produziu variada bibliografia para a

educação, paralelamente às funções de gestor educacional. Numa fase madura de sua carreira, Teixeira escreveu vários textos resultantes, combinando análises que foram proferidos em palestras por ele realizadas em eventos diversos no âmbito da educação. Esses textos foram publicados posteriormente, como artigos na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*.

Uma das publicações mais usadas por Teixeira foi a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*. A *RBEP* foi criada pelo Inep durante a gestão de Lourenço Filho, em 1944, sendo um marco histórico para a divulgação de conhecimentos científicos na área educacional. O objetivo da revista de educação era divulgar o conhecimento relacionado a diversos aspectos educacionais.

Vários desses textos foram publicados em forma de livros. Anísio Teixeira dedicou-se um pouco mais a esse trabalho no final de sua vida, quando retornou à Companhia Editora Nacional. Entre as obras publicadas a partir de 1951, estão oito livros que foram escritos entre 1951 e 1971: *A educação e a crise brasileira* (1956), *Educação não é privilégio* (1957), *Diálogo sobre a lógica do conhecimento* (1967), *Educação é um direito* (1968), *Educação e o mundo moderno* (1969), *Educação no Brasil* (1969), *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969* (1989), *Educação e universidade* (1998).

Para a realização desse inventário temático os textos de Anísio Teixeira foram classificados por temas. Três temas sobre os quais Teixeira escreveu e que se relacionam são: universidade, ciência e tecnologia. A formação de professores também foi um assunto abordado em seus escritos, bem como em sua atuação.

Anísio Teixeira possuía formação em ciências jurídicas, logo essa habilidade lhe possibilitava maior compreensão da legislação. Escreveu alguns textos para abordar e analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que esteve em tramitação por mais de dez anos no Congresso Nacional, no período de 1948 a 1961.

Em todos esses escritos, o planejamento e o financiamento da educação são assuntos também contemplados por Teixeira. Os recursos para a educação eram a pauta do primeiro Plano Nacional de Educação – 1962 (oficialmente), que também teve a colaboração de Anísio Teixeira.

Conhecer a realidade social era fundamental para se pensar o sistema educacional num país com grande extensão territorial e diversidade cultural como é o Brasil e, para tal, Anísio Teixeira dedicou-se a estudar, bem como se aproximar de cientistas sociais e também produziu textos que tratam diretamente dessa temática.

A produção escrita de Anísio Teixeira a partir de 1951 será apresentada a seguir, subdividida em oito subtítulos. Cada tópico apresenta um tema e o desmembramento dos textos e assuntos abordados pelo autor. Estão inclusos nesta análise escritos que não foram publicados em livros, mas, noutros meios de comunicação, como revistas, anais e jornais.

2.2 Ciência e tecnologia no pensamento de Anísio Teixeira

Ciência e tecnologia foram assuntos a que Anísio Teixeira se dedicou a fim de elaborar estudos e escrever no período de 1951 a 1971. Os textos classificados nesta categoria são: “A universidade e a liberdade humana”, “O espírito científico e o mundo atual”, “Bases da teoria lógica de Dewey”, “Ciência e humanismo”, “Ciência e arte de educar”, “Ensino humanístico e ensino científico em nosso tempo”, “Cultura e tecnologia”, “A tradição da Fundação no campo dos estudos das Ciências Sociais”, “Mudar: característico da cultura contemporânea”.

Alguns desses ensaios integravam o momento em que Anísio Teixeira instituía o CBPE e articulava a educação às ciências humanas, sendo um inovador no Brasil no que tange às humanidades. Muitos desses textos fazem parte do livro *Educação e o mundo moderno* (1969) e foram antes publicados na *RBEP*, além de proferidos em eventos, como conferências, congressos e reuniões.

Data de 1953 o primeiro escrito com essa temática. O título “A universidade e a liberdade humana” foi publicado na *RBEP*, edição de julho a setembro de 1953, e no livro *A educação e a crise brasileira*, em 1956. Foi ainda apresentado na III Assembleia Geral da União de Universidades da América Latina e do Caribe, em Buenos Aires, em 1959.

É interessante ou curioso o fato de o mesmo texto ter sido publicado/proferido em diversos lugares e eventos. A presença da mesma ideia em diferentes publicações pode indicar, diferente de repetitivo, que Teixeira era orgânico. Inspirado no pragmatismo, ele pensava e escrevia com vistas aos resultados. Desde cedo em sua trajetória na educação pública Anísio Teixeira percebia o atraso e a precariedade da escola pública brasileira. Essa percepção vai tornando-se cada vez mais contundente nos anos 1930 em diante. Havia certo desespero em Anísio Teixeira acerca da educação pública, laica e de boa qualidade para o povo brasileiro. A educação pública, em forma de sistema nacional, era um atraso e uma urgência, mas a expressão mais adequada para referir-se à atitude intelectual de Teixeira não é desespero, porque nela havia mais esperanças. Talvez por isso Teixeira tenha feito seus textos

circular em diferentes lugares ou meios. Era uma escrita voltada para a ação, escrita de intervenção, com fins bem definidos.

Em 1955, Teixeira escreveu três textos referentes aos assuntos ciência e tecnologia, são eles: “O espírito científico e o mundo atual” foi proferido numa aula inaugural na Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) e publicado na *RBEP*, em 1958; o texto “Ciência e humanismo” foi pronunciado em conferência da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Recife, e publicado na *RBEP*, em 1955.

Nesse último, Teixeira faz uma exposição sobre o conflito que foi gerado entre os termos “humano” e “científico” ou “humano” e “técnico”, no qual há uma confusão contra a ciência e a técnica. É importante destacar que, baseado na filosofia pragmática, Teixeira apresentou-se frequentemente aberto ao diálogo. Segundo ele, as épocas de conflitos configuram-se em oportunidades para análises e mudanças em relação às questões da humanidade que envolvam divisões e contradições.

Historicamente, essas divisões geraram soluções extremadas, como a revolta contra a ciência e a técnica. Essa é uma questão que conduz o homem aos estudos literários e linguísticos ou humanísticos. A civilização atual chamada de “material”, “científica” e “técnica” opõe-se à “espiritual”, “moral” e “humana”. Nesse sentido, Teixeira afirma que “[...] o homem está progredindo *materialmente* e se *deteriorando* espiritualmente”, e os valores morais e humanos estavam perdendo-se nessa sociedade moderna.

Segundo Teixeira, essa visão distorcida, que desumaniza o homem, relacionando ciência apenas aos valores materiais, é um fator que motiva o surgimento dos novos “humanistas”. Esses “humanistas” teriam o dom para humanizar os homens que foram desumanizados pela ciência e construir uma civilização “espiritual” marcada por uma forte atuação da religião.

Teixeira ressalta que esse movimento da Igreja é um paradoxo, pois ela buscou inspiração na antiguidade grega, ou seja, numa civilização pagã, caracterizada pela divisão de classes. Foi baseado nessa divisão de classes que os gregos desenvolveram suas teorias e filosofias coerentes com seus pressupostos sociais. Essa sociedade constituía-se de cidadãos livres e espiritualizados – homens devotados ao conhecimento pelo conhecimento e à contemplação –; e por escravos, trabalhadores, artesãos excluídos das questões humanas e imbuídos das tarefas materiais.

Essa é a origem de um dualismo filosófico que se dá entre matéria (Grécia) e espírito (Idade Média). Teixeira expõe que a dualidade de classes, instituições ou formas de vida tem origens nesse pensamento filosófico, cujo trabalho manual é coisa de escravo e a liberdade

não era para todos os cidadãos: “[...] os ‘livres’ encarregados do espírito e os escravos, da matéria” (TEIXEIRA, 2005, p. 405).

Esse modelo social ultrapassado não serve para a organização da sociedade moderna, pois a filosofia e o espírito de cada época são produtos de sua cultura. Na perspectiva anisiana, a separação entre material e espiritual é inconcebível, pois a sociedade moderna se caracteriza pelo ideal de trabalho. Desde o surgimento da ciência, os homens estão a tentar uma organização social em que todos tenham oportunidades iguais para desenvolver-se segundo suas aptidões individuais, e viver uma vida decente e de progressivo bem-estar, fundada no trabalho e numa organização social justa.

O desenvolvimento tecnológico, fruto da ciência moderna, transformou a vida do homem moderno; os processos de observação e experimentação científicos resultaram em nova teoria do conhecimento; surgiram novos objetos de estudos: materiais, mutáveis e temporais. Nesse sentido, segundo Teixeira, toda tentativa de espiritualizar a vida moderna, com base na cultura grega ou medieval, tem fundamento na conservação do dualismo grego entre vida material e vida mental; esse dualismo foi superado pela ciência moderna.

O conhecimento do mundo físico e biológico deixaram quase intactas as áreas social, política, moral e religiosa. Nesses aspectos as decisões são tomadas pela tradição, pois as ciências ainda não pautam as ações. Na escrita de Teixeira, esse modelo é a proteção do dualismo, que separa meios e fins, “[...] mecânico e baixo, moral e alto, supérfluo e espiritual, prático e útil” (TEIXEIRA, 2005, p. 410), dualismo esse que resulta numa sociedade cada vez mais material e inumana.

Nesse sentido, a humanidade está “atrasada” quanto ao desenvolvimento do mundo humano. O caminho para “espiritualizar” e “humanizar” a vida moderna é humanizar e espiritualizar a ciência, o trabalho e a organização social.

Anísio Teixeira critica a separação entre ciência e filosofia. Destaca que a civilização ocidental no século XX avançou bastante nas ciências, mas a filosofia tornou-se anárquica, muito plural em pensamentos e correntes. E a religião conservou seus valores cristãos, ou ainda, regrediu em relação a eles. Nessa concepção, a formação do homem moderno está dividida sob duas formas: formação literária e filosófica, que aliena o homem de seu tempo, pois se volta ao período clássico; e formação científica, que aliena o homem dos propósitos e fins humanos, pois se compromete apenas com os meios para resolução dos problemas. Teixeira critica ainda a formação religiosa que não contribui para a integração dos campos ciência e filosofia, e é desintegrada destes, formando-se outro “campo”.

Hoje vivemos com a verdade já não dupla, mas, no mínimo tripla. Há as verdades científicas, as filosóficas e as religiosas. E o resultado é não termos nenhuma verdade válida ou prevalente, e a vida se orientar pela tradição e pelo jogo das forças de pressão, mais ou menos poderosas, que surgem ou se mantêm em campo, usando de todas as armas. (TEIXEIRA, 2005, p. 415.)

Um dos problemas da civilização à época estava relacionado aos fins da ciência. Não seria papel de a ciência decidir sobre os fins humanos ou inumanos do conhecimento, ou ainda, para que ou a quem o conhecimento serviria. Esse problema, para Teixeira, é decorrente da separação entre ciência e filosofia, que, somada à separação religiosa, contribui para uma confusão social que enfraquece a sociedade, ficando essa perdida.

Para Anísio Teixeira a solução para tal questão está na expansão dos métodos científicos – observação e experimentação – ao mundo social, moral, religioso e político. O intelectual defendia a integração entre ciência e filosofia, na qual os fins da ciência devem ser humanos, ou seja, humanizantes e, dessa forma, superar a perspectiva alienante quando ciência, literatura e filosofia, e religião são tratadas separadamente.

Essa solução passa pela superação da divisão (ciência x filosofia, ciência x religião) entre meios e fins, que acontecerá com a introdução do método científico aos campos humanos. E dessa forma reintegrar a “[...] verdade científica ao seu contexto humano, ensinando-se a verdade sobre fatos, meios, a verdade em função dos fins a que deve servir.” (TEIXEIRA, 2005, p. 416).

Teixeira conclui esse texto, exemplificando essa ideia com a escola primária, e diz da necessidade de essa escola ensinar aos alunos além dos meios, os fins, ou seja, ensinar para que serve o conhecimento. Por que usar? Para que usamos? São questões, segundo a crítica de Anísio Teixeira, que a escola não se dedica a ensinar, mas que fazem toda a diferença quando pensamos na junção entre filosofia e ciência.

Essa ideia de que a escola não pode ensinar a técnica separada de sua aplicação, mas ensinar a técnica e como a usar remete ao ensino dos fins e dos meios, uma vez que somente o ensino dos meios é sem sentido moral.

Não serão estudos linguísticos e literários que nos irão humanizar a civilização, mas o estudo da ciência aliada ao da sua aplicação, o estudo da ciência em suas conexões com a filosofia e a vida, o estudo da ciência pelo seu método e seu espírito, que importa introduzir em todos os demais estudos e, mais do que isto, em nossa vida prática, em nossa vida moral, em nossa vida social e em nossa vida política. (TEIXEIRA, 2005, p. 419.)

Ainda em 1955, Teixeira, como intelectual interessado em circular no Brasil a pedagogia pragmática, escreveu e publicou *Bases da teoria lógica de Dewey*. Esse texto merece destaque como expressão do pensamento de Teixeira porque ele foi escrito para a conferência no Centro Brasil-Israel e publicado na *RBEP* em 1955 e, depois disso, foi publicado em três outros livros: *A educação e a crise brasileira* (1956), *Diálogo sobre a lógica do conhecimento* (1967) e *Educação e o mundo moderno* (1969).

Nesse texto Teixeira apresenta os pressupostos da filosofia de Dewey e, entre eles, destaca o empiricismo, o moralismo, o darwinismo, o praticalismo, a continuidade e o educacionalismo.

De acordo com Teixeira, a filosofia para Dewey é um esforço para conciliar e ajustar tradição e conhecimento científico, bases culturais do passado e presente, o que já foi e o vir-a-ser. Seu pleito era integrar e reintegrar o velho ao novo por meio de uma crítica pertinente que diferencie, selecione e dê destaque aos elementos fundamentais do momento histórico para formular interpretações, valorizações e orientações que conduzam a humanidade.

A filosofia de Dewey diferenciava-se porque não via o homem dissociado de seu tempo e reconhecia que as mudanças fazem parte do mundo e que o homem está inserido nesse contexto. Nesse processo de transformação contínua, a experiência é um instrumento para tais mudanças.

A essência da teoria lógica de Dewey, afirma Teixeira, está em examinar o processo de aquisição do conhecimento. Ela “[...] funda-se, com efeito, no exame do processo de adquirir o conhecimento” (TEIXEIRA, 2006, p. 90). Teixeira indaga: como o homem obtém o conhecimento? O que o motiva? Segundo ele, a própria existência instiga a busca pelo saber. Isso ocorre quando o homem vê o seu mundo desequilibrar-se, quando algo acontece. A partir de então, parece ser instintivo procurar ver o que aconteceu. Nesse sentido, observar, indagar, investigar, apurar e verificar são partes desse processo. O resultado dessa experiência é o saber que vai reestabelecer o equilíbrio ao seu mundo.

Teixeira destaca que, na filosofia pragmática de Dewey, o saber não é aprender noções já sabidas, mas, o descobrir algo novamente numa perspectiva de descobridor original. A experiência relacionada ao contexto e ao tempo é capaz de transformar o conhecimento já construído, isto é, se houver uma atitude questionadora sobre o que já existe.

Nessa perspectiva, conhecimento é o resultado do processo de indagação, lógica é o processo do pensamento reflexivo, e material é o já conhecido que será utilizado na operação da pesquisa. Deste modo, filosofia é a teoria da vida e a lógica é a teoria da vida intelectual, do pensamento, da experiência reflexiva. “Dewey identifica, assim, a lógica com a

metodologia e com o método científico” (TEIXEIRA, 2006, p. 93). O método experimental ou científico de pesquisa é a própria lógica.

Anísio Teixeira apresenta a lógica deweyana sob duas perspectivas das práticas humanas de conhecer: a biológica e a cultural. A prática de pesquisar, investigar, buscar o conhecimento é algo que está relacionado à questão biológica do ser humano. “A lógica da busca pelo conhecimento é a réplica, em nível mais alto, da lógica germinal da atividade biológica” (TEIXEIRA, 2006, p. 98). O comportamento dos seres vivos em relação ao meio físico constitui a matriz biológica do comportamento inteligente, do ato de investigação lógica e racional do ser humano. Isso pressupõe as fases do processo consciente de investigação.

Na perspectiva pragmática, os seres humanos não vivem somente num meio físico, mas seu meio também é cultural. A cultura é constituída de um sistema de sinais, significações, símbolos, instrumentos, artes, instituições, tradições e crenças. No que se refere à transmissão dos conhecimentos, a linguagem é o meio pelo qual os hábitos e saberes acumulados se incorporam à cultura. A linguagem é assim “forma e instrumento de todas as atividades culturais” (TEIXEIRA, 2006, p. 102) e, por meio dela, formula-se a teoria lógica. Dessa forma, a vida é um processo natural de aprendizagem: orgânica, seres vivos em geral; do meio físico e entre os seres humanos, social. O que caracteriza a mudança do comportamento biológico para o intelectual é a linguagem, pois ela pode representar o comportamento humano de várias formas – objetividade, imparcialidade, percepção de relações entre símbolos e significações, extratemporalidade.

Nessa passagem do estado orgânico para o simbólico (intelectual), a linguagem é fundamental, pois nela se insere a lógica do discurso, a linguagem verbal e não verbal, além de condições para a existência de formas lógicas das atividades humanas, como a educação escolar. A linguagem é comum, objetiva e sistemática, o que caracteriza o comportamento lógico. Segundo Dewey a utilização dos códigos da linguagem é uma operação de alto caráter lógico.

Fazendo referência a Aristóteles, Teixeira salienta que a cultura e a linguagem são dois marcos que caracterizam o homem “raciocinante”. Os problemas que surgem da necessidade humana, relacionados à sobrevivência, são resolvidos pelas contínuas experiências que permitem ao homem aprender e descobrir. Teixeira toma o princípio de continuidade como uma grande referência no pensamento de Dewey, para dizer que os problemas científicos não são necessariamente os problemas das necessidades de viver. Antes deles, os problemas práticos de uso e gozo das coisas, das artes e até das ideias são anteriores à busca do saber

pelo saber. Dewey faz distinção entre “investigação do tipo científico” e “investigação do senso comum”, cujos problemas são distintos, mas que ciência e senso comum não são duais.

De acordo com a teoria de Dewey, posta em circulação por Teixeira, os problemas costumeiros da vida, o uso e gozo das coisas e suas relações entre si e com os homens, a solução de aspectos “práticos” da vida e a utilização da linguagem como um sistema prático com símbolos e significados de abrangência local e comunitária constituem um sistema concreto (lógico), que caracteriza as investigações do senso comum.

Em contrapartida, as investigações científicas têm como objeto a descoberta de uma verdade teórica e não prática; seus problemas são as relações entre os “significados” entre si; são abstratas, teóricas e desligadas do meio; é livre das condições locais de coisas e pessoas. Entretanto, uma característica comum entre ambas as investigações é a experiência.

Teixeira salienta que, no pragmatismo, ciência e senso comum não são contraditórios e excludentes entre si. A investigação científica origina-se dos mesmos problemas práticos da vida e visa à solução deles, toma, porém, por objeto o problema como problema, indagando as coisas em si, as relações dos seus significados entre si, resultando na descoberta das leis sistemáticas que as regulam.

O senso comum centra-se nos problemas da vida habitual e costumeira e diz respeito ao uso corrente das coisas nas suas relações entre si e com os homens. A diferença para a investigação científica está no objeto da pesquisa. A ciência é abstrata e teórica, e o conhecimento científico é posterior ao conhecimento do senso comum.

A teoria lógica de Dewey ou o pragmatismo, tal qual apresentado por Teixeira, está na relação entre razão e teste da experiência, no qual o racional passa a ser experimental, como no senso comum que unia a prática às atividades inteligentes. Nesse sentido, o processo de pesquisa científica é intermediário e, não, final. Final é somente a sua aplicação. Essa aplicação volta ao nível do senso comum, que modifica a vida cotidiana, alterando o modo de lidar com os problemas específicos e práticos. Assim, o conhecimento científico religa-se ao senso comum, formando um movimento, no qual a ciência retira do senso comum os problemas e a ele volta depois com novas aplicações e novos controles.

O pragmatismo entende que os conhecimentos empíricos constituem um corpo de informações, técnicas, maneiras e instrumentalidades verbais e materiais que caracterizam a ciência antiga. Nesse contexto, ciência e senso comum eram a mesma coisa. É nesse período que se institui a base do dualismo grego entre conhecimento empírico e racional que influenciaria o mundo. Nesse dualismo os conhecimentos práticos necessários à vida diária

eram relegados aos servos, que pertenciam a uma classe inferior. E os conhecimentos superiores e espirituais destinavam-se aos filósofos e membros da classe superior.

Segundo Teixeira, nos últimos dois séculos houve um rompimento no dualismo que envolve artes práticas e ciências. Surge, então, o pragmatismo, que une experiência e razão, teoria e prática, resultando-se no desenvolvimento da ciência experimental e tecnológico. Apesar das diferenças lógicas dos objetos de investigação do senso comum e da ciência, o conhecimento humano é um só. O conhecimento científico é mediativo e completa-se na aplicação, evidencia sua origem no senso comum e volta na fase de aplicação ao próprio senso comum.

O otimismo de Teixeira via esse movimento de aplicação do conhecimento científico como uma prova final de validade, culminando no desenvolvimento tecnológico, que estava revolucionando a indústria, a produção, a distribuição e a vida social e cotidiana dos homens. Dewey, salienta Teixeira, tinha consciência de que esse processo não acontecesse de forma harmônica e integrada, pois havia um problema de ordem social e não lógica, que naturalizava um conflito entre a lógica do senso comum e a lógica científica. O filósofo reconhecia as diferenças entre senso comum e ciência, na qual há tratamentos diferentes, dos diferentes objetos de investigação, além de uma distinta linguagem.

Por fim, Teixeira afirma que a ciência deve trabalhar para fins humanos, para o bem do homem. A utilização da teoria lógica de Dewey nas ciências humanas poderia romper-se com o conflito entre ciência e senso comum. Essa abordagem poderia ser o caminho para guiar os homens no pensamento e na ação, nas atividades de aprendizagem da escola e fora dela. Essa era a tese que iluminava pesquisas científicas que estavam encaminhando-se para estender-se aos campos da política, da moral e da religião e, dessa forma, o conhecimento do mundo social e humano desenvolver-se-ia assim como o mundo físico. Teixeira via a teoria lógica de Dewey como uma inovação para as ciências humanas, pois representavam a generalização do método científico a todas as áreas do conhecimento humano, inclusive ao próprio comportamento do homem.

Os textos “Ciência e arte de educar” e “Utopia e ideologia” foram escritos em 1957. O primeiro foi proferido em palestra no I Seminário Interestadual de Professores do CRPE-SP, em janeiro de 1957, e publicado na revista *Educação e Ciências Sociais*¹⁴, em agosto do mesmo ano; o segundo foi pronunciado na solenidade de formatura de licenciados e bacharéis da Faculdade Nacional de Filosofia e publicado na *RBEP* no ano seguinte.

¹⁴ Revista criada para publicações dos estudos sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Em “Ciência e a arte de educar”, Teixeira compara a educação à medicina e trata o ato de educar como uma arte. “Arte consiste em modos de fazer” (TEIXEIRA, 2006, p. 68). Um dos propósitos desse texto era justificar a criação dos centros de pesquisas, além de explicitar a intenção de Teixeira em fazer na educação, assim como nas artes na engenharia e na medicina, pesquisas com métodos e experimentos, estabelecendo métodos próprios de investigação e prova no campo educacional. “Algo de semelhante é que se terá de introduzir na arte de educar, a fim de se lhe darem as condições de desenvolvimento inteligente, controlado, contínuo e sistemático, que caracterizam o progresso científico” (TEIXEIRA, 2006, p. 69).

Diante dessa necessidade, Teixeira explicita que o progresso na “ciência da educação” está condicionado ao investimento e desenvolvimento das ciências-fontes e a aplicação delas com os métodos adequados. Embora não seja possível estabelecer garantias quanto aos resultados, esse movimento permitirá aos brasileiros estudarem os próprios problemas educacionais.

Nas “ciências da educação”, as práticas educativas devem fornecer os dados para formulação dos problemas, e as ciências-fontes, os conhecimentos para as próprias “regras de arte” para os brasileiros progredirem em suas práticas educacionais. Teixeira define como práticas educacionais tudo aquilo que permeia a educação, como a filosofia, o currículo escolar, a cultura, a sociedade, os métodos:

Práticas desta natureza e desta amplitude não vai buscar suas regras em nenhuma ciência isolada, seja mesmo na psicologia, a antropologia ou a sociologia; mas em todo o saber humano e, por isto mesmo, será sempre uma arte em que todas as aplicações técnicas terão de ser transformadas, imaginativa e criadoramente, em algo de plástico e sensível suscetível de ser considerado antes sabedoria do que saber – opostos tais termos um ao outro no sentido de que sabedoria é, antes de tudo, a subordinação do saber ao interesse humano e não ao próprio interesse do saber pelo saber (ciência) e muito menos a interesses apenas parciais ou de certos grupos humanos. (TEIXEIRA, 2006, p. 73.)

Anísio Teixeira, ciente da complexidade da arte de educar, destaca que os conhecimentos elaborados pela ciência não configuram receitas ou manuais, mas instruem a prática docente a observar, diagnosticar e elaborar melhor essa arte. Nesse sentido, para ele ciência e filosofia devem caminhar juntas, pois são polos distintos do conhecimento que se complementam. A filosofia contribui com a educação e ajuda a refletir sobre a aplicação dos conhecimentos das ciências-fontes na educação a fim de se progredir em suas práticas escolares.

Nessa abordagem, Teixeira salienta que os centros de pesquisas configuram algo inédito no Brasil, cujo objetivo era constituir a “ciência da educação”, fazer uma associação entre cientistas sociais e educadores de forma cooperativa. Salienta também que as práticas educacionais é que pautarão as ciências-fontes, assim como a medicina pauta as ciências biológicas.

Outros dois textos que compõem a temática são os escritos em 1959: “Filosofia e educação”, publicado na *RBEP*, em julho daquele ano; e “Mudar: característica da cultura contemporânea”, proferido na solenidade de formatura de professores da Faculdade Nacional de Filosofia, em dezembro do mesmo ano.

Esse último texto é uma análise da modernidade, na qual mudança é a única permanência. “Criou-se a ‘tradição’ de mudar” (TEIXEIRA, 2006, p. 152). Teixeira faz uma crítica ao conservadorismo, pois o crescimento da ciência resultou no rompimento de algumas forças conservadoras.

Teixeira apresenta a escola como o lugar de transmissão da cultura de forma consciente, numa linha pragmática, na qual as ações da escola são organizadas objetivamente e com propósitos bem definidos. “E a nossa tarefa, de mestres e professores, poderá vir a ser a nova tarefa de transmitir não a tradição, mas a revisão da tradição” (TEIXEIRA, 2006, p. 155), assim os professores serão os promotores de um futuro diferente.

Um formato diferente para debater o tema ciências foi a publicação do livro *Diálogo sobre a lógica do conhecimento*. Escrito por Anísio Teixeira e pelo cientista Maurício Rocha e Silva¹⁵, foi publicado em 1968 pela Editora Edart. Trata-se de sete cartas escritas e trocadas pelos autores entre 1965 e 1967, além de dois artigos intitulados “Informação e criação”, de Rocha e Silva, e “Bases da teoria lógica de Dewey”, escrito por Teixeira em 1955.

Nesse diálogo os autores discutem a lógica das investigações científicas. Eles discorrem sobre a teoria do conhecimento. Nessas análises abordam as ciências biológicas e as ciências humanas e questionam a lógica de investigação nesses campos científicos.

Os últimos escritos de Anísio Teixeira sobre tecnologia foram publicados em 1971, ano de seu assassinato. “Ensino humanístico e ensino científico em nosso tempo” é um artigo publicado na revista *Temas*, em maio 1971. Já o texto “A tradição da Fundação no campo dos estudos das Ciências Sociais” é um relatório que Teixeira escreveu com Joaquim Faria Góes Filho para justificar a criação do Instituto de Estudos Avançados em Educação na FGV, que

¹⁵ Maurício Rocha e Silva foi um renomado pesquisador, formado em medicina e reconhecido pela importante descoberta da bradicinina, utilizada em medicamento para controle da hipertensão. Também atuou como professor na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.

ofertaria mais tarde um dos cursos de mestrado em educação mais conceituados do país. “Cultura e tecnologia” foi o assunto de sua última conferência, pronunciada para os alunos do curso de Teoria e Práticas de Microfilmagem da FGV, no ano anterior. Esse texto também foi publicado na *RBEP*, de janeiro/março de 1971.

Anísio Teixeira escreveu também a apresentação de outros dois livros de renomados autores brasileiros. Em 1963 prefaciou a obra *Introdução à sociologia*, de Gilberto Freyre, e em 1964 apresentou o livro do professor e cientista José Leite Lopes, *Ciência e desenvolvimento; ensaios*.

2.3 O ensino superior no Brasil e a universidade brasileira

O tema universidade relaciona-se com o assunto do tópico anterior, pois se trata do lugar de produção do conhecimento científico e do desenvolvimento de tecnologias. Anísio Teixeira atuou no ensino superior no Brasil e escreveu sobre sua organização. Esses ensaios tratam da regulamentação, de questões curriculares, administrativas e financeiras, da história do ensino superior, do ensino profissional e acadêmico e da autonomia universitária.

No que se refere ao tema universidade brasileira, grande parte desses escritos foram publicados nos livros *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969* e *Educação e universidade*.

Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969, publicado em 1989 pela FGV, reúne onze artigos ou capítulos. Nesse livro a universidade é analisada por Teixeira sob uma perspectiva histórica. A evolução do ensino superior é subdividida em dois momentos. O primeiro, em 1968, quando Teixeira prestou depoimento à Câmara Federal durante a discussão da reforma universitária. O segundo foi “[...] em 1969, ao deixar escrita, sob o título Ensino Superior no Brasil, uma análise interpretativa ainda inédita, rica de considerações sobre a evolução do ensino superior brasileiro até a fase atual de reconstrução e reforma” (LIMA, 1978, s/p). Nessa obra, Anísio Teixeira apresenta uma análise do ensino superior no Brasil desde o período colonial até a reforma universitária.

As ideias e planos de Teixeira sobre educação superior eram inovadoras e ousadas para sociedade brasileira e, por isso, enfrentaram intensas oposições políticas de alguns grupos conservadores. Os projetos que ganharam maior notoriedade no ensino superior foram a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1934, e a Universidade de Brasília (UnB), em 1961, além de sua participação ativa nos debates da primeira LDB e da reforma universitária.

Nesses escritos, Teixeira faz uma abordagem sobre a experiência da sociedade brasileira com a universidade do período colonial à independência. Essa abordagem histórica é a base de quatro textos: “A colonização como experiência de transplantação de uma cultura em vias de extinguir-se”; “A centralidade da educação no projeto colonial”; “A universidade de Coimbra, nossa universidade ao tempo da Colônia, não teve sucessora com a Independência”; “A Independência e o substitutivo da universidade – escolas superiores profissionais”.

A partir dessa introdução, Teixeira escreveu outros três textos¹⁶, que tratam do processo de consolidação das faculdades de formação profissional e que são as primeiras experiências brasileiras nesse nível de ensino. Esses textos também se referem a críticas, que mostram o atraso brasileiro no tocante ao ensino superior.

Anísio Teixeira reconhece e valoriza a experiência das escolas de medicina, que aplicaram a ciência experimental em seus cursos e conseguiram inovar com base na experiência da universidade alemã. Na sua visão, o curso de medicina estava dando certo no Brasil, pela oferta de um curso de alto padrão, com laboratórios bem equipados, professores especializados e alunos dedicados integralmente ao curso. Além de gozar de grande prestígio social, a escola de medicina oferecia um curso que era referência para os demais segmentos profissionais.

Na conclusão desse livro, Anísio Teixeira analisa as universidades brasileiras criadas no século XX, inspiradas em modelos do século XVIII e, com uma visão crítica, trata da urgente necessidade de uma reforma universitária¹⁷.

Nesses escritos uma das inquietudes de Teixeira com a reforma universitária de 1968 estava relacionada ao artigo 3.º da LDB, que tratava da liberdade de ensino em todos os graus e fortalecia a expansão da rede privada de educação ao permitir que o Estado arcasse com bolsas de estudos. Esse trecho da lei representava a vitória dos liberais conservadores e, conseqüentemente, a derrota dos escolanovistas.

Teixeira criticava essa liberdade de ensino, que implicou na abertura de novas e muitas escolas isoladas de ensino superior e, não, na expansão das instituições existentes, como era sua defesa. Segundo Teixeira, as soluções para o ensino superior no Brasil estavam relacionadas a quatro questões básicas.

¹⁶ “Eclipse da universidade no Brasil e o expediente da ‘importação’ da cultura”, “Ainda a deficiência estrutural do projeto colonial de educação” e “A falta de universidade moderna para a formação da cultura nacional”.

¹⁷ “A universidade brasileira no século XX e a premente necessidade da escola pós-graduada”, “Consolidação e expansão do ensino superior”, “A problemática do ensino superior e a reforma da universidade” e “Estrutura atual das universidades e as novas leis para sua reestruturação”.

A primeira proposta tratava da validação dos diplomas universitários, caso o aluno fosse aprovado em avaliação de conselhos profissionais ou provas do Estado. Para o ensino na área da agricultura, comércio e indústria, que mantinham cursos com alto custo em relação à infraestrutura de laboratórios e insumos, ele alertava para a necessidade de se criar uma consciência para a não redução dos recursos destes cursos, pois impactaria diretamente na qualidade do ensino. Outra sugestão era a integração das várias escolas de ensino superior da mesma área de conhecimento e, por fim e não menos importante, a criação da nova escola de pós-graduação de estudos avançados e pesquisas.

O tema relacionado ao ensino superior e à universidade também é pauta do livro *Educação e universidade*, escrito de 1967 a 1969 e publicado em 1998. Nele estão reunidos outros cinco textos de Anísio Teixeira: “A função das universidades”, “Escolas de educação”, “Autonomia universitária na América Latina”, “Uma perspectiva da educação superior no Brasil” e “Reforma universitária na década de 1960”. Estes escritos já haviam sido todos publicados na *RBEP*, no jornal *Folha de São Paulo* e no Boletim da Universidade do Distrito Federal.

Anísio Teixeira dedicou sua vida à educação em diversos aspectos e o tema universidade já o acompanhava desde a década de 1930. “A função das universidades”, escrito em 1935, e lido no discurso de inauguração da extinta Universidade do Distrito Federal, foi publicado na *RBEP*, em 1962, sob o título “Notas para a história da educação”. Certamente, Teixeira o julgava atual naquele momento, mas foi a partir dos anos 1950 que ele se dedicou mais intensamente ao tema universidade.

Uma característica de Teixeira é que ele escrevia conforme seu engajamento. Na década de 1960, em atuação no Conselho Federal de Educação, dedicou-se ao processo de reforma e escreveu alguns ensaios sobre a universidade brasileira. Esse, inclusive, foi um dos períodos mais obscuros da política brasileira, no qual a liberdade e a democracia eram inexistentes.

Anísio Teixeira escreveu, em 1967, seu menor texto sobre o assunto; “Autonomia universitária na América Latina” é uma transcrição de reflexão sobre o tema e é parte do texto “Aspectos da reconstrução da universidade latino-americana”, foi publicado na *RBEP* nesse mesmo ano.

Nessa análise Teixeira apresenta a sociedade latino-americana, tal como se configura: instável e insegura, autoritária e com centralização de poder, o que é um fator dificultador para que haja autonomia na universidade. Nesse modelo social a autonomia é vista como um privilégio, e isso é algo que precisa ser superado pela sociedade latino-americana, pois a “[...]”

autonomia da universidade não é, portanto, uma concessão do Estado, mas decorrência lógica da natureza de suas funções” (TEIXEIRA, 2010, p. 78).

Anísio Teixeira escreveu esse texto às vésperas da aprovação da reforma universitária para dizer que a transformação da universidade, que passaria de um lugar que formava profissionais para um lugar de produção de conhecimento, estava diretamente relacionada à sua autonomia. Entretanto, salienta que autonomia universitária está, por sua vez, associada a uma sociedade democrática.

O histórico texto intitulado “Uma perspectiva da educação superior no Brasil” é uma adaptação do depoimento de Anísio Teixeira na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)¹⁸, da Câmara Federal, em maio de 1968. Teixeira era membro do Conselho Federal de Educação e foi convocado para contribuir na discussão que objetivava examinar a situação do ensino superior e propor alternativas. Ao final daquele ano seria aprovada a Lei n.º 5.540, que ficou conhecida como a Reforma Universitária. Esse texto também foi publicado na *RBEP*, na edição de julho/setembro de 1968.

Anísio Teixeira, abordando a história do ensino superior no Brasil, justifica a necessidade da reforma universitária, visando à sua modernização. Ele destaca, assim como nossas escolas de educação básica, que a escola de nível superior surge no Brasil a partir de referências europeias já ultrapassadas. No início do século, XIX a Universidade de Humboldt, na Alemanha, estava passando por um processo de renovação e modernização com investimentos em pesquisas, sendo a referência para as universidades tanto na Europa quanto nos EUA. No Brasil, a universidade surge no século XX, sob forte influência, porém, dos jesuítas, baseada no modelo medieval, sendo transmissora de uma cultura do passado com um currículo que preconizava a “cultura geral” em contrapartida à cultura científica.

Enquanto o mundo se modernizava em relação às suas universidades, o Brasil seguia atrasado, e a universidade não conseguia dar conta de seu grande objetivo. Segundo Teixeira, esse modelo de universidade ultrapassado, que transplantava a cultura estrangeira era empecilho para a formação da cultura nacional. “O grande objetivo da educação é formar a consciência nacional” (TEIXEIRA, 2010, p. 98).

A defesa de Anísio Teixeira era de uma universidade que acompanhasse as transformações do mundo moderno. Nesse sentido, às ciências humanas que caberia “[...] refletir o caráter da cultura nacional passou a exigir estudos novos, por novos métodos, ou

¹⁸ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instituída para examinar a situação do ensino superior no Brasil e propor alternativas.

seja, a impor os mesmos métodos de pesquisas que dominavam o campo do saber científico e experimental” (TEIXEIRA, 2010, p. 99).

A crescente demanda da sociedade brasileira pelo ensino superior era algo preocupante para Anísio Teixeira. Nesse ensaio, o intelectual analisou a expansão explosiva, como ele chamou, das escolas de nível superior a partir de 1940. A então nascente classe média, que conseguia acessar o ensino secundário, tinha em seu horizonte o ensino superior como possibilidade de ascensão social.

O ensino superior no Brasil era ofertado em escolas de formação profissional isoladas. Com algumas exceções, eram escolas baseadas em modelos medievais, fechadas em si mesmas, isoladas e resistentes a mudanças. Segundo Teixeira, a reforma universitária deveria integrar e expandir essas escolas em vez de se permitir legalmente a criação de novas escolas ainda mais precárias.

Nesse cenário Teixeira destaca as nossas escolas clássicas de ensino superior: as de medicina, de engenharia, de direito e de belas-artes. Completavam esse grupo das “sete escolas tradicionais” as de farmácia, odontologia e agronomia e veterinária, sendo essas últimas com prestígio social menor do que as primeiras.

As escolas de formação de professores surgiram a partir de 1930 e tornaram-se tradicionais, num cenário social de mudanças, no qual o ensino superior estava sendo mais requisitado. Iniciou-se com a Escola de Filosofia, Ciências e Letras e tinha como objetivo a formação do professor secundário. Anísio Teixeira trabalhou muito para que esses estudos se tornassem regulares nas escolas superiores de estudos das humanidades com implantação dos cursos de pós-graduação.

Para apresentar uma experiência bem-sucedida de universidade numa sociedade nova, assim como a brasileira, Anísio Teixeira escreveu nesse texto sobre a universidade dos EUA. Teixeira, que utiliza os anglo-americanos como uma referência na educação, relata o sucesso da organização do ensino em algumas universidades baseados na própria cultura.

Destaca-se nesse novo modo de pensar a universidade o investimento em estudos empíricos e aplicados ao contexto cultural do país. Em Harvard, a criação dos cursos de direito e de comércio ocorreu por longo processo de pesquisas, criação de bibliografias e reinvenção de práticas que atendessem às necessidades nacionais anglo-americanas.

Esse movimento dos anglo-americanos, de olhar para dentro de suas universidades e reorganizar a forma de ensinar, resultou na consolidação de uma cultura científica nacional nos EUA. Segundo Teixeira, essa era a tarefa primordial da universidade brasileira e seria esse o primeiro passo para colocar o Brasil nos trilhos do progresso. O investimento em

pesquisas nas ciências exatas, biológicas e humanas aplicadas à realidade brasileira relacionava-se diretamente com o desenvolvimento nacional, pois “[...] a tecnologia no mundo todo também é nacional; a ciência é universal, mas as tecnologias são nacionais” (TEIXEIRA, 2010, p. 118).

O texto “Reforma Universitária na década de 1960” foi publicado de forma fragmentada nas edições de junho, julho e agosto de 1968 do jornal *Folha de São Paulo*¹⁹.

Estendamos os métodos das escolas de medicina não só aos demais setores científicos ou tecnológicos, mas aos próprios setores humanísticos ou de ciências sociais, e teremos reformado a universidade brasileira, dentro dos modelos que tanto poderão ser os da universidade alemã como os da universidade americana. E, deste modo, teremos criado as condições para o Brasil poder ter o quadro de cientistas e de tecnólogos de que precisa para o seu desenvolvimento e o seu progresso. (TEIXEIRA, 2010, p. 168.)

Nesse texto Teixeira apresenta uma possível solução para a universidade brasileira, proveniente do que acontece no próprio país, com os cursos de medicina. Ciente do desafio da reforma, elenca todos os problemas que o Brasil enfrentaria para processar essa mudança, tanto de ordem econômica, organização, eficiência na expansão das universidades. Entretanto, para todos esses problemas, antes seria necessária uma mudança de mentalidade, assim como ocorreu no caso da medicina.

Por fim, o texto “Escolas de educação”, escrito em 1969, foi publicado na *RBEP*, na edição de abril/junho. Nesse texto Teixeira descreve a organização e a estrutura de uma instituição de ensino superior em educação, para a formação de professores em nível de graduação e pós-graduação. A formação profissional e acadêmica, de licenciados e pesquisadores, era uma necessidade para a educação básica e superior. Nesse sentido, ele apresentou o modelo organizacional da UDF, descrevendo essa escola:

Sendo uma escola profissional de alto nível, envolvendo a prática e a pesquisa profissionais, requer, para cumprir seus objetivos, escolas anexas experimentais, de demonstração e de prática, dos níveis para cujo magistério forma professores, representando tais escolas anexas verdadeiros laboratórios de pesquisa e prática, além dos demais laboratórios especiais que lhe cabe manter, de psicologia aplicada, de testes e medidas e de tecnologias de ensino de tipo mecânico e eletrônico, em fase de desenvolvimento, tudo isto sem mencionar a necessidade básica de uma biblioteca altamente especializada no campo da educação, concebida esta em todas as suas modalidades. (TEIXEIRA, 2010, p. 44.)

¹⁹ Os títulos dos textos foram publicados na seguinte ordem: “Possível modelo para a reforma da universidade” (junho), “A universidade e sua missão”, “A universidade e a inquietação pela sua reforma”, “A universidade e a reforma em andamento” (julho) e “Universidades ‘em massa’?” (agosto). Esses mesmos textos foram publicados por Teixeira no livro *Educação no Brasil*, em 1969, com o título “Notas sobre a universidade”.

Uma das propostas de Teixeira para a reforma de 1968 que se relacionava com a autonomia da universidade estava associada à organização dos cursos. Pensava Teixeira que os currículos deveriam ser plásticos e amplos de maneira a não limitar as escolhas dos alunos no momento da inscrição, com um curso totalmente fechado e com um itinerário pré-estabelecido. Teixeira, muito adepto à liberdade, acreditava que o currículo de um curso superior deveria ser flexível e possibilitar ao aluno maior liberdade na escolha do (per)curso formativo, o que poderia amenizar a angústia da escolha profissional para muitos jovens, além de minimizar possíveis evasões.

As ideias inovadoras de Anísio Teixeira para o ensino superior eram baseadas no modelo anglo-americano de universidade. Muitos pensamentos modernos causavam estranheza à mentalidade conservadora brasileira, mas Teixeira não deixava de externar seu pensamento publicamente. Ele se manteve firme em seu posicionamento, mesmo que contrariasse alguns grupos da elite do país. Nessa fase madura da vida, Teixeira já enfrentara algumas adversidades políticas que tentaram abalar suas ações.

Ainda sobre a temática ensino superior, Anísio Teixeira escreveu dois textos que tratam de sua referência de universidade, ambos publicados na RBEP. “Confronto entre a educação superior dos EUA e a do Brasil”, escrito em 1960, compara a universidade anglo-americana com a brasileira, apresenta os motivos e revela que o atraso da universidade latino-americana e o avanço da anglo-americana estão relacionados a questões históricas da cultura desses países, e destaca que o pragmatismo é o pano de fundo do sucesso da universidade anglo-americana. Em 1961 escreveu o artigo “A universidade americana em sua perspectiva”, que trata da evolução da universidade com a evolução da sociedade e apresenta o movimento *Land-Grant Colleges*, que contribuiu para essa evolução.

O projeto da Universidade de Brasília, de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, era uma experiência de universidade moderna para o Brasil, com inspiração nos moldes anglo-americanos. No ano do “nascimento” da UnB, três pareceres que tratavam da organização e da promessa de renovação universitária, escritos por Teixeira, Jairo Ramos e Fernando Henrique Cardoso, foram publicados na revista *Anhembi*. Em 1962, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro apresentaram a UnB num Fórum Educacional nos EUA e publicaram na revista da Universidade de Wisconsin o artigo com o título “*The University of Brasília*”.

No texto “A universidade de ontem e de hoje”, publicado na RBEP em 1964, Teixeira faz uma reflexão sobre a universidade do passado, de formação acadêmica e de cultura geral, com as transformações que vem sofrendo a universidade do presente. Com uma visão

otimista, identifica as mudanças que estavam acontecendo nas universidades: o desenvolvimento científico e tecnológico, a mudança comportamental de alunos e professores e a perspectiva de futuro nos estudos universitários.

As décadas de 1950 e 1960 foram fortemente marcadas pelo desenvolvimento econômico e industrial do país. Para tratar do aumento da demanda por profissionais de nível superior que estava acontecendo no Brasil, Teixeira publicou um estudo de 45 páginas²⁰, para apresentar um “Planejamento a longo prazo das necessidades do ensino superior no Brasil”, em 1962. “Sugerem-se medidas para melhorar a formação profissional e esboçam-se hipóteses para os esforços financeiros indispensáveis à ampliação quantitativa e qualitativa dos referidos quadros” (TEIXEIRA, 1962, s/p). Teixeira esteve sempre atento à qualidade do ensino em relação ao expressivo aumento das escolas brasileiras de todos os níveis de ensino.

2.4 A construção do sistema nacional de educação

A organização do sistema nacional de educação foi assunto ao qual Anísio Teixeira muito se dedicou durante as décadas de 1950 e 1960. Talvez esse tenha sido seu maior desafio como gestor do Inep. Vale lembrar que nesse período o Brasil, país de grande dimensão territorial, não tinha um sistema nacional de educação. A oferta na educação básica era menor que a demanda, as escolas precárias, não havia docência *stricto sensu*, isto é: carreira docente, formação docente, ancoragem nas ciências da educação etc.

Alguns dos escritos de Teixeira que tratam dessa temática estão reunidos em quatro livros²¹. Outros textos que abordam questões relativas à organização e implementação do sistema nacional de educação foram publicados na RBEP. Podem-se elencar os seguintes subtemas enquadrados nessa categoria: administração escolar, escolas de educação básica, escolas de ensino integral, escola pública, a escola primária e secundária, formação de professores, relação entre educação e nacionalismo, plano nacional de educação e LDB.

O livro *A educação e a crise brasileira*, publicado em 1956, está organizado em duas partes, que reúnem treze textos, além da introdução. Os escritos não são inéditos, mas, ensaios resultantes de vários eventos de que Teixeira participou e que já haviam sido publicados como artigos em revista. Essa obra faz parte da coleção “Atualidades Pedagógicas”, que integra a terceira série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, fundada por Fernando de Azevedo na

²⁰ Estudo sobre necessidade de profissionais de nível superior realizado por intermédio da Capes.

²¹ *A educação e a crise brasileira, Educação não é privilégio, Educação é um direito e A educação no Brasil.*

década de 1930 pela Editora Companhia Nacional. Este título enquadra-se na categoria administração escolar.

Em *A educação e a crise brasileira*, Anísio Teixeira relaciona a crise social ao atraso da educação no Brasil, ou seja, o investimento tardio e insuficiente num sistema de educação resultou numa sociedade atrasada relativamente aos países industrializados do Ocidente.

Os textos que compõem a obra foram escritos de 1952 a 1955 para tratar da reconstrução nacional, demanda essa que estava em curso desde a década de 1930. Anísio Teixeira organizou esse livro em duas partes, conforme mencionado. Na primeira parte, os textos tratam de assuntos relacionados à LDB e à administração da educação, contextualizadas com a realidade social brasileira. Na segunda parte, os textos tratam de ciências e humanismo, no momento em que Teixeira estava instituindo o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os centros regionais.

A primeira parte do livro é composta por nove textos, sendo o primeiro datado de 1952 sob o título “A reconstrução educacional brasileira”, publicado originalmente como um artigo no *Jornal do Comércio*. É interessante notar como Teixeira não era um acadêmico fechado, tal qual os catedráticos de inspiração europeia. Muitos de seus textos eram provenientes de intervenções em situações pedagógicas ou de disputas que envolviam o sistema nacional de educação, textos vivos, repletos de experiências vividas. Além disso, eram textos que circulavam em diferentes veículos de comunicação, tanto científicos quanto populares.

Nesse texto, publicado originalmente em jornal de ampla circulação, Anísio Teixeira define educação como o processo de transmissão da cultura. A família, classe social e Igreja estão nesse processo e o papel da escola é um esforço para tornar a cultura mais consciente. Na sociedade moderna a escola também tem como função habilitar o jovem à vida cívica e ao trabalho.

No século XIX aconteceram as revoluções industrial e democrática, que tornaram a sociedade mais complexa. A expansão da ciência aumentou o desafio da escola no processo de transmissão da cultura numa sociedade em acelerada transformação econômica e social. Tais mudanças tornam cada vez mais complexo o processo de transmissão da cultura e até as instituições transmissoras da cultura, família, classe social e Igreja também entraram em mudanças.

Segundo Teixeira, esses fatos elevaram a escola à categoria de instituição fundamental da sociedade moderna, que exerce em parte função da família, da classe, da Igreja e da vida comunitária. Países que sobreviveram às revoluções e conservaram a paz social foram os que investiram em educação e organizaram seus sistemas escolares e universidades com

eficiência. A escola no século XX passou a ter função de “[...] garantir a estabilidade e a paz social e a própria sobrevivência da sociedade humana” (TEIXEIRA, 2005, p. 191). Para além de se vincular a escola ao progresso como se pensava no século XIX, ela passou a ser instituição obrigatória e necessária para o convívio social no mundo moderno.

Teixeira advertia que, pelo fato de o Brasil não ter feito seu “dever de casa”, ou seja, não investira em escolas para a população, não quis perceber essa necessidade, mas começou a sentir o atraso quando o mundo começou a transformar-se rapidamente nos âmbitos da política, economia e tecnologia. Teixeira reforça que as autoridades brasileiras foram alertadas sobre essa necessidade ainda no século XIX. Ele cita seu conterrâneo Rui Barbosa como uma dessas personalidades visionárias.

Enquanto o mundo se modernizava, investindo mais em escolas, o Brasil preferiu continuar com suas escolas tradicionais para a elite – literária e profissional. A Igreja Católica tinha muita influência política nos países latino-americanos, principalmente no Brasil, e era ela que ofertava a educação privada para os filhos das elites brancas.

Anísio Teixeira conclui esse raciocínio explicando que essa é uma origem do retardamento brasileiro, ou seja, o Brasil não acompanhara a transformação escolar no mundo. É a partir disso que surge o “complexo de inferioridade” brasileiro, o Brasil não conseguira acompanhar as nações desenvolvidas no “[...] processo de integração e de educação sistemática de toda a população para sociedade igualitária e progressiva dos tempos modernos” (TEIXEIRA, 2005, p. 193). Essa é uma das causas que prendia o Brasil ao grupo de países classificados à época como subdesenvolvidos.

Num cenário desafiador, Teixeira, como um intelectual otimista, acreditava que o Brasil poderia superar esse atraso na educação e construir sua escola e a sociedade. A construção de uma identidade nacional e de pertencimento a um país figura sempre como uma esperança no horizonte do desenvolvimento.

Com esse otimismo, Teixeira afirmava que, numa fase de maior “maturidade intelectual” do país, era chegado o momento da construção educacional. Vários fatores na política nacional conspiravam favoráveis ao desenvolvimento da educação: o desenvolvimento econômico e industrial, com a campanha do petróleo e a aprovação da LDB, tudo isso, com a manutenção de Anísio Teixeira no Inep por doze anos consecutivos. A criação do sistema nacional de educação era, segundo ele, o maior dever da nação naquele momento.

Nenhum outro dever é maior do que o da reconstrução educacional e nenhuma necessidade é mais urgente do que a de traçar os rumos dessa reconstrução e a de estudar os meios de promovê-la, com a segurança indispensável para que a escola brasileira atinja os seus objetivos. (TEIXEIRA, 2005, p. 195.)

Teixeira apresentava duas grandes questões, pois dessa tarefa surgiam problemas de duas ordens. O primeiro de ordem política e financeira e o segundo, de ordem técnico-pedagógica, que desencadeava na formação dos profissionais da educação (gestores escolares e professores). Desse problema de ordem técnica justifica-se a importância da universidade, que carecia de mudanças e investimentos graduais e progressivos para a formação dos profissionais da educação.

Na visão de Teixeira, o plano nacional de educação, já citado na Constituição de 1946, seria mais importante para a instituição do sistema nacional de educação do que as próprias diretrizes e bases que seriam resolvidas com a aprovação da LDB. O planejamento das ações educacionais que abrangessem todos os níveis e as modalidades de ensino e que abarcasse todas as questões que envolviam a educação eram as prioridades na gestão desse sistema.

Ainda em 1952 Anísio Teixeira escreveu o texto “O projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, que foi lido no histórico depoimento prestado à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater o projeto da LDB, sendo publicado na *RBEP*, na edição de outubro/dezembro de 1952; por fim, o texto “Educação e unidade nacional”, fruto de uma conferência na Associação Brasileira de Educação e publicado na *RBEP*.

Foram escritos, em 1953, outros textos que compõem a primeira parte desse livro; um deles é “A crise educacional brasileira”, que também foi o título da palestra ministrada no curso de Administração da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Anísio Teixeira fez um apanhado histórico da educação no Brasil, salientando a dualidade educacional, que era uma parte dos problemas a serem superados. Ele descreveu dez providências para as quais a política educacional deveria atentar-se a fim de promover a reconstrução da escola brasileira. Essas ações passam pela descentralização administrativa do ensino, financiamento da educação, construção do sistema nacional de educação, melhores condições de trabalho e formação do professor, inovação pedagógica dos programas e currículos escolares e ampliação da carga horária diária escolar, estabelecendo o horário integral.

Anísio Teixeira, em 1954, escreveu outros quatro textos que compõem essa obra. O texto “A escola secundária em transformação” é um resumo da palestra realizada no mesmo ano no Seminário de Inspectores de Ensino Secundário, promovida pela Diretoria de Ensino

Secundário do MEC. Nesse escrito Anísio Teixeira trata de três aspectos da educação que se inter-relacionam: a educação literária ou clássica, a científica e a técnica, que ele defendia como a necessária a todos e ao tempo presente. O famoso texto “A educação que nos convém” é uma análise do sistema de educação brasileiro, proferido em palestra na Escola Brasileira de Administração Pública, no Rio de Janeiro, e publicado na *RBEP*. Nessa análise, Anísio Teixeira descreveu o tipo de educação que se adequava aos tempos modernos. Destacou que o sentido da educação era servir ao indivíduo e, ao mesmo tempo, à diversidade e à distribuição das oportunidades de trabalho. Nesse sentido ele defende a educação escolar que deveria ser técnica e, não, somente acadêmica. “Padrões brasileiro de educação e cultura” foi escrito para outra conferência realizada no MEC e publicada na *RBEP*.

Em síntese, esses são os textos da primeira parte desse livro, acrescido de “A administração pública brasileira e a educação”, escrito em 1956 e publicado como artigo na *RBEP*, numa edição de 1956. Percebe-se que os escritos que compõem essa primeira parte do livro estão diretamente relacionados com o processo de construção da educação no Brasil.

Foi nesse período que Anísio Teixeira intensificou a parceria do Inep com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). O intercâmbio de ideias com especialistas estrangeiros também foi um fator que contribuiu para o desenvolvimento da educação brasileira.

Outro acontecimento daquele momento foi a institucionalização das pesquisas na área das humanidades e sua integração com a educação; para tanto o CBPE e os CRPEs foram criados para o desenvolvimento de estudos regionais e nacionais da cultura brasileira. A “unidade da cultura brasileira” era o principal foco dos estudos e isso justifica a defesa de Anísio Teixeira pela não centralização da educação no poder da União. Ele tinha clareza da necessidade de reconhecimento e valorização das particularidades regionais da cultura, ao mesmo tempo em que sabia da importância da integração entre essas particularidades, buscando a unidade do país e dando autonomia pedagógica às escolas.

Segundo Freitas (2005), as pesquisas sociais nos CRPE proporcionaram a elaboração de “mapas culturais”, capazes de apresentar de forma detalhada a realidade da cultura brasileira, o que seria uma das bases para reestruturar a sociedade. Outra proposta estava relacionada à reforma do ensino secundário, que, conforme defesa de Anísio Teixeira, a integração do ensino técnico ao secundário configura a educação comum para a formação de todos.

Para tratar especificamente do assunto “Que é administração escolar?”, Anísio Teixeira foi convidado a participar do Simpósio Brasileiro de Administração Escolar da USP,

em 1961. Esse foi o título do texto publicado na *RBEP*. Teixeira coloca a carência brasileira de administradores escolares, o que é um problema, quando a complexidade dos tempos exige ainda mais este profissional nas escolas.

“Educação como experiência democrática e como ciência experimental: nova fronteira para a cooperação internacional” é o título do texto apresentado numa conferência nos EUA, em 1966, e depois publicado como artigo na *RBEP* nesse mesmo ano. Naquele momento, Teixeira havia retomado sua função de conselheiro no CFE e retornado ao Brasil, após passar dois anos nos EUA, atuando como professor visitante em algumas universidades. Uma característica da ditadura civil-militar brasileira de 1964 foi o estreitamento de laços com os EUA e a articulação de vários acordos referentes à educação. Nesse texto de 1966, Teixeira faz um paralelo entre o desenvolvimento da educação nos EUA, Europa e América-Latina. Ele destaca que a organização social anterior ao crescimento da industrialização e urbanização foi o fator determinante para o progresso anglo-americano.

A proteção aos agricultores, o caráter apolítico-partidário das classes trabalhistas, o novo status dos múltiplos oligopólios e já agora a incorporação da minoria negra à sociedade igualitária, a guerra à pobreza e a proteção à velhice são aspectos do caráter essencialmente democrático da sociedade americana e de sua capacidade de mudar e adaptar-se à maneira de um ser vivo em processo de evolução. (TEIXEIRA, 1966, s/p.)

A sociedade anglo-americana, que era nova quando comparada à europeia, organizou-se socialmente pautada nos valores da democracia. Isso foi determinante para estabelecer-se uma educação nacional descentralizada, que se conectava com estados e municípios, uma situação na qual a formação e a autonomia dos professores e a administração escolar aconteciam localmente e com eficiência.

O sistema de educação iria ser mantido e desenvolvido por dezenas de governos estaduais e milhares de governos locais, consideravelmente autônomos e constituídos sob a forma de conselhos leigos, eleitos ou nomeados por representantes do povo (TEIXEIRA, 1966, s/p.)

Segundo Teixeira, essa educação incluiu todos os cidadãos anglo-americanos, com destaque aos agricultores. Isso contribuiu para que a igualdade de oportunidades, somada a uma escola moderna, que se pautava no desenvolvimento científico e tecnológico, resultasse no grande desenvolvimento social e econômico da sociedade estadunidense.

Teixeira condecora o processo de instituição dos sistemas educacionais dos EUA, atribui tal sucesso ao modelo democrático que permitiu todo esse arranjo. No entanto, o

grande crescimento social e econômico anglo-americano desencadeou uma crise na educação, na qual conservadores anglo-americanos passaram a atribuir a culpa ao modelo educacional de Dewey.

Estes novos aspectos da vida americana resultavam do próprio processo evolutivo da grande experiência social, que incorporara e utilizara, numa vasta coalescência, ideias, tendências, exigências, propósitos, reformas e críticas, que, na imensa sociedade pluralista e livre, a haviam movido e guiado nas décadas anteriores. As incertezas e perplexidades produzidas por esse novo estado de coisas voltaram-se para o sistema de educação, repentinamente promovido à categoria do grande culpado, o bode expiatório, das deficiências e frustrações da nova situação. (TEIXEIRA, 1966, s/p.)

A sociedade ocidental, moderna e global estava fazendo-se tão complexa, que até o sistema educacional mais eficiente do mundo estava em crise. O que dizer dos frágeis sistemas educacionais latino-americanos? Teixeira estava convicto de que os EUA tinham total capacidade para superar aquele momento complexo e incerto, conforme ele caracterizara.

A chamada crise da educação é apenas uma nova fase no processo de crescimento democrático da sociedade americana. Tantos foram os progressos alcançados, tantas foram as ideias novas incorporadas à prática, tão solidamente estabelecido ficou o método de pesquisa e descoberta para orientar e guiar as modificações e transformações necessárias, e tão grande, multímido e amadurecido se fez o processo de mudança à luz de inquéritos, novos planos e nova experimentação, realizados aos milhares em todo o país, que a cena perdeu as fáceis aparências espetaculares das épocas anteriores e a ganhou contornos novos complexos e incertos. (TEIXEIRA, 1966, s/p.)

Na visão de Anísio Teixeira, a capacidade de superação da crise educacional anglo-americana estava relacionada ao sólido modelo social, democrático e cultural dos EUA. Ele via a cooperação intelectual entre os países do continente americano como algo que poderia ser positivamente possível, mas que nós não poderíamos ignorar as grandes diferenças culturais entre os países latino-americanos e os EUA.

Não sou cego aos perigos de possível reforçamento de um espírito demasiado utilitarista, ou melhor, imediatista no esforço educacional; mas, como nas nações subdesenvolvidas, a tendência para educação não utilitária é excessiva, o possível exagero no sentido oposto pode constituir-se uma força de equilíbrio. (TEIXEIRA, 1966, s/p.)

A *Revista Educação e Ciências Sociais*, criada pelo CBPE, tinha por objetivo publicar as pesquisas que estavam sendo desenvolvidas por essa entidade. Anísio Teixeira também contribuiu com essa revista, escrevendo dois editoriais em 1960. O primeiro era de fevereiro e

fazia comentários à conferência “Produtividade – Aspecto Educacional”, do professor Joaquim Faria Góes Filho, proferida no Instituto de Ciências da Universidade do Brasil. O segundo foi publicado na edição de setembro; era o discurso de paraninfo na formatura de professores da Faculdade Nacional de Filosofia. Também nessa revista foi publicada, em 1958, uma entrevista de Anísio Teixeira dada ao jornal *Correio da Manhã*. Trata-se de uma resposta à enquete realizada pelo jornal sobre o problema das reprovações nos exames vestibulares e aborda a necessidade de reestruturação do ensino secundário.

Ainda sobre a organização do sistema nacional de educação, Teixeira escreveu diversos textos que foram publicados nos Boletins da Capes, que abordaram especificamente o ensino médio. Sobre essas publicações há três textos publicados no Boletim da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (Cbai)²². Os textos “O ensino brasileiro” (1953), “O humanismo técnico” (1954) e “Extensão do ensino primário brasileiro” (1956) tratam da educação para o trabalhador que se relaciona com o conceito de formação do homem comum. Conforme visão de Teixeira, essa formação deveria ser oferecida a todos os brasileiros, pelo Estado, sem distinção de classes e de forma integrada à educação básica; nesses escritos aborda o ensino profissional técnico.

2.4.1 A defesa da escola pública e o planejamento da educação

Dentro da temática reconstrução educacional está a constante defesa deste intelectual da educação brasileira no século XX, a escola pública. Para defender essa ideia Teixeira escreveu *Educação não é privilégio*, livro de maior circulação e mais polêmico, publicado pela primeira vez em 1957. Essa edição contém dois textos que são frutos de duas conferências realizadas em 1953 e 1956. O primeiro, com o título “Educação não é privilégio”, foi proferido na Escola de Administração Pública da FGV; o segundo, “A escola pública, universal e gratuita”, foi apresentado no I Congresso Estadual de Educação Primária, em Ribeirão Preto.

O período de escrita desses textos foi marcado por intensa disputa política para definir e regulamentar a educação no Brasil. A culminância dessas disputas foi a aprovação da LDB, em 1961, e a elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação, em 1962. Na década de

²² A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (Cbai) foi criada em 1946 e extinta em 1962. Tinha por objetivo oferecer cursos de aperfeiçoamento aos professores do ensino técnico-profissional em parceria com os EUA.

1950, Teixeira mergulhou intensamente na campanha em defesa da escola pública e esse foi um dos motivos do primeiro embate político com o deputado padre Fonseca e Silva, defensor do ensino privado. Conforme Cassim (1994), o religioso criticou Teixeira duramente na sessão do Congresso Nacional de 5 de novembro de 1956, pelo pronunciamento na conferência de Ribeirão Preto, além de elaborar um memorial que foi entregue ao ministro da Educação, Clóvis Salgado. No final do mesmo mês, Teixeira encaminhou um ofício em resposta às críticas do deputado padre Fonseca e Silva, que foi lido na Câmara Federal pelo deputado Luís Viana, com a resposta do ministro da Educação, em 30 de novembro. Essa resposta não bastou ao deputado, que voltou a criticar Teixeira abertamente na sessão de 15 dezembro.

Os textos das duas conferências foram publicados primeiramente na *RBEF* em duas edições do segundo semestre de 1956²³. Cassim (1994) infere que, diante dessa polêmica no segundo semestre daquele ano, Teixeira pode ter antecipado a publicação do livro, que ocorreu em março de 1957. Foi incluído no livro, como anexo, o parecer da Associação Brasileira de Educação, que analisou os pronunciamentos do deputado no Congresso, os ofícios de respostas de Teixeira e do ministro Clóvis Salgado, além dos “polêmicos” textos das duas conferências. Esse parecer, datado de 7 de janeiro de 1957, concluiu que não havia nada em desacordo nos pronunciamentos de Teixeira e que eles estavam coerentes com países democráticos do Ocidente.

Anísio Teixeira certamente considerava o assunto desse livro relevante, inclusive após a aprovação da LDB e do Plano Nacional de Educação, pois o revisou e publicou a segunda edição em 1968. Essa edição foi ampliada e nela incluído o texto “Educação e a formação nacional do povo brasileiro”. Esse texto, em parte em 1958 e em parte em 1962, conforme Cassim (1994), contém dois subtítulos que tratam do Plano Nacional de Educação de 1962.

Nesses escritos Anísio Teixeira expressa sua maior luta pela escola pública, universal, comum, única e gratuita, condição que o Brasil necessitava para tornar-se um país desenvolvido. Nessa defesa Teixeira não poderia deixar de tocar na “ferida” da sociedade brasileira e condenar o dualismo escolar existente no país, no qual havia uma escola privada, religiosa e subvencionada com recursos públicos para formar os filhos da elite e outra escola pública precária para os filhos da classe trabalhadora, o que fortalecia a sociedade dos privilégios.

²³ Na edição 63 (julho a setembro), o texto da conferência de 1953, “Educação não é privilégio”, e, na edição 64 (outubro a dezembro), o texto de 1956, “A escola pública, universal e gratuita”.

Anísio Teixeira apresentou vários argumentos para evidenciar a necessidade de uma nova política com vistas à instituição de um sistema público de educação de boa qualidade para todos. Baseado nas ciências humanas, contextualizou a realidade social e apresentou dados do censo escolar, revelando o fracasso da educação pública brasileira até aquela década.

Depois de expor os problemas sociais, demográficos e estruturais, Teixeira mostra também o caminho para seguir em frente e enfrentar tais problemas. Essa solução estava relacionada com o interesse estatal em elaborar políticas e acompanhar sua aplicação como definido no Plano Nacional de Educação de 1962.

A ideia de um Plano Nacional de Educação surgiu inicialmente com os pioneiros no Movimento Escola Nova, em 1932. A Constituição de 1934 previa a formulação desse plano, que não foi colocado em prática com o advento do Estado Novo, em 1937. Essa radical mudança na política fez com que os ideais escolanovistas pensados fossem revisados e a escola tomasse outros rumos no Brasil. Um exemplo foi a limitação ao ensino secundário, delegado à rede privada e restrito à classe trabalhadora.

O Plano Nacional de Educação de 1962 foi o primeiro na história da educação brasileira. Aprovado pelo CFE, do qual Anísio Teixeira era membro e relator das bases desse plano, o PNE não era um projeto de lei, mas, uma reunião de regras que visavam principalmente às aplicações financeiras e à expansão das matrículas no ensino primário, médio e superior. “Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas num prazo de oito anos” (BRASIL, 2001, s/p).

O tema planejamento financeiro da educação estava na pauta de Anísio Teixeira desde quando iniciou este trabalho no Inep. Escreveu, em 1953, “Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro”, publicado na *RBEP* no mesmo ano e apresentado no XI Congresso Brasileiro de Educação em janeiro de 1954, em Curitiba, PR. Nesse evento realizado pela ABE, Teixeira foi membro da comissão organizadora.

O texto “Bases para uma programação de educação primária no Brasil” é uma exposição feita por Teixeira no curso de programação do desenvolvimento econômico brasileiro promovido pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em 1957, no Rio de Janeiro.

Nesse evento, o diretor do Inep apresenta para os economistas um programa para o desenvolvimento progressivo da educação básica no Brasil compatível com as condições econômicas do país. Na ocasião alerta para uma mudança na mentalidade brasileira quanto à necessidade de investir os recursos necessários em educação.

Para os que me disserem que no Brasil não há recursos para a educação, respondo, por isto mesmo, que não é verdade. Não há no Brasil é o sentimento de que a educação tenha prioridade suficiente para determinar a despesa necessária. E o sentimento não existe, porque o Brasil alimenta um conceito místico e não racional a respeito da educação. O que é místico é espontâneo. Não há em relação a coisas místicas necessidades de dinheiro. O místico é de sua natureza gratuito, espontâneo e miraculoso. (TEIXEIRA, 1957, s/p.)

Teixeira apresenta dados educacionais para analisar dois grandes problemas na educação primária: o alto índice de evasão e reprovação escolar. Nessa análise, ele mostra que os dois sistemas educacionais mais desenvolvidos do Brasil são o de São Paulo e o do Rio Grande do Sul. “Os melhores recursos e a melhor situação econômica de São Paulo produzem essa melhor educação, a qual, por sua vez, produz as melhores condições de trabalho. No Estado do Rio Grande do Sul, 34% das crianças são aprovadas no 4.º ano” (TEIXEIRA, 1957, s/p). A meta do programa apresentado por ele era a de que o ensino primário se estendesse a seis anos para a escola urbana e quatro para a escola rural, mas sempre enfatizado era o imperativo dos investimentos públicos progressivos e permanentes.

As três ideias que trago, assim, para demonstrar a compatibilidade do programa aqui proposto com as condições econômicas brasileiras são estas: regularizar a matrícula por idade; tornar a promoção automática; organizar o sistema na base de despesas locais e não gerais do Estado, nem muito menos nacionais do governo federal. Com estas três inovações, criaríamos as condições necessárias para um sistema escolar modesto, mas permanentemente progressivo. (TEIXEIRA, 1957, s/p.)

Inspirado no modelo de administração escolar anglo-americano, defende e reforça que a educação se desenvolverá nos municípios e que eles precisam estar alinhados à administração local. Utilizando-se de linguagem própria para falar aos economistas, Teixeira finaliza esse texto com a afirmação: “Afinal educar é investir no setor do capital humano²⁴, tão essencial, pelo menos quanto o capital de máquinas e equipamento” (TEIXEIRA, 1957, s/p).

Para tratar especificamente o problema financiamento da educação, Anísio Teixeira escreveu “Plano e finanças da educação”, em 1964, que foi publicado na *RBEP* no mesmo ano. A origem desse texto é uma palestra proferida no primeiro “Encontro dos Representantes dos Conselhos Estaduais” com o Conselho Federal de Educação. Teixeira defendia que a educação não poderia ser algo barato e, ao mesmo tempo, precisava de bom planejamento orçamentário para realizar-se em todas as suas dimensões.

²⁴ Uso da expressão em uma fala para economistas. Não acontece em outras passagens.

Ao finalizar o livro *Educação não é privilégio*, Anísio Teixeira exemplifica a escola que defendia com a experiência de educação integral. Essa escola foi prevista no PNE de 1962, nas duas últimas séries do primário e no médio. Teixeira acreditava na integração da escola primária às escolas vocacionais e ao ensino secundário, no qual o programa de estudos educasse o aluno para a vida. Essa proposta visava à valorização das inteligências à medida que pudesse o aluno progredir e avançar nos estudos durante a educação básica e desenvolver habilidades para o exercício da cidadania e de uma profissão, para o convívio social e para prosseguimento nos estudos no ensino superior, caso fosse a aptidão e a opção do aluno. Apresenta o Centro Educacional Carneiro Ribeiro como prova de que seja possível fazer cumprir os objetivos da educação com uma escola pública de boa qualidade.

2.4.2 Democracia e os sistemas estaduais de educação

Durante toda a sua trajetória, Anísio Teixeira defendeu a educação como fator elementar de uma sociedade democrática. De acordo com SILVA (2016), essa era a sua filosofia, constituída desde o final dos anos 1920, quando viajou à Europa e aos EUA e descobriu a “civilização americana”, a Universidade da Colúmbia, John Dewey e a escola pragmática. Um dos princípios democráticos baseia-se no diálogo e no debate de ideias. Eis aqui uma dificuldade do homem moderno, o diálogo entre pessoas ou grupos que pensam diferentemente. Anísio Teixeira sentiu isso na pele, com os embates e conflitos políticos que vivenciou com grupos conservadores, privatistas e religiosos que divergiam e ofereciam resistências à organização de um sistema de educação pública, laica, gratuita e de boa qualidade para todos.

Para Teixeira, diante da complexidade da vida moderna, era necessário ao indivíduo o desenvolvimento da consciência e de sua autonomia. Alguns escritos de Anísio Teixeira sobre democracia estão reunidos no livro *Educação é um direito*. Nessa obra ele recomendou que, sendo a democracia algo bastante complexo, que não se desestimulassem os educadores no exercício de pensar, de estudar, de se ter clareza dos problemas educacionais e lutar pelo que seja necessário para a educação pública brasileira.

Esse livro, publicado em 1968, é uma das obras que compõem a “Coleção Cultura Sociedade Educação”, da Companhia Editora Nacional, organizada pelo próprio Anísio Teixeira. É estruturado em duas partes: a primeira, intitulada “Fundamentos democráticos da

educação”, contém seis textos; a segunda parte, “Autonomia e organização legal dos serviços públicos de educação no estado da Bahia”, é composta por três textos.

O texto “A educação e a constituição de 1946” foi lançado em forma de artigo na RBEP na edição do primeiro trimestre de 1960. Nesse texto Teixeira sugere um modelo diferente de administração do sistema educacional a partir da descentralização e autonomia, envolvendo as três esferas públicas: a municipal, a estadual e a federal, conforme definido na Constituição Federal de 1946. De acordo com Cassim (1994), os textos dessa obra foram escritos entre 1947 e 1951, pois cronologicamente antecederam à conferência “Educação não é privilégio”, de 1953.

É importante destacar, com o apoio de Nunes (2009), que o ano de publicação desses escritos, 1968, foi marcado por diversos movimentos sociais no mundo todo. No Brasil, o movimento estudantil ganhava forças e 1968 ficou conhecido como o ano da contestação. Nesse cenário conturbado, no qual o país vivia tempos difíceis com um governo ditatorial, Teixeira publicou essa obra que trata de democracia e autonomia do sistema educacional.

Marlos Bessa Mendes da Rocha, no texto “Anísio Teixeira ou um projeto mais feliz de moderno”, analisa o conteúdo dos textos e as ideias do intelectual. Segundo ele, há duas dimensões que justificam o pensamento de Anísio Teixeira: a democracia e a análise social pautada por valores de liberdade individual e política.

Anísio Teixeira, de 1951 a 1971, dedicou-se do ensino elementar e secundário ao superior, dos governos estaduais ao governo federal. Era uma constante em suas pautas: a escola pública, o sistema nacional e seus componentes básicos à época: a LDB e o PNE. Nesse período ele concentra muito de seu esforço em duas tarefas articuladas: a constituição das humanidades e da educação como campos científicos no Brasil; e a aproximação das ciências sociais com a educação.

Teixeira tratou de inserir a educação nacional na agenda de importantes estudiosos da cultura brasileira. Essa aproximação entre as ciências sociais e educação tinha como horizonte de expectativas a própria aproximação entre educação e sociedade, tal qual preconizado pelo pragmatismo. A perspectiva de Teixeira era de que o Brasil viabilizasse um sistema nacional de educação pública capaz de eliminar a ignorância e instrumentalizar os indivíduos para resolverem seus problemas e sua adaptação e progresso na sociedade industrial, urbana e democrática.

Os escritos de Anísio Teixeira baseados na filosofia deweyana tratam as descobertas científicas como algo relativo ao momento histórico, como experiências com base em conhecimentos acumulados até certo momento. Nesse contexto, o conhecimento científico é

limitado ao espaço e tempo e transforma-se à medida que ele avança; assim, a democracia é algo que está em movimento constante tal qual a própria sociedade. Esse é um dos fatores que justifica a importância das ciências humanas e, por esse motivo, Anísio Teixeira tanto investiu nelas.

“Democracia e educação”, escrito em 1956, foi pronunciado na palestra da XII Conferência Nacional de Educação no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pela ABE e, de acordo com Oliveira e Silva (2000), foi a última participação de Teixeira nas conferências nacionais da associação.

Com atitude democrática, Anísio Teixeira, na direção do Inep, apostava no planejamento da educação de forma conjunta entre as três esferas de governo. Ele confiava nesse trabalho para a realização da

[...] obra comum da integração social do corpo político nacional, da definitiva implantação do moderno estado democrático por meio da escola, concebida como instituição de formação do cidadão e de sua habilitação para o trabalho e para a vida. (TEIXEIRA, 2007, p. 152.)

O Plano Nacional (1962) e a LDB (1961) davam abertura para que os estados e municípios elaborassem seus planos de educação, com parte dos recursos assegurados pela União.

Esse plano, mais do que pedagógico ou mesmo administrativo, é um plano político, pelo qual se faz possível uma ação conjunta, sob a responsabilidade mais imediata dos governos estaduais da União, dos estados e dos municípios, no esforço comum pela emancipação educacional do País. (TEIXEIRA, 2007, p. 152.)

Essa ideia de descentralizar o sistema de educação, dando autonomia aos estados para a elaboração de seus planos, alinhados com o Plano Nacional, já acompanhava Anísio Teixeira desde quando atuava como secretário de Educação na Bahia. Baseado num suspiro democrático que o Brasil estava vivendo após a queda do Estado Novo e a Constituição de 1946 Teixeira escreveu alguns dos textos sobre essa temática. Sugeriu um modelo de sistema de ensino para os estados, no qual a Bahia poderia ser uma inspiração. Teixeira partiu de uma análise do capítulo de educação da Constituição baiana, elaborada pela Assembleia Constituinte baiana, no final da década de 1940.

No tocante à Constituição de 1946, retomou alguns dos princípios de educação do início da década de 1930, originários do Movimento Escola Nova, instituindo a educação como um direito de todos e obrigatória no ensino primário – gratuita e com o ensino religioso

facultativo. Cabe aqui destacar a descentralização da administração escolar, no artigo 171, que dava aos estados autonomia para organizarem o seu sistema de ensino. Detalhando o artigo, o parágrafo único estabelece que “Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional.” (BRASIL, 1946, s/p).

O momento era de reconstrução da nação, que estava abrindo-se para a democracia. No modelo democrático de gestão educacional pensado por Teixeira, foi sugerida a criação dos conselhos estaduais de educação, órgãos deliberativos que seriam independentes de vontades políticas mais circunstanciais e maiores que as políticas de governo. Os conselheiros atuariam na Secretaria Estadual de Educação, participando das políticas públicas, cabendo ao secretário estadual ser o executor, técnico e propositor das políticas educacionais. Teixeira confiava na atuação dos conselhos de educação para garantir uma forma democrática de elaboração e gestão das políticas educacionais.

A importância de uma organização educacional com atribuições aos Municípios, Estados e União justificava-se também pelas questões particulares de cada região. As escolas primárias deveriam contemplar as características locais da cultura e do meio social em que estavam inseridas. No entanto, ressaltava-se a necessidade de colaboração entre as esferas de governo no que tange à unidade e, ao mesmo tempo, às particularidades de um país extenso e diverso.

O Estado democrático não é o Estado totalitário. O pluralismo municipalista, o pluralismo estadual (Estado-Província), o pluralismo institucional constituíram um conjunto de forças criadoras, embora contidas dentro dos princípios amplos da Constituição, que mutuamente se fertilizariam e se disciplinariam em busca de uma unidade na diversidade, antes conquistada do que imposta. Esta, a diferença entre o mecânico e o vivo. O sistema escolar brasileiro teria a unidade dos corpos vivos, a unidade como resultado e não como imposição. (TEIXEIRA, 2011, p. 248.)

O artigo intitulado “A municipalização do ensino primário” foi escrito em 1957 e publicado na *RBEP* no mesmo ano. Esse texto foi assinado por Teixeira, como diretor do Inep, para fornecer aos municípios as diretrizes sobre o funcionamento da municipalização do ensino primário no país. Detalhes sobre o financiamento e a administração das escolas municipais estão descritos nessas diretrizes. Para situar esse assunto em 1966, Teixeira escreveu “Sugestões para o planejamento educacional nos territórios”. Nessa análise ele afirma que progresso e educação têm uma relação de interdependência, na qual a educação precisa ser planejada e direcionada para o desenvolvimento dos indivíduos. A relação dos

indivíduos com a escola acontece em âmbito local, ou seja, nos municípios, que precisam estar bem amparados pelo governo federal nos aspectos sociais e econômicos para oferecer educação de melhor qualidade e atender à demanda local com eficiência.

Anísio Teixeira acreditava numa organização política que fosse anterior ao Estado, no estilo anglo-americano, na qual primariamente haveria um arranjo social e, posteriormente, a criação de um Estado de direito, implicando numa unidade nacional. Nesse sentido, a igualdade social seria a oportunidade de acesso de todos os indivíduos da nação aos meios de vida do mundo contemporâneo, o que inclui o trabalho e a educação. O sentido da educação, segundo Teixeira, estava na relação entre ciência, liberdade e indivíduo.

Mesmo sendo um liberal, o pensamento de Anísio Teixeira não se assenta na lógica mercadológica. Sua defesa de uma educação para todos está relacionada a uma razão política: formação do cidadão moderno e a convivência democrática. Assim, para Teixeira a democracia está presente na vida moderna, mesmo que forças políticas retrógradas tendam a afogá-la, o acesso ao conhecimento oferecido pela escola possibilitaria ao sujeito participar da vida política e social.

2.4.3 Anísio Teixeira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Para tratar da educação como um direito de todos e dever do Estado, Teixeira, que possuía formação jurídica, escreveu vários textos relacionados à inédita Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Seus escritos fazem contextualizações, análises e críticas à legislação educacional antes e após a aprovação dessa lei no Congresso Nacional.

Um livro que aborda essa temática é *Educação no Brasil*, uma publicação que também faz parte da Coleção Cultura, Sociedade e Educação (CCSE). Como já mencionado, Anísio Teixeira dirigiu essa coleção no momento em que atuou na Companhia Editora Nacional, durante os temidos *tempos de chumbo*, aproveitou essa fase para organizar seus escritos e reeditar alguns livros. A obra publicada em 1969 inclui sete textos do livro *A educação e a crise brasileira*, acrescida de outros dezesseis textos, sendo que alguns desses também estão publicados no livro *Educação e universidade*.

Esse livro contém uma introdução, uma dedicatória ao amigo Monteiro Lobato, falecido à época, e três partes com os subtítulos: 1.^a) “Educação no Brasil”, 2.^a) “Educação e sociedade” e 3.^a) “Reflexões sobre os nossos tempos”. Assim como *A educação e a crise brasileira* em *Educação no Brasil*, Anísio Teixeira aborda a LDB como um dos assuntos

centrais da primeira parte do livro. Segundo ele, a lei no Brasil é o “mal dos males”, quando, na prática, é utilizada apenas para disciplinar processos burocráticos em vez de ser um organismo vivo e em movimento na sociedade.

Na primeira parte dessa obra, intitulada *Educação no Brasil*, estão seis textos que também compõem a primeira parte do livro *A educação e a crise brasileira*, além do texto “A escola brasileira e a estabilidade social”, escrito em 1957 e apresentado em conferência no Clube de Engenharia, tendo sido publicado na *RBEP* no mesmo ano. Nessa primeira parte, o texto “A Lei de Diretrizes e Bases – depoimento e debate sobre o projeto da LDB” foi ampliado e subdividido em quatro tópicos que tratam de análise anterior e posterior à aprovação da LDB; “Conceito da LDB” foi uma entrevista concedida ao jornal *Última Hora*, em 1959; “O substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases” é artigo já publicado na *RBEP*, na edição de 1959; e “Comentário à lei, afinal aprovada: meia vitória, mas vitória” é artigo também já publicado no *Diário de Pernambuco*, em 1962.

O texto intitulado “A situação educacional em 1967 (seis anos após a LDB)” é um artigo sobre educação no Brasil, que foi publicado no anuário de 1967 da Enciclopédia Delta-Larousse, da Editora Delta S.A. Nesse evento, Teixeira faz uma análise do avanço do país com a criação do sistema nacional de educação, que operava com mais 22 sistemas estaduais e a aprovação da LDB. No entanto, salienta que, naquele momento, esse novo sistema ainda estava em experimentação no Brasil. Destaca ainda a importância do CFE no planejamento da educação nacional e nas estratégias de unificação dos sistemas, além de contribuir na organização, operação e normatização do ensino.

No pensamento de Anísio Teixeira, a proposta de educação básica, denominada educação geral, seria um tipo de educação que formaria o sujeito para a vida, o que incluía o capacitar para o convívio social, para o trabalho e para o exercício da cidadania. A LDB incluía para o ensino primário, como possibilidade aos sistemas de ensino estaduais, a extensão do tempo de curso e uma introdução ao ensino das artes industriais nos anos finais do primário, conforme o parágrafo único do artigo 26 da LDB/1961. “Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade.” (BRASIL, 1961, s/p).

Para o ensino médio os cursos técnicos seriam ofertados conjuntamente aos estudos propedêuticos dos cursos colegial e ginásial. O artigo 34 da LDB/1961 assim definia: “O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros,

os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.” (BRASIL, s/p, 1961).

Na visão anisiana, a formação profissional era necessária ao indivíduo da sociedade moderna e industrial, logo não haveria distinção para uma modalidade de ensino a parte – educação profissional. No conceito de educação de Anísio Teixeira, a educação básica incluía a formação para o trabalho, sendo assim denominada por ele a formação comum.

Nesse grande sistema contínuo e gradual de educação, o que seja educação geral e o que seja educação profissional ou especial de certo modo se confundem, a educação geral sendo sempre necessária e a especial correspondendo a um esgalhar-se dessa educação geral, conforme o nível e o ramo de ocupação a que se desejasse o homem devotar. Verifica-se assim que os objetivos da educação em nosso tempo, seja ela geral e comum ou especial e profissional, se reencontram em um objetivo maior, que é o do preparo do homem novo para a sociedade nova em que vivemos. (TEIXEIRA, 2011, p. 408.)

Conforme mencionado no capítulo anterior, o acirrado debate sobre a LDB que perdurou durante toda a década de 1950, foi caracterizado por grandes disputas de interesses. Anísio Teixeira foi verdadeiro defensor dos interesses do povo brasileiro nessa disputa, destacou os privilégios da classe dominante e militou por um sistema público de educação. Com esse posicionamento enfrentou algumas adversidades e batalhas políticas com alguns grupos religiosos, privatistas e conservadores, o que não o fez esmorecer em seu propósito.

[...] a Lei de Diretrizes e Bases deverá ser uma lei de grande amplitude, que liberte as iniciativas, distribua os poderes de organizar e ministrar a educação e o ensino e faculte ao povo brasileiro encontrar, no jogo de experiências honestas e de uma emulação sadia, os seus caminhos de formação nacional. (TEIXEIRA, 2011, p. 221)

Esses escritos de Anísio Teixeira sobre a LDB apresentam duas ideias centrais: a descentralização administrativa da educação e a autonomia pedagógica da escola. Os textos fazem uma exposição dos problemas educacionais brasileiros, que ainda persistiam no final da década de 1960 e revelam como o Brasil era atrasado e não conseguia instituir um sistema de educação popular consistente. Em meio a essa turbulência, Anísio Teixeira manteve o otimismo quanto ao avanço e à continuidade dos estudos que dariam a direção para que esses velhos problemas fossem superados.

2.4.4 A formação de professores

A formação de professores era outra pauta importante para a construção do sistema nacional de educação. Para tratar desse assunto Teixeira escreveu alguns textos, ao mesmo tempo em que investiu e incentivou a oferta de cursos, intercâmbios, seminários, conferências, viagens e pesquisas para os educadores brasileiros de todos os níveis de ensino.

O texto “Centros de treinamento de professores primários” (1962) é a apresentação de um plano para reformar as escolas normais e criar centros de formação de professores para o magistério infantil, primário e médio. Essa proposta incluía a construção de escolas experimentais e seriam organizadas em três modalidades: escolas de demonstração, escolas experimentais e escolas de prática. Essa ideia foi apresentada por Teixeira na Conferência sobre Educação e Desenvolvimento Econômico e Social na América Latina, em Santiago, no Chile, em março de 1962.

Em 1963, Anísio Teixeira, engajado com a causa formação de professores, escreveu “Mestres de amanhã”, que foi publicado no livro *Educação e o mundo moderno*. Nesse texto ele enfatiza o valor dos mestres das escolas primárias e secundárias, pois eles estavam vivenciando as complexas mudanças daquele tempo.

Contextualizando a profissão docente com os tempos modernos, Anísio Teixeira relata que os professores estavam em crise com as diversas e rápidas mudanças no mundo. Ele explica que a combinação de fatores como a industrialização, a explosão de conhecimento, o desenvolvimento da tecnologia e da técnica e a complexidade da sociedade moderna eram questões que agravavam as incertezas que afetavam a educação.

Teixeira interpreta a complexa realidade dos tempos modernos e, em sua perspectiva pragmática, expõe que são assustadoras as responsabilidades dos mestres de amanhã. Era preocupante, para ele, como os professores estavam sendo formados para atuar nas escolas de educação básica e exercer sua função, cumprindo com a responsabilidade de formação do sujeito moderno.

Diante dessa realidade, Teixeira faz uma crítica à educação do homem comum que não o liberta, não o emancipa. Citando Aristóteles, diz do indivíduo alienado que está na sociedade, mas não pertence a ela, o que abre caminhos para a dominação. Citando um exemplo, que pode ser uma ameaça a esse tipo de educação, Teixeira trata da comunicação. Explica a força e o poder dos meios de comunicação para influenciar esse homem comum, que é algo preocupante e precisa ser considerado pela educação, lembrando que essa

abordagem foi feita treze anos após a inauguração da TV no Brasil. Eis o desafio, como libertar os sujeitos dessa influência.

Para Teixeira a forma para solucionar esse problema e fazer da escola um lugar que eduque os sujeitos para uma vida livre e autônoma, é o investimento na formação dos mestres de amanhã. Eles serão capazes de aliar-se às novas tecnologias, transformar a escola em laboratórios e superar o fetiche dos anúncios e propagandas, que seduzem ao consumo, que leva a humanidade ao consumismo e uma vida vazia: “[...] o mestre do futuro será o sal da terra, capaz de ensinar-nos, a despeito da complexidade e confusão moderna, a arte de vida pessoal em uma sociedade extremamente impessoal.” (TEIXEIRA, 2006, p. 199).

No texto intitulado “O problema de formação do magistério”, escrito em 1966 e publicado na *RBEP*, Teixeira narra aspectos da história da formação de professores no Brasil e defende a reformulação dos cursos superiores da Faculdade Nacional de Filosofia, que formava os professores do ensino médio, e uma profunda reforma do curso normal de nível médio, que formava os educadores do ensino elementar.

Estas escolas normais deverão constituir estabelecimentos de nível de colégio, com curso de 3, 4 ou 5 anos de estudo para a formação do professor primário do curso elementar de 4 anos e complementar de 2 anos, ora em vias de serem instituídos. Impõe-se que se façam escolas tipicamente vocacionais, que integrem os sistemas estaduais de educação, dentro de sua tradição original. (TEIXEIRA, 1966, s/p.)

Algumas das propostas de Anísio Teixeira para a formação de professores foram incluídas na reforma universitária que estava em curso no início da década de 1960. No entanto, o problema de formação do magistério ainda persiste na educação brasileira, nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

2.5 A educação e a sociedade brasileira

Anísio Teixeira trabalhou com cientistas sociais brasileiros que se destacaram na história das humanidades no país. Entre eles estão Fernando de Azevedo, Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Certamente essa convivência dava maior clareza à Anísio Teixeira para a compreensão da sociedade e os aspectos sociais brasileiros que influenciavam diretamente na educação.

Na segunda parte do livro *Educação no Brasil*, Teixeira escreveu quatro textos que abordam educação e sociedade. O primeiro texto data de 1962, “Duplicidade da aventura colonizadora na América Latina e sua repercussão nas instituições escolares”, um artigo publicado no mesmo ano na *RBEF*.

Nesse texto Anísio Teixeira situa a origem do dualismo escolar existente no Brasil. Ao comparar o processo de colonização nas Américas anglo-saxônica e ibero-americanas ele expõe como os conflitos foram decisivos na formação da identidade da sociedade anglo-saxônica, ao mesmo tempo em que a ausência de conflitos na constituição da sociedade ibero-americana resultou na falta de uma identidade e, partir desse fato, surgiu uma sociedade com dupla personalidade, uma oficial e outra real.

Segundo Teixeira, ao longo de sua história, a sociedade brasileira acostumou-se a viver em dois planos: de um lado, o proclamado, o oficial; de outro, o efetivado, o real. Teixeira expõe que há uma diferença entre o que está na legislação, isto é, os valores proclamados e os valores praticados ou implementados. Isso é uma herança dos tempos de colonização e, mesmo com a independência, o Brasil não conseguiu superar essa prática social.

Partindo dessa análise social, Teixeira aborda o surgimento da educação escolar no Brasil, ofertada em “[...] modelos impostos e alheios às condições sociais e locais” (TEIXEIRA, 2011, p. 312). A formação do “sistema” brasileiro de ensino foi uma transplantação do sistema europeu de educação do século XVIII, o que consistia numa escola enciclopédica, de estudos desinteressados, ou seja, para a fruição e o lazer, além de ser a escola um “bem-em-si-mesma”.

Para Teixeira o sistema de ensino que começou a ser construído no Brasil no início do século XX estava um século atrasado em relação ao sistema escolar europeu. Nessa época, as relações ao redor do mundo já estavam baseando-se no modelo industrial, nova classe social estava emergindo e a escola transformando-se para atender às demandas da sociedade moderna.

Segundo Anísio Teixeira, no Brasil houve uma falsa expansão da educação, ou seja, o número de escolas aumentou para atendimento à crescente demanda, no entanto não cresceu em eficiência. A dualidade de ensino fazia parte do projeto original europeu do século XVIII, pois nos próprios países europeus havia escolas para formar a elite e outro tipo de escola para os camponeses, trabalhadores e pobres.

No projeto brasileiro surge, então, dois sistemas: um com escolas primárias, normais e profissionais com uma filosofia de formação utilitária para o magistério primário, ocupações

manuais e atividades técnicas nas áreas comerciais e agrícolas o qual atendia a classe trabalhadora, as crianças órfãs e os filhos de camponeses; o outro sistema, formado pelas escolas secundárias e superiores, no qual a filosofia que imperava era de que ali se praticariam estudos desinteressados, enciclopédicos, para a fruição e o lazer. Essas eram as escolas dos filhos da elite brasileira, que não eram lugares em que estavam, por mérito, as inteligências brasileiras, mas as pessoas que tinham posses, poder aquisitivo, influência social e política.

Uma das grandes pautas de Anísio Teixeira foi a superação desse dualismo na educação. Esse sistema tentou ser vencido com o Movimento Escola Nova, em 1932, buscou ser superado na década de 1950 com a LDB e pretendeu ser ultrapassado com a militância incansável dos intelectuais progressistas brasileiros. No entanto, até 1962, ano em que escreveu esse texto, Teixeira alegava que o projeto educacional brasileiro ainda não conseguia instituir-se como um sistema de educação que atendessem à demanda de educação das massas.

Ainda sobre esse conjunto de escritos, o texto “A educação e a sociedade brasileira”, datado de 1969, é o único inédito no livro *Educação no Brasil*²⁵. Nesse texto Teixeira reafirma a necessidade de situar a educação como a maior prioridade social. A educação desde os primórdios é estabelecida como interesse público e necessidade do indivíduo. Considerando o ano desse texto, Anísio Teixeira contextualiza a escola à sociedade tecnológica e complexa que estava formando-se no mundo e no Brasil. Ele enfatiza que essa civilização demandava um planejamento social que incluía um sistema de educação intencional. Para esse sistema de educação seria necessária uma escola pública e compulsória, conforme fizeram os países desenvolvidos.

Anísio Teixeira acreditava no progresso e no desenvolvimento do país e, com visão otimista, abordava a identidade nacional como uma das estratégias para ver o Brasil desenvolver-se nos aspectos políticos e sociais. Segundo ele, o nacionalismo aguça no sujeito o sentimento de justiça com os demais habitantes do país e a participação de todos faz crescer a coesão que caracteriza um corpo social. Esses fatores levam ao aumento da consciência de igualdade entre os sujeitos, o que resulta no sentimento de cidadão.

Nesse sentido Teixeira criticava a escola brasileira, que era vista como desnacionalizada e desnacionalizante. Uma educação que nacionalizasse e emancipasse os brasileiros só seria possível na escola pública e verdadeiramente brasileira.

²⁵ Em 1964, o título “A educação como problema central da sociedade” foi subdividido em três tópicos sendo: “I – A escola pública é o caminho para a integração social”, fruto de uma entrevista publicada no jornal *Correio da Manhã*, em 8 de setembro; “II – Educação e nacionalismo”, escrito em 1960 e publicado como artigo na revista *Senhor*; e “III – Educação e a sociedade urbano-industrial”.

Esse movimento é, pois, acima de tudo uma mudança de mentalidade, um novo estado de espírito, uma emancipação, uma chegada à maioridade, uma afirmação de vontade afinal madura e superior: a plena consciência de um desígnio coletivo, capaz de dar à nação coerência e de lhe dirigir a vida. (TEIXEIRA, 1969, p. 360.)

Segundo Anísio Teixeira, a sociedade industrial é “[...] fragmentada, complexa e confusa” (TEIXEIRA, 1969, p. 363). A cultura industrial, naquele momento nova no Brasil, é abstrata e racional, e só poderia ser construída por meio da alta escolaridade. Assim, a educação não é só uma questão de progresso e desenvolvimento, mas, da própria sobrevivência individual numa sociedade industrial, “[...] nova, global e super organizada, marcada pela divisão do trabalho e impessoalidade”.

Essa sociedade emergente no Brasil necessitava da educação escolar para existir e a oferta dessa educação seria função do Estado. O dever do Estado era “[...] dar a cada um dos seus cidadãos a cultura necessária para poder existir e viver e, além disto, desenvolver as artes e as ciências em grau jamais imaginado, pois elas são a próprias raízes da sociedade.” (TEIXEIRA, 1969, p. 364).

Finalizando a temática educação e sociedade, o texto “Educação e unidade nacional”, escrito em 1952, foi também publicado em *A educação e a crise brasileira*. Nele Teixeira salienta que o debate sobre a unidade nacional é complexo e diverso e extrapola a questão educacional, pois passa antes pela cultura de um povo e pela política. A escola, como instituição transmissora de cultura de forma consciente, pode ajudar na construção dessa unidade cultural, à medida que fosse desenvolvendo-se nesse aspecto.

Depois de abordar a educação no Brasil, e educação e sociedade, na última parte do livro *Educação no Brasil* foram publicados quatro textos que fazem os brasileiros refletirem sobre os tempos modernos ou “os nossos tempos”, como os chamou Teixeira. “Os estudantes e a revolução do nosso tempo” foi escrito em 1949 e pronunciado no discurso da solenidade de instalação do XII Congresso Nacional de Estudantes, na Faculdade de Medicina da Bahia. Já “Revolução e educação” data de 1963 e foi publicado como um artigo na *RBEP*. Em 1960, Teixeira escreveu o artigo “A educação comum do homem de hoje”, publicado no *Correio do Senac*, em novembro daquele ano. Por fim, “A longa revolução do nosso tempo”, escrito em 1967 e lido no discurso em que foi paraninfo dos concluintes da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, e foi ainda publicado na *RBEP*, em 1968.

Nesses textos Anísio Teixeira caracteriza as mudanças no mundo com o avanço da ciência e da tecnologia, situa seus impactos no comportamento social e as necessidades do

homem moderno em relação à educação e ao trabalho. Essas mudanças profundas são partes da longa revolução que o mundo estava vivendo, que se iniciou na França e ainda estava em curso. Teixeira caracteriza todo este cenário para dizer aos educadores quão imensa é a tarefa de ser professor nesses tempos, sendo otimista, esperançoso e muito lúcido desse desafio. Escreveu, metaforicamente, que os educadores brasileiros seriam o “sal da terra”.

Ainda sobre essa temática, em 1971, a *RBEP* publicou outros dois textos inéditos de Teixeira; são eles “Educar para o equilíbrio da sociedade” e “Educação, suas fases e seus problemas”. São outras análises da educação no Brasil, que estava às vésperas de sofrer novas alterações na legislação educacional, a reforma militar sob a Lei n.º 5.692/1971.

O texto “Política, industrialização e educação”, escrito em 1961, foi pronunciado no Encontro Regional de Educadores Brasileiros. Foi publicado na *RBEP* como artigo com outro título “Educação e desenvolvimento”. Para tratar dessa temática foi apresentado na Conferência Nacional do Comércio.

Atuando na Companhia Editora Nacional, Anísio Teixeira dedicou-se a organizar a “Coleção Cultura Sociedade Educação”, conforme já mencionado. Para tanto escreveu o prefácio em três livros dessa coleção: *Uma escola diferente*, de Terezinha Éboli, que trata da experiência da escola-parque, lançado em 1969; *A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico*, de Marshall McLuhan (1969); e *Uma visão nova da educação: systems analysis ou análise de sistemas em nossas escolas e faculdades*, de John Pfeifer (1971), o qual aborda o método de análise de sistema de educação estadunidense.

A obra de Anísio Teixeira está sendo reeditada e estudada, pois se trata de uma produção que permanece atual para a educação e aborda assuntos diversos que permeiam o cenário educacional brasileiro. “Anísio não chegou a ordenar o seu pensamento pedagógico, ou melhor não teve a preocupação de sistematizar o seu pensamento educacional. Entretanto, o que escreveu é do mais alto significado para a bibliografia brasileira de educação.” (GOUVEA NETO, 1973, s/p).

As pesquisadoras Ana Waleska Mendonça e Zaia Brandão publicaram, em 1997, o livro *Uma tradição esquecida: por que não lemos Anísio Teixeira?* O título é provocativo e propõe uma reflexão para um país que ainda tem muito a avançar em diversos aspectos educacionais, mas que, ao mesmo tempo, parece desprezar seus próprios intelectuais, neste caso, Anísio Teixeira. Com uma produção baseada em ações práticas e na ciência, este intelectual pode contribuir com possíveis soluções para os problemas educacionais e sociais brasileiros, que se arrastam desde o início da discussão da escola nova na década de 1920.

3 ELABORAÇÕES SOBRE ESCOLA E TRABALHO, EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA

*“Não existe ensino prático sem teoria
e nem ensino teórico sem a prática,
pois formar técnicos sem prática,
seria formar homens que
não sabem coisa nenhuma.”
(ANÍSIO TEIXEIRA.)*

Preâmbulo

Este terceiro capítulo tem por objetivo apresentar as elaborações de Anísio Teixeira sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica. Como já anunciado, foram analisados os escritos do período de 1951 a 1971, que tratam especificamente das referidas temáticas. Foram utilizadas fontes primárias e também fontes secundárias para análise dos escritos de Teixeira.

A organização deste capítulo passa primeiramente por uma contextualização histórica, marcada por significativas transformações sociais no mundo moderno, que impactaram diretamente as formas de trabalho e a educação. As modificações no pensamento anisiano sobre as referências anglo-americanas serão abordadas posteriormente. Por fim, o texto apresenta o modelo de educação brasileira segundo as legislações do período desta pesquisa, conforme os níveis e modalidades de oferta, perpassando pelas reformas educacionais ocorridas no país. Cabe salientar que Anísio Teixeira foi protagonista no processo de elaboração dessa legislação que visava à constituição de um sistema nacional de educação no Brasil.

3.1 A escrita de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971 sobre o desenvolvimento tecnológico e as transformações da civilização moderna

O pensamento e as ações de Anísio Teixeira eram orientados pelo pragmatismo e baseavam-se em quatro premissas: democracia, ciência, trabalho e indústria. Em sua concepção progressista, a educação era o pilar que sustentava este axioma, por isso seu empenho com vistas à constituição de um sistema nacional de educação. O período de 1951 a 1971 é um momento de efervescência política, tecnológica e econômica no mundo e no Brasil. Nessa fase da vida, o intelectual Anísio Teixeira sofreu alguns abalos em seu

pensamento, principalmente em relação à ciência e à democracia, e oscilou seu estado de espírito entre muito otimismo e grande pessimismo.

Os acontecimentos da segunda metade do século XX, na civilização ocidental, tais como as guerras, o desenvolvimento tecnológico e a crises cultural, política e social levaram Anísio Teixeira a novas reflexões e a outras referências, como a do filósofo Alfred North Whitehead. Teixeira escreveu, em 1971, seu último artigo sob o título “Cultura e tecnologia”, que foi proferido numa conferência para os alunos do curso “Teoria e prática de microfilmagem” da FGV.

Nesse ensaio Teixeira faz uma abordagem sobre a história da ciência. Para que o conhecimento científico fosse aceito pela humanidade, foi preciso limitar o saber, de maneira que não afetasse os valores humanos, conforme as religiões e crenças. Nesse modelo de organização separam-se as áreas do conhecimento em espiritual e material, objetivo e subjetivo, religioso e secular, meios e fins.

Essa concepção histórica resultou num problema para a civilização moderna, qual seja, a separação da ciência entre o mundo dos problemas humanos e o mundo dos problemas físicos. O crescimento da ciência da área física ou material resultou em grande desenvolvimento econômico para a humanidade. Ao mesmo tempo em que trouxe benefícios, trouxe também problemas. Teixeira cita a guerra como exemplo disso. “O progresso científico está na sela e conduz o homem nenhum de nós sabe para onde” (TEIXEIRA, 2006, p. 196).

A principal causa desse problema era, segundo Teixeira, a separação entre filosofia e ciência. A reflexão sobre os usos do conhecimento estava dissociada da ciência, que estava a produzi-lo, ou seja, estava noutro campo, nas humanidades. Nessa divisão é responsabilidade da teologia, o pensamento espiritual e religioso, que é separado do Estado, detentor do pensamento secular; e a ciência limita-se ao mundo físico. As questões políticas, econômicas e sociais atendem aos profissionais liberais e à iniciativa privada, conservação de instituições e poder. E, assim, a razão ou os saberes científicos ficam “escravos das paixões humanas” (TEIXEIRA, 1971, s/p).

É nesse ponto que Teixeira se decepciona com a ciência ou com os rumos que ela tomou na civilização ocidental. Apoiou-se no filósofo Whitehead para fazer sua crítica aos dogmatismos da ciência, um dos perigos dos quais ela não está livre. O livre pensamento criou métodos de investigação, instituições democráticas, desenvolveu a arte e o conhecimento estético. Nesse sistema a ciência destacou-se e limitou-se a questões “materiais” e dos “meios”, submetendo-se ao sistema econômico dominante.

A indústria desenvolveu-se nesse sentido para solucionar problemas de produção no Brasil, mas, sem considerar os aspectos humanos. Com o desenvolvimento industrial e científico, surgiram as tecnologias e Teixeira aponta outro problema. O crescimento tecnológico advertia os brasileiros para a modelagem do comportamento humano, que resultaria na fácil domesticação às condições do sistema econômico e isso teria impactos diretos no mundo do trabalho na educação.

Teixeira esclarece que, sem a utilização do método científico experimental, os pensamentos filosóficos, políticos, psicológicos, artísticos e sociais ficaram relegados a ideologias “não científicas”. É característico do mundo moderno que as sociedades de “mercado” e cultura do dinheiro e a educação estejam inseridas nesse mundo. Anísio Teixeira “[...] lamentava não haver a humanidade avançado moralmente nos últimos dois mil anos. Cumpria fazer da educação a busca da sabedoria – a arte da vida” (VIANNA FILHO, 1990, s/p).

As turbulências políticas, sociais e econômicas e tecnológicas que estavam acontecendo no mundo na década de 1960 levaram Anísio Teixeira a reflexões pessimistas quanto à civilização ocidental. Decepcionado com o que viu nos EUA, ele escreveu, em 1966, que as brigas, as divisões e os equívocos entre os homens pareciam superar a ciência e imporem-se ela. Vianna salienta que, para Teixeira, tudo “[...] que a economia da escassez criara para ensinar os homens a competir e trabalhar venceu e o seu novo poder científico é, sobretudo, um poder mais terrível contra o homem, contra o outro homem” (VIANNA FILHO, 1990, s/p). Ao resolverem-se os problemas materiais, a sociedade anglo-americana encontrava-se sem virtudes.

As transformações ocorridas ao longo da história são consideradas pelo pragmatismo. Teixeira retomava o conceito de inteligência do período clássico para pensar em possíveis soluções para a humanidade e fortalecer seu otimismo. Uma das soluções para essa crise da sociedade estava associada à educação. Teixeira acreditava que o problema da educação era adaptar o homem aos seus inventos e às tecnologias, pois elas são extensões dos sentidos e poderes humanos. Assim, a educação deve habilitar o homem a compreender a cultura (dinâmica, constante mudança, complexa) para aceitá-la e adaptar-se a ela, e, ao mesmo tempo, contribuir para revisão e reforma constante.

É em virtude desse contexto que, no pensamento pragmático de Anísio Teixeira, o modelo de educação integral era o adequado àquele tempo e às suas demandas sociais. A educação para a vida inclui educar pelo e para o trabalho, para o convívio social, para a participação na democracia, o exercício da cidadania e a compreensão das questões políticas.

E é, por isso, que o ensino não pode ser fragmentado nem tecnicista, pois educar para aqueles tempos era tarefa complexa, que envolvia as dimensões acadêmicas, científicas e tecnológicas.

Teixeira mantinha a esperança de que a humanidade poderia alcançar melhores resultados coletivos por meio da educação, e os agentes transformadores dessa sociedade seriam os professores. Em 1963, ele escreveu o artigo “Mestres de amanhã” para demonstrar possível caminho para um futuro melhor. Em 1967, Teixeira retoma essa esperança ao escrever “A longa revolução de nossos tempos”, mesmo com toda preocupação diante das incertezas do tempo presente. Ele finaliza essa análise mantendo a esperança nos mestres do amanhã, utilizando a metáfora “o sal da terra”; ele acredita serem os professores os semeadores do futuro.

O longo período de mudanças que Teixeira estava vivenciando impulsionou-o a buscar novas referências filosóficas, e Whitehead ajudava-o a compreender o presente. Segundo Vianna Filho, Teixeira ficara deslumbrado com os *Diálogos*, do filósofo Whitehead, publicados por Lucien Price. Para educador brasileiro a obra de Whitehead era um reencontro com Platão. Jayme Abreu, amigo e colega de trabalho de Teixeira, escreveu, no ano de 1964, em carta ao professor Robert J. Havighurst: “[...] é proclamado perigoso ‘comunista’, um singular comunista discípulo confesso de Dewey e um pouco de Whitehead”. Essa expressão permite a Vianna Filho (1990, s/p) afirmar:

Jamais tempo algum foi tão marcado de contrastes, de negações e aceitações, de conformismos e inconformismos, de esperanças e decepções, mas, a despeito de tudo, também de um incoercível otimismo, que sobrevive a tragédias e catástrofes, numa recuperação incessante e surpreendente, como se, no fundo, a consciência de que o homem se fez, afinal, senhor do seu destino, seja a grande marca da nossa época.

Ainda em “Cultura e tecnologia”, de 1971, Anísio Teixeira menciona a necessidade de estudos sobre o processo cultural. Era preciso assegurar uma correspondência entre fins e meios, preservando os valores da herança cultural brasileira. Esses estudos poderiam dar aos brasileiros a consciência sobre o processo de cultura do qual são dependentes e, pela consciência, ter a possibilidade de dirigir e orientar seu desenvolvimento.

Tão inconsciente foi todo o nosso longo e difícil processo cultural, que o próprio conceito de cultura é relativamente novo, em sua atual significação de esforço do homem para ganhar o controle do processo de vida e desenvolvimento em que o lançaram as tecnologias, ou seja, as extensões de seus sentidos, poderes e faculdades. (TEIXEIRA, 1971, s/p.)

Teixeira utiliza o conceito de cultura como modo de vida, material, intelectual e espiritual. Para exemplificar essa ideia, cita os estudos do educador canadense Herbert Marshall McLuhan, que mostram os efeitos da tecnologia na cultura humana. Nesse estudo o autor canadense apresentou novas formas de experiência humana e organização da vida material e social.

Teixeira incluiu a obra de McLuhan na Coleção Cultura Sociedade Educação²⁶, revisando a tradução de “A galáxia de Gutenberg”. De acordo com Teixeira, McLuhan era o autor de destaque à época, que estudou a transformação da cultura impressa para a cultura oral do rádio e da televisão.

McLuhan refere-se à assimilação das tecnologias que estendem e ampliam os sentidos e faculdades humanas em relação aos meios de comunicação. Os estudos do educador canadense analisavam as tecnologias dos meios de comunicação em si mesmas, para descobrir os efeitos e ganhar possibilidade de intervir e controlar o processo de cultura. “McLuhan é novo, observou, porque está procurando compreender o que todos devíamos ter compreendido há muito e muito tempo. Para ele, McLuhan era o Claude Bernard do estudo experimental da sociedade humana” (VIANNA FILHO, 1990, s/p).

O acesso às culturas do passado permitiu o desenvolvimento dos países, por meio dos registros tipográficos. Anísio Teixeira cita o exemplo dos EUA, que tiveram acesso aos registros de sua cultura antiga, no entanto o restante da América não teve acesso ao seu passado. A tipografia foi importante instrumento da transformação no mundo. O livro foi a primeira grande máquina de ensinar, de acesso à cultura.

Teixeira chama atenção para o uso de tecnologias que podem ter como consequência a diminuição da consciência humana, o risco do automatismo. E destaca a supremacia da cultura visual, que modifica totalmente o aparelho perceptivo humano e leva a alterações radicais no pensamento e no sentimento. A cultura do visual acentua o indivíduo e o ego.

O que marca o nosso tempo é essa aceleração do progresso tecnológico sem a correspondente aceleração no pensamento teórico. Não temos uma teoria da educação, como não temos uma teoria social, mas estamos equipados com uma assustadora tecnologia. (TEIXEIRA, 1968, s/p.)

O desenvolvimento tecnológico assustava Teixeira. Segundo ele, a revolução com o microfilme criava igualdade dos recursos culturais entre os homens e novas formas de

²⁶ A coleção, dirigida por Anísio Teixeira, foi lançada em 1968 pela Companhia Editora Nacional.

comunicar e aprender. Em “Cultura e tecnologia”, de 1971, salientou os riscos de que as tecnologias poderiam limitar a dimensão crítica do pensamento.

Teixeira analisava a aceitação das tecnologias sem maiores questionamentos, pois seus usos estavam gerando dependência ao homem. A cultura tecnológica pode determinar o comportamento humano de forma a criar automatismos. Alertava o intelectual brasileiro que a cultura tecnológica é o reino dos meios em contraposição ao reino dos fins e valores fundamentais da vida humana.

A preocupação de Anísio Teixeira em relação ao desenvolvimento tecnológico tinha relação com a teoria de Álvaro Vieira Pinto, que foi seu colega de trabalho na Faculdade Nacional de Filosofia e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Segundo a tese de Pinto, a tecnologia deveria estar a serviço da sociedade e, não, do processo de produção. Ele criticava a fetichização da tecnologia, e Teixeira reforçou essa ideia, enfatizando o perigo da influência negativa das tecnologias no comportamento humano.

O desenvolvimento tecnológico experienciado por Teixeira, os seus impactos na cultura e as previsões de continuidade dessa evolução são elementos que sustentam a defesa de educador brasileiro por uma educação tecnológica. Embora a educação tecnológica ainda seja pouco discutida na atualidade, sua necessidade faz-se presente desde o início do século passado. Grinspun (2009) discute essa ideia e defende que a educação tende a ser tecnológica, uma vez que o contexto social e histórico que a humanidade vive é este, a era tecnológica, em constante e rápido desenvolvimento.

Eram vários os fatores que levaram o otimista Anísio Teixeira ao estado de pessimismo durante a década de 1960, e os rumos que tomou a civilização científica era um deles. Para o amigo Fernando de Azevedo escreveu sobre sua decepção com a ciência: “Infelizmente hoje temos até o direito de indagar: será que valeu a pena termos a ciência que hoje temos? A sua contribuição maior parece ter sido a de nos dar maior poder para o mal” (*apud* VIANNA FILHO, 1990, s/p). Nesse diálogo questionava Teixeira se era possível a humanidade ter esperança de um futuro.

3. 2 A relação de Anísio Teixeira com os EUA no período de 1951 a 1971

Conforme já citado, a atuação de Anísio Teixeira na educação brasileira foi fortemente marcada por suas relações com os EUA. Silva (2016) estudou a atuação do jovem Teixeira, que ficou encantado e entusiasmado com o modelo de ensino anglo-americano do início do

século XX. Cabe destacar que, na viagem de 1925 aos EUA, a educação técnico-industrial foi uma novidade que muito despertou a atenção de Anísio Teixeira. Essa escola, alinhada com as demandas sociais daquela sociedade marcada pela indústria, pela democracia e pelo progresso, fez com que o jovem intelectual baiano se inclinasse definitivamente pela educação, conforme afirmou Silva (2016).

A empolgação com o sistema de ensino anglo-americano permaneceu em Anísio Teixeira, conforme estudos de Santos (2018). Em 1927, ele retornou aos EUA para estudar educação na Universidade de Colúmbia, em que aprofundou seu conhecimento sobre a pedagogia pragmática de Dewey. Ao retornar ao Brasil, Teixeira, atuando na capital federal, colocou em prática as apropriações feitas na escola anglo-americana e defendeu a escola única, gratuita, pública e laica. Movido por essas premissas, fez circular no país as ideias anglo-americanas de educação por meio de seus escritos e de suas atuações, como gestor, e de suas intervenções no Movimento pela Escola Nova. Nesse sentido cabe ressaltar a reforma do ensino secundário, realizada por Teixeira, nas escolas do Rio de Janeiro, na qual o ensino profissional foi incluído no currículo da educação básica.

No período de 1951 a 1971, a atuação de Anísio Teixeira na educação foi bastante intensa. Nessa fase o experiente educador baiano conhecia de forma profunda a realidade social e educacional brasileira. Pautado pelo modelo de democracia anglo-americana, pela pedagogia pragmática de Dewey, pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento industrial, Teixeira estruturou o sistema de ensino brasileiro, pretendendo alinhar a escola brasileira às demandas sociais.

No entanto, é necessário dividir a referência anglo-americana no pensamento anisiano em dois momentos dessa fase. O primeiro momento foi na década de 1950, na qual Teixeira esteve muito engajado na esfera pública – Inep e Capes –, articulando o sistema nacional de educação. Nessa década cumpriu diversos compromissos nos EUA, além de promover parcerias e acordos em âmbitos educacionais com os anglo-americanos.

Anísio Teixeira viajou aos EUA em 1956 para participar da 1.^a Conferência Internacional de Pesquisa Educacional, realizada no país. Nesse período, o Brasil estava dando os primeiros passos em relação às pesquisas educacionais por meio dos CBPEs, criados por Teixeira. Em 1958, o intelectual viajou novamente aos EUA para participar de reunião da comissão de peritos em assuntos educacionais da União Pan-Americana.

A década de 1960 foi um período distinto no cenário político do Brasil e dos EUA. Conforme análise dos escritos de Teixeira, pode-se afirmar que o educador ficara decepcionado com três acontecimentos: a aprovação da LDB de 1961, o golpe militar de 1964

e a relação dos EUA com o Brasil. O pessimismo, o desgosto e a depressão ganharam espaço na vida de Teixeira, que, ao final dessa década, sentia o peso de ter sido por toda vida contrário à opinião política brasileira, segundo Viana Filho (1990).

O desencantamento de Teixeira está registrado em algumas cartas enviadas ao amigo Paulo Duarte, em 1964 e 1969. Em agosto de 1964, ainda no Brasil, escreveu ao amigo para dizer que estava surpreso com o golpe militar. Teixeira denominou o fato como um “pânico da direita brasileira”.

Nessa breve análise sobre esse acontecimento político, Teixeira confessa que não imaginava que existisse tanto medo das reformas de base, em curso no governo de João Goulart. Causava estranheza a Teixeira o movimento direitista, naquele momento, que pretendeu deturpar as reivindicações, as ocorrências e transformações que estavam acontecendo no país. Ele comparou esse medo brasileiro ao da população branca do sul dos EUA em relação à integração social. “Somos, devido nosso atraso, uma sociedade culpada, como culpada é a sociedade americana. E a culpa produz insegurança e esta leva até o desespero.” (TEIXEIRA, 1964, s/p).

De acordo com a experiência brasileira da década de 1930 e comparando-as com as revoluções na Europa, no entendimento de Teixeira, o regime militar iria durar muito tempo. Diante disso, ele acreditava ser necessário mudar as estratégias de combate, saindo de “[...] frustradas tentativas de ação para esforços sérios de esclarecimentos” (TEIXEIRA, 1964, s/p).

Para finalizar essa análise, Anísio Teixeira acreditava que o caminho para a sociedade brasileira era a cultura. Nesse sentido ele salientava que, se os brasileiros quiserem uma sociedade para todos, precisam de cultura para todos e, assim, promover a participação pela integração e, não, pela revolta. Para Teixeira a sociedade brasileira nunca estivera tão fragmentada, resultado de divisões e contradições. Essa situação era sintomática e revelava ser necessário estudar as causas de forma profunda.

Em março de 1964, Anísio Teixeira foi afastado dos cargos públicos que ocupava: a reitoria da UnB, o Inep e a Capes. Além disso, passou a ser tratado como uma ameaça à ordem brasileira. Foi aconselhado a deixar o país e conseguiu autorização do governo para viajar aos EUA. “Em outubro do mesmo ano, sua saída ficou registrada pelo Conselho Federal de Educação como missão a ser cumprida no ‘Programa de Intercâmbio Cultural’, cooperando com os programas internacionais” (SANTOS, 2000, p. 118). Paradoxalmente, o mesmo país que apoiou o golpe de estado brasileiro foi o que o acolheu naquele momento delicado de sua vida.

Anísio Teixeira foi convidado pela Universidade de Colúmbia para exercer função de professor visitante. No ano anterior, Teixeira estivera nessa universidade para receber uma homenagem com a “medalha de honra por serviços relevantes” no *Teacher’s College*. De Nova Iorque, Teixeira escreveu ao amigo Paulo Duarte, em novembro e dezembro de 1964; essas cartas revelam nova impressão dos EUA.

Angustiado com todos os acontecimentos, na carta de novembro de 1964, Anísio Teixeira faz referência indireta ao filósofo francês Jean-Paul Sartre para falar sobre a “superorganização” anglo-americana. Ele inicia o diálogo com o amigo, afirmando que as pessoas são contingência e circunstância, refletindo sobre a existência humana.

Teixeira descreveu ao amigo a sociedade americana daquela época, que estava a viver uma crise de existência. Ele escreveu que os americanos estavam com os problemas materiais resolvidos, no entanto a vida nessa sociedade “superorganizada” tornara-se chata, entediante. E então Teixeira reflete que ter os problemas materiais resolvidos não é uma “completa benção”. Assim, ele conclui que a riqueza e a abundância da sociedade anglo-americana não eram sinônimos de liberdade, de uma “nação saudável e generosa com ela e com o mundo”. Nessa carta Anísio Teixeira conclui seu pensamento, relatando certa esperança com o futuro da sociedade americana, o que foi corrigido em carta escrita posteriormente.

Em dezembro de 1964, Anísio Teixeira mais consciente da situação social anglo-americana, relata ao amigo Paulo Duarte que a carta anterior fora uma reflexão existencialista, influenciada por Sartre. Isso porque é nesse texto que ele descreve o problema do “sentido” da vida nos EUA que “ganha uma dimensão voluntária desconcertante”.

Nesse momento Teixeira descreveu algo que se relaciona à crítica de Morse (1988), alguns anos mais tarde, de que os EUA não era um país portador de futuro. Assim como Morse e Adorno, críticos do projeto anglo-americano, Teixeira percebe que esse projeto estava em decadência e ameaçado pelo crescimento do capitalismo.

Continuando a citar Sartre como referência, Teixeira reflete sobre o engajamento que torna a vida suportável e significativa. Segundo ele, deve-se ter amor pela vida e pela aventura de viver para pensar nas questões de justiça social e boa sociedade. A vida boa passa por organizá-la bem e, nesse aspecto, os EUA era um país avançado. No entanto, ao analisar essa organização, percebe-se que o que está solidamente organizado é o sistema de produção.

Teixeira relata que esse sistema de produção, supereficaz, é que comandava a vida, sendo todos os outros sistemas – político, cultural, educacional e familiar –, subordinados a ele. E parece ser isso que alienou o homem de sua sociedade, gerando problemas na educação e na democracia anglo-americana.

Segundo Teixeira, a produção industrial resultou na organização social anglo-americana, uma característica dessa organização é a extrema especialização de conhecimentos. O impacto disso na educação é a separação entre cultura comum e a extrema especialização do conhecimento. Assim, a educação geral perdia valor diante da especialização do conhecimento, que atendia aos meios de produção e à organização, ou à superorganização. Desse modo a educação torna-se tecnicista.

Esse sistema cria uma bolha de isolamento do ser social, de modo que o homem moderno americano tem duas vidas: “[...] a do trabalho que é impessoal e pública, e a vida pessoal que é isolada e privada” (TEIXEIRA, 1964, s/p). Nessa análise da sociedade americana, Teixeira percebe o desaparecimento da comunidade, pois a vida pessoal restrita ao núcleo familiar se tornou impessoal e anônima; esse individualismo extremo era um fenômeno novo, segundo ele.

Na conclusão desse texto, Anísio Teixeira apresenta duas opções para uma vida significativa na sociedade urbana anglo-americana, a simplicidade ou a extrema cultura. A vida simples é acompanhada de virtudes e seria parecida com a “vida dos esquimós” ou “camponeses que viviam isolados” (TEIXEIRA, 1964, s/p). No entanto, aos trabalhadores industriais urbanos não seria possível essa vida simples, pois, isolados da industrialização total, não compreenderiam o seu trabalho, que era complexo e dividido.

Outra possibilidade, segundo Anísio Teixeira, seria o investimento na extrema cultura, pois por essa via poderia reconstruir-se a comunidade. O indivíduo da comunidade entende o seu presente, como os cultos entendem o passado humano pela informação e pelo saber.

Deve ele viver numa comunhão humana invisível, que sente e percebe imaginativamente, graças ao jornal, ao rádio, à televisão, ao livro, que o informam por comunicação impessoal e parcial, pois não permitem nem o diálogo, nem a conversação, nem a resposta. (TEIXEIRA, 1964, s/p.)

Após o golpe de 1964, Anísio Teixeira permaneceu nos EUA por dois anos. Conforme descreveu em carta ao embaixador Paulo Carneiro, era um “[...] semiexílio, semivoluntário, semicompulsório, o que corresponde à semiconfusão brasileira” (VIANA FILHO, 1990, s/p). A filha e o genro de Teixeira exilaram-se no Chile. Segundo Viana Filho (1990), Teixeira interveio pelo genro, por meio de seus contatos na Universidade de Santiago, e lá o genro trabalhou até 1968 durante o período de exílio.

No ano de 1965, Anísio Teixeira tornou-se professor visitante na Universidade de Nova Iorque. Naquele ano também palestrou na Califórnia. O assunto abordado foi “A democracia e as suas relações criativas na educação: novas fronteiras para a cooperação

internacional”. Em 1966, Teixeira tornou-se professor visitante na *Santa Monica College*, uma faculdade comunitária da Califórnia. Após esse período nos EUA, em 1966 retornou ao Brasil e reassumiu a função de conselheiro no Conselho Federal de Educação (CFE).

Warde (2006) analisou as correspondências que Teixeira trocou com seu antigo professor e amigo George Counts, entre 1960 e 1970. Esses escritos tratavam de análises políticas e sociais brasileiras e anglo-americanas. Segundo a autora, nesse período Teixeira desloca-se entre grande esperança na democracia anglo-americana para o quase total pessimismo.

Anísio Teixeira assistiu à guerra fria e a guerra do Vietnã e isso muito o incomodava. A Counts escreveu:

Como sabe, passei o último semestre nos EUA. Eu estava profundamente impressionado com a energia e a força da vida americana. Com a intensidade da paixão pelo trabalho. Mas, havia um certo silêncio no ar, alguma coisa que não pude ver claramente, mas apenas uma sensação mais forte do que fraca, tanto quanto determinada, mas muito sombria.”. (*apud* VIANA FILHO, 1990, s/p.)

Segundo Viana Filho, os períodos nas universidades de Colúmbia e da Califórnia como professor visitante “deram a Anísio nova visão da vida americana”. Teixeira presenciou o silêncio da sociedade americana dos anos 1960 diante da guerra. A busca pela segurança estava a aprisionar a sociedade anglo-americana. E em tom de desencanto questionou o intelectual brasileiro sobre a nação estadunidense:

Não é de enlouquecer ver-se a nação nascida apenas ontem, nos fins do século XVIII, num berço de esperanças, de fraternidade universal, e hoje a mais rica e poderosa nação do mundo, ensandecida na aventura inacreditável de policiar, dominar e parar o planeta ou então fazê-lo explodir? (*apud* VIANA FILHO, 1990, s/p.)

Embora Teixeira se decepcionasse com os rumos que a sociedade dos EUA estava tomando, sua referência de educação para a democracia continuava a ser John Dewey. Quando retornou ao Brasil em 1966, além de retomar as atividades no CFE, foi convidado para trabalhar na Companhia Editora Nacional, como editor e tradutor de livros.

Nesse período Teixeira dedicou-se à organização da Coleção Cultura Sociedade Educação (CCSE). Dentre os livros que fizeram parte desse trabalho destacam-se duas obras de John Dewey que Teixeira traduziu: *Liberalismo, liberdade e cultura* e *Experiência de educação*; e a obra de Alexis de Tocqueville *Democracia na América*, da qual fez a revisão da tradução. Conforme Warde (2006), essas escolhas pelos títulos e autores são sinais de que a

decepção de Teixeira com EUA não abalou sua referência. “A América está demasiado jovem, demasiado enérgica, demasiado esportiva para os anos que me estão chegando. Conservo a velha admiração, mas – não consigo afinar” (*apud* VIANNA FILHO, 1990, s/p). O experiente educador brasileiro admirava os EUA do passado.

Outro fator que demonstra a decepção de Teixeira com os EUA e consequente desânimo foi a ideia de um estudo, pensado por ele, sobre as culturas do Brasil e dos EUA. Segundo Vianna Filho (1990), Teixeira anunciou o projeto ao amigo George Counts, mas também informou sobre a desistência dessa ideia. “Minha velha ideia sobre o livro de cultura brasileira e americana morreu. Vocês têm mudado muito e agora nos lembram muito a Europa e o seu poderio” (*apud* VIANNA FILHO, 1990, s/p). Assim Teixeira justificou a mudança de planos ao amigo e disse que optara pela tradução da obra de Tocqueville, demonstrando ser esse autor uma de suas referências sobre democracia. Nessa escrita Anísio Teixeira demonstra sua reação ao imperialismo anglo-americano, uma ameaça ao que admirava naquele país, a democracia.

Anísio Teixeira manteve bom relacionamento com as universidades e cultivava antigas amizades com acadêmicos anglo-americanos. Em 1967, foi convidado pela Universidade de Williamsburg, da Virgínia, para proferir a palestra intitulada “A crise mundial da educação”. Essa parece ter sido a última viagem do intelectual aos EUA.

A década de 1960 foi muito difícil para Anísio Teixeira. Com tantos acontecimentos negativos, estava ferido, envolto em pessimismo. Segundo Vianna Filho (1990), o experiente educador baiano sentia-se “[...] marginalizado pela conturbada atmosfera da realidade política e social brasileira” e isso o motivava ao “inquieta isolamento”. Teixeira passou os últimos anos de sua vida revezando-se entre em Itaipava e o Rio de Janeiro; gostava do isolamento na montanha. Viajou muitas vezes a São Paulo em virtude dos compromissos de trabalho na editora.

3.3 Escola e trabalho – origem do sistema de ensino no Brasil

Para compreender a organização política da educação no Brasil das décadas de 1950 e 1960, faz-se necessária uma abordagem histórica, do período que antecedeu a atuação de Anísio Teixeira no Inep. O texto “Duplicidade da aventura colonizadora na América Latina e sua repercussão nas instituições escolares”, escrito por Teixeira em 1962, tem por objetivo fazer esse resgate histórico.

Teixeira discute a dicotomia entre um Brasil real e outro oficial, sendo o real o que socialmente é praticado e o oficial o que se proclama, escreve ou prescreve. Essa ideia foi originalmente projetada por Machado de Assis, quando a citou nos “Comentários da semana” do jornal *Diário do Rio de Janeiro*, em 1861. Machado de Assis fazia crítica à política do governo imperial sobre crédito suplementar para despesas inúteis. Em tom de indignação com tal atitude, escreveu:

Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu país. O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco. A sátira de Swift nas suas engenhosas viagens cabe-nos perfeitamente. No que diz respeito à política, nada temos a invejar ao reino de Liliput. (ASSIS, 1861, s/p.)

Este dualismo, segundo Teixeira, tem origem no período de colonização. Para ilustrar esse raciocínio. Teixeira apresenta as diferenças entre o Mundo Novo e o Novo Mundo, ou seja, América Anglo-Saxônica e América Latina. A intenção dos ianques de criar um mundo novo na América causou diversos conflitos, que foram decisivos para a formação da sociedade anglo-americana. Tudo isso, enquanto os ibéricos traziam como propósito a exploração, visando ao enriquecimento da metrópole, com a ideia de uma organização social sem muitos conflitos. Segundo Teixeira, isso gerou na América Latina uma revolução insincera e a noção de dupla personalidade: oficial e real, elite e povo, metrópole e colônia.

É nesse contexto que surge a escola brasileira, inicialmente para atender os filhos do país oficial. A falta de identidade da elite brasileira com o país foi decisiva no modelo de educação que seria implantado. O “sistema” brasileiro de ensino foi instituído tardiamente e, com um agravante, era uma transplantação do sistema europeu do século XVIII, que nem na própria Europa estava sendo aplicado. É que, já no século XIX, as sociedades modernas estavam reformando seus sistemas de ensino para atender às demandas da era industrial.

No Brasil surge, então, uma escola elitista e enciclopédica baseada em dois conceitos errôneos, segundo Teixeira. O primeiro é a escola ser um “bem-em-si-mesma” e desvinculada das demandas sociais de seu tempo. O segundo refere-se à finalidade da escola, exclusivamente para a fruição e lazer.

O padrão de qualidade das primeiras escolas brasileiras era rígido, o que dificultava sua expansão. No entanto, a partir de 1920, a escola começou a expandir-se em decorrência da pressão da recém-nascida classe média brasileira, que enxergava a escola com dois valores principais. A escola era a oportunidade que poderia dar aos seus filhos a opção de um trabalho “leve”. No entanto, a escola das classes populares, segundo Teixeira, oferecia um tipo de

educação errônea, que não atendia à expectativa real de formação dos indivíduos da sociedade moderna. São vários os motivos que justificam a posição de Anísio Teixeira, pois o ensino primário era precário e de meio turno. O ensino secundário não atendia ao seu objetivo e era insuficiente do ponto de vista da demanda. Por fim, o ensino superior ofertado em escolas isoladas, que se multiplicavam sem assegurar a boa qualidade. No imaginário social da classe média era desproporcional a realidade; para Anísio Teixeira havia uma concepção mágica, pois a educação tinha um valor absoluto e útil. A partir dessa demanda, as escolas públicas e privadas expandiram-se, em maior quantidade as privadas, mas, com professores sem formação e voltadas para um público restrito.

Para Teixeira essa não foi uma expansão verdadeira da educação, pois o crescimento em quantidade não equivalia ao crescimento da eficiência da escola. No pensamento dos progressistas, escolanovistas aliados de Anísio Teixeira, se o Brasil conseguisse avançar na eficiência da escola, todos os setores econômicos e sociais iriam progredir juntos.

Para os progressistas o desenvolvimento da educação estava intimamente ligado à criação de um sistema de ensino público, gratuito, obrigatório e de boa qualidade. O modelo de oferta da educação deveria alinhar-se com as condições sociais, locais e econômicas. No Brasil, a inovação na educação começou a ser ensaiada a partir do Movimento Escola Nova e com a Reforma Francisco Campos, no início da década de 1930. No entanto, superar a herança de uma cultura social de dualismos – elite e povo –, a mentalidade atrasada da elite brasileira e a falta de identidade com o país constituíam o desafio de Teixeira nas décadas de 1950 e 1960, como ainda persiste na educação atualmente no país.

Esse dualismo na educação não é original do Brasil, já que o próprio modelo europeu era dual. Essa filosofia de uma “boa” escola, desinteressada e de estudos supérfluos para a classe superior e uma escola profissional e prática para a classe trabalhadora foi “copiada” da Europa. No entanto, os europeus conseguiram superar essa dualidade; com a transformação da sociedade, as escolas também se transformaram.

A industrialização foi a propulsora da mudança do sistema de ensino europeu. O crescimento das forças sindicais e da classe média deram forças às reivindicações por uma escola técnica profissionalizante a todos. Dessa forma, o ensino na Europa passa a integrar educação prática e especializada para todos, sem distinção de classes.

Em “Duplicidade da aventura colonizadora na América Latina e sua repercussão nas instituições escolares” (1962), Teixeira salienta que a legislação educacional brasileira, que tinha por finalidade conter o ensino secundário, foi o motivo para que esse tipo de ensino fosse propedêutico e restrito aos privilegiados. O ensino secundário brasileiro era assim desde

os primórdios: acadêmico e humanístico. Havia, no início do século XX, as escolas primária, normal e profissional, com uma filosofia de formação utilitária para o magistério primário, ocupações manuais e atividades técnicas agrícolas e comerciais. Com uma clientela superior e restrita havia a escola secundária e o ensino superior, pautados numa filosofia de estudos desinteressados.

3.4 A escola elementar e a formação da cultura do trabalho

Quando Anísio Teixeira assumiu a diretoria do Inep em 1952, o que regulamentava o ensino primário era Lei Orgânica n.º 8.529, de 1946. As Leis Orgânicas do Ensino faziam parte da reforma Capanema e estabeleciam as diretrizes da educação regular no nível primário e secundário e nas modalidades supletivo e profissional.

De acordo com a legislação, o ensino primário fundamental seria ministrado em dois cursos sucessivos: o elementar, de quatro anos; e o complementar; de um ano. O artigo 41 estabelecia a obrigatoriedade do primário a todas as crianças de sete a doze anos. Essa etapa da educação articulava-se da seguinte forma:

1. O curso primário elementar com os cursos de artesanato e com os de aprendizagem industrial e agrícola.
2. O curso primário complementar com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes de ensino elementar.
3. O curso supletivo com os cursos de aprendizagem agrícola e industrial e com os de artesanato, em geral. (BRASIL, 1946, s/p.)

Em 1952, o Estado tinha dificuldades quanto a oferta do ensino primário em face da crescente demanda da população em idade escolar. Outros grandes desafios eram a reprovação e a evasão escolar. Segundo dados apresentados por Teixeira, em 1952 havia mais de dois milhões de alunos matriculados na 1.^a série do primário, enquanto, na 4.^a série, eram pouco mais de 322 mil matrículas. O número de alunos que alcançavam a 5.^a série era ainda menor. Embora a lei instituísse o primário complementar, não era uma prática comum essa oferta, pois a demanda de alunos se perdia pelo primário fundamental elementar.

O trabalho dos escolanovistas liderados por Anísio Teixeira era fazer uma conversão progressiva do secundário, resgatando a proposta da Reforma Francisco Campos, no início da década de 1930. Essas propostas consistiam na ampliação do acesso ao ensino secundário, articulação ao ensino industrial, agrícola, comercial de mesmo grau, com o foco no desenvolvimento de capacidades e na orientação vocacional.

No Inep, Anísio Teixeira trabalhou para estruturar o sistema nacional de educação objetivando uma educação integral para todos, sem distinções decorrentes do poder aquisitivo das famílias. Ao apresentar suas propostas reformistas, Teixeira era cauteloso quanto à sua implementação, destacando, sempre diante da complexidade, a importância da experiência com projetos-pilotos para posterior consolidação.

Nesse período em que Teixeira atuou no Inep, ele trazia uma significativa experiência de organização de escola pública integral. Durante sua segunda gestão na Secretaria de Educação e Saúde da Bahia, ele idealizou e construiu o Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Com uma concepção pedagógica inovadora, essa escola organizada e pensada por profissionais brasileiros, liderados por Teixeira, tornou-se referência nacional e internacional. A proposta era voltada ao ensino elementar, atendendo à educação de crianças com até catorze anos.

A organização da escola, pela forma desejada, daria ao aluno a oportunidade de participar, como membro da comunidade escolar, de um conjunto rico e diversificado de experiências, em que se sentiria, o estudante na escola-classe, o trabalhador, nas oficinas de atividades industriais, o cidadão, nas atividades sociais, o esportista, no ginásio, o artista no teatro e nas demais atividades de arte, pois todas essas atividades podiam e deviam ser desenvolvidas partindo experiência atual das crianças, para os planejamentos elaborados com sua plena participação e depois executados por elas próprias. (TEIXEIRA, 1967, s/p.)

Nessa organização pensada por Teixeira, a escola primária deveria ser estendida até seis anos, configurando a educação da criança. E a escola média com cinco ou seis anos de estudos seria voltada à educação do adolescente. O currículo dessas escolas teria foco na formação para o mundo do trabalho e para a cidadania, em sintonia com a cultura brasileira.

Ao final da década de 1950, Anísio teve a oportunidade de expandir seu projeto de escola integral para Brasília, a nova capital do Brasil. Ficou o Inep incumbido de elaborar o plano para o sistema escolar da capital e Teixeira inspirou-se em seu projeto de Salvador. Para apresentar a organização da escola elementar integral, Teixeira escreveu um artigo sobre o sistema de ensino de Brasília, baseando-se no Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Nesse artigo ele define as seguintes referências:

I – Educação primária a ser oferecida em Centros de Educação Elementar, compreendendo:

1. “Jardins de infância” – destinados à educação de crianças nas idades de 4, 5 e 6 anos;

2. “Escolas-classe” – para a educação intelectual sistemática de menores nas idades de 7 a 14 anos, em curso completo de seus anos ou séries escolares;
3. “Escolas-parque” – destinadas a completar a tarefa das “escolas-classe”, mediante o desenvolvimento artístico, físico e recreativo da criança e sua iniciação no trabalho, numa rede de prédios ligados entre si, dentro da mesma área e assim constituída:
 - a) biblioteca infantil e museu;
 - b) pavilhão para atividades de artes industriais;
 - c) conjunto para atividades de recreação;
 - d) conjunto para atividades sociais (música, dança, teatro, clubes, exposições);
 - e) dependências para refeitório e administração;
 - f) pequenos conjuntos residenciais para menores de 7 a 14 anos, sem família, sujeitos às mesmas atividades educativas que os alunos externos. (TEIXEIRA, 2007, p. 168.)

As “escolas-parques” teriam a função de completar a tarefa das “escolas-classes”; seriam elas o diferencial desse modelo educacional. As escolas primárias públicas eram, em sua maioria, precárias e de meio turno e o ensino secundário era livresco, desvinculado das demandas sociais e restrito a uma parcela da população. Esse tipo de educação foi muito criticado por Anísio Teixeira, que trabalhou para tornar progressivamente a educação integral extensiva a todos os brasileiros:

Seriam experiências educativas, pelas quais as crianças iriam adquirir hábitos de observação, desenvolver a capacidade de imaginar e ter ideias, examinar como poderiam ser executadas e executar o projeto, ganhando, assim, habilitação para a ação inteligente e eficiente em sua vida atual, a projetar-se para o futuro. Se a escola-classe se mantinha, em essência, a antiga escola convencional, as condições de trabalho na escola-parque iriam facilitar sobremodo a aplicação dos melhores princípios da educação moderna. (TEIXEIRA, 1967, s/p.)

A capacidade de atendimento de uma escola “escola-parque” era maior que a da “escola-classe”. Constituíam-se um desafio organizar e manter a “escola-parque”, que, além de um elevado custo, necessitava de professores com formação específica nas áreas artísticas e profissionais:

[...] “escola-parque” – destinada a atender, em 2 turnos, a cerca de 2 mil alunos de “4 escolas-classe”, em atividades de iniciação ao trabalho (para meninos de 7 a 14 anos) nas “oficinas de artes industriais” (tecelagem, tapeçaria, encadernação, cerâmica, cartonagem, costura, bordado e trabalhos em couro, lã, madeira, metal, etc.), além da participação dirigida dos alunos de 7 a 14 anos, em atividades artísticas, sociais e de recreação (música, teatro, pintura, exposições, grêmios, educação física). (TEIXEIRA, 2007, p. 169.)

Com inspiração no movimento dos países modernos, em inserir a formação profissionalizante e a iniciação em atividades voltadas ao trabalho produtivo na educação básica, estaria o Brasil a caminho de formar nova consciência nacional, voltada também à cultura do trabalho. Essa proposta para o ensino elementar estaria, segundo Teixeira, em consonância com as demandas de uma sociedade em processo de industrialização e modernização. No entanto, o projeto para expansão em todo o país, ambicionado por Teixeira, demandava investimentos públicos, infraestrutura física e pessoal qualificado. Teixeira tinha consciência de que a marcha na estruturação do sistema nacional de educação seria lenta, mas sua expectativa era de que fosse gradual.

Um marco na história da educação brasileira foi a criação da Lei Nacional de Educação, que, com as diretrizes e as bases asseguradas pela Constituição, regulamentou o ensino, com vistas a proporcionar unidade ao país. No texto “A situação educacional em 1967”, Teixeira analisou a situação da educação no Brasil, seis anos após a aprovação da LDB.

Na década de 1950, o ensino primário era o que o país tinha de mais próximo da democratização ou popularização da educação. Boa parte das crianças das classes populares tinha oportunidades de acesso ao primário, embora faltassem escolas principalmente na zona rural. Os alunos de classe popular, que terminassem o quarto ano do primário, encontravam dificuldades para prosseguimento nos estudos. Teixeira propôs uma solução para esse público pré-adolescente, chamado por ele de “novos deslocados”, que não tinham formação profissional, não tinham escola para continuar os estudos nem podiam trabalhar por causa da idade.

É para estes pré-adolescentes que o Ministério da Educação, Sr. Clóvis Salgado, gostaria que se organizassem dois anos de estudos, que já não fossem seletivos nem acadêmicos, mas sem perda de nenhum dos privilégios desses cursos acadêmicos, porque não podemos pedir ao povo que aceite uma educação que seja boa só para ele e não o seja para nós – sejam de educação fundamental para iniciação ao trabalho. De maneira que estes novos dois anos de educação complementar à escola primária, em que o aluno continuará a sua instrução, mas também trabalhará em oficinas industriais, de artes industriais e artes aplicadas, possam coroar a obra de educação fundamental, permitindo imediatamente o emprego. (TEIXEIRA, 1956, s/p.)

Teixeira defendia ainda que a extensão do ensino primário em dois anos deveria assegurar ao aluno o direito de prosseguir nos estudos no ensino médio, sendo a formação complementar, prática e para o trabalho equivalente à formação do primeiro ciclo do ensino

secundário. A proposta de extensão do primário, defendida por Teixeira, compreendia a educação elementar, e era praticada de forma experimental nas “escolas-parques”. Entretanto, não foi assegurada de forma obrigatória na LDB.

Conforme o artigo 26 da LDB/1961, o ensino primário seria ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais. A proposta de extensão em dois anos está no parágrafo único do artigo, como algo facultativo aos sistemas de ensino. Teixeira, atento com a boa formação escolar do povo brasileiro, pensou na ampliação da escola primária, uma vez que acessar a escola secundária era algo restrito, sendo os exames de admissão de grande dificuldade de acesso para as classes populares. Outra dificuldade significativa era a falta de escolas secundárias no país.

O Plano Nacional de Educação de 1962 estabelecia, como meta quantitativa da educação elementar, a elevação em cem por cento do número de matrículas nas quatro primeiras séries, e em setenta por cento na quinta e sexta séries, ou seja, na extensão do primário. Teixeira apresentou os dados da educação elementar em sua análise de 1967, e mostrou que o Brasil não conseguiu atingir a meta até aquele ano, sendo o prazo previsto no PNE até 1970.

De acordo com estudos de Teixeira, o Brasil tinha, em 1966, aproximadamente catorze milhões de crianças e jovens com idade entre sete e catorze anos, e desses dez milhões e 893 mil alunos estavam matriculados na escola. Ele ressaltou ainda que a quantidade de concluintes do ensino elementar de seis anos era bem menor, pois à 5.^a série chegavam 7,3% desse público; e à 4.^a série, 16,9% dos alunos matriculados na 1.^a série.

Com relação às metas qualitativas previstas no PNE para o ensino elementar, Teixeira destacou duas em seu artigo de 1967. A primeira era relacionada à formação dos professores primários, que até 1970 o sistema educacional deveria contar com 20% dos educadores formados em cursos de regentes, 60% em cursos normais e 20% em cursos de nível pós-colegial. A segunda meta era referente às duas últimas séries do curso primário, as séries da extensão, que deveriam ser em tempo integral, incluindo “[...] no seu programa o ensino, em oficinas adequadas, das artes industriais”. A previsão de Teixeira, quanto ao cumprimento das metas quantitativas do ensino elementar, era positiva, no entanto, para as metas qualitativas havia resistências para a necessária efetivação.

Ainda sobre a análise sobre a situação educacional em 1967, o educador citou alguns frutos que a educação estava colhendo com os CBPE, criados por ele, em 1955. No ano de 1966, os Centros de Pesquisas estavam desenvolvendo estudos sobre os programas e a melhor organização didática da escola primária. Destacou as escolas de aplicação da Guanabara e de

Salvador, que estavam aplicando métodos modernos de ensino e desenvolvendo a “ciência educacional” brasileira.

Teixeira tinha consciência do quão grande era o desafio de superação da atrasada mentalidade brasileira em relação às questões educacionais e sociais. Fazer com que a elite e a classe média compreendessem a necessidade da educação básica pública, de boa qualidade e para todos foi um de seus propósitos. Algumas vezes utilizava de certa acidez para dar o seu recado aos conservadores:

Um sistema público, universal e gratuito de educação não conviria, pois abriria as portas a uma possível deslocação das camadas sociais. Uma escola pública primária gratuita, mas pouco acessível, com espírito marcadamente de classe média, poderia servir às classes populares, sem com isso excitá-las demasiado à conquista de outros graus de educação. Como válvula de segurança, escolas normais e técnico-profissionais se abririam à continuação dos estudos pelos mais capazes. (TEIXEIRA, 1957, s/p.)

O modelo de escola elementar pensada e defendida por Teixeira era a escola integral. O currículo e a organização dessa escola permitiriam ao aluno vivenciar experiências sociais, perpassando pela arte, pelo trabalho e pelo esporte. A descoberta vocacional era um dos objetivos da escola elementar, principalmente nos anos finais, que os prepararia para a escolha de uma profissão no ensino médio, além de iniciar os alunos na cultura do trabalho.

3.5 O ensino secundário brasileiro no período de 1951 a 1971

No início da trajetória de Anísio Teixeira no Inep, o Brasil passava por um movimento de expansão da escola secundária, no entanto tinha muito que avançar na oferta do ensino médio público, obrigatório e gratuito. “O termo escola secundária, no Brasil, em seu sentido técnico, corresponde à segunda grande divisão da escala educacional, de cujo tronco (ensino médio) é o ramo julgado mais importante” (ABREU, 1955, p. 42).

A Lei Orgânica do Ensino Secundário definia que este seria organizado em dois ciclos, o ginásial e o colegial: sendo o ginásial, o primeiro ciclo de quatro anos; e o colegial, o segundo ciclo de três anos. Este último dividia-se em dois cursos, o clássico e o científico. O ensino secundário era restrito aos privilegiados e não tinha relação com o ensino profissionalizante. Nesse sentido havia uma desarmonia entre a estrutura educacional brasileira e a estrutura social.

O artigo 34 da LDB/1961 estabelecia uma organização parecida, no entanto articulava o secundário aos cursos profissionalizantes. O “[...] ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (BRASIL, 1961, s/p). Como meta quantitativa, o PNE previa que até 1970 as matrículas do curso ginásial ou 1.º ciclo deveriam crescer 30% nas duas primeiras séries, e 50% nas duas últimas séries. E, no curso colegial ou 2.º ciclo, a meta de crescimento de matrículas era de 30%.

De acordo com estudo realizado por Jayme Abreu e apresentado no Seminário Interamericano de Educação Secundária, em 1955, no Chile, a população brasileira em idade escolar de doze a dezoito anos era de 9.100.000 habitantes. Os dados apresentados eram do censo de 1950. Dessa população apenas 6% estavam na escola. Conforme demonstra o QUADRO 1, a seguir, o total de matrículas no ensino secundário era de 535.775 alunos, distribuídos em 1.771 escolas públicas e privadas, segundo dados de 1954 da equipe de estatística do MEC.

Quadro 1 – Matrículas por ciclos e séries

1º ciclo (ginásial)	1ª série	168.009	459.489
	2ª série	127.297	
	3ª série	93.980	
	4ª série	70.203	
2º ciclo (colegial)	1ª série	35.559	76.286
	2ª série	22.612	
	3ª série	18.115	
Total			535.775

Fonte: ABREU (1955).

Com as mudanças sociais e econômicas advindas do processo de industrialização, a escola passou por transformações. Uma dessas mudanças foi o curso secundário, que passou a ser obrigatório a todos os jovens das nações desenvolvidas. Enquanto essa mudança estava consolidada nos EUA e se processava na Europa, o Brasil seguia atrasado em relação ao ensino secundário, que era restrito a um tipo de classe. É que, nesse período, tal nível de ensino era acessível a uma parcela da população que podia pagar pelos estudos, uma vez que a oferta era predominantemente da rede particular.

Anísio Teixeira era um ferrenho crítico do modelo de ensino secundário no país, desde a década de 1930, quando atuou na Secretaria de Educação do Distrito Federal e realizou a reforma do secundário, incluindo a formação profissional ao currículo da escola. Segundo ele, o ensino secundário propedêutico, que ensinava tudo e de tudo um pouco, falhava em seu objetivo, que seria ensinar cultura geral.

Para Teixeira o curso secundário deveria primeiro ministrar cultura geral e ser um curso de natureza utilitária e prática, ou seja, de ciências aplicadas dos conhecimentos comuns. Esse curso diversificar-se-ia segundo o interesse e aptidão dos alunos. Nesse modelo de escola, os cursos seriam adaptados aos tipos de inteligências e aptidões dos estudantes.

Cedo ou tarde, chegaremos a um *curso geral* prático, com ênfase na língua vernácula e em nossa literatura, nas matemáticas e nas ciências–físicas e sociais–aplicadas, e, ao lado deste curso comum, *curtos enriquecidos* com línguas estrangeiras e estudos teóricos para aqueles que se mostrarem interessados e capazes de ensino desta natureza, como ainda cursos especializadamente técnicos para os inclinados à especialização tecnológica, de nível médio e superior. (TEIXEIRA, s/p, 1958.) (*Destaques do autor.*)

Visando à garantia de um currículo comum nos cursos de ensino médio, o artigo 35 da LDB/1961 definia que “Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas” (BRASIL, 1961, s/p). Para Teixeira o foco da reforma era fixar a escola comum, prática e de ciências aplicada para todos. O curso seria dividido em duas modalidades. A modalidade acadêmica, destinada ao número menor de estudantes, teria foco no ensino propedêutico e prepararia o aluno para a carreira no ensino superior. A modalidade técnica teria finalidade própria e prepararia o aluno para ocupações de nível médio e qualificado para o trabalho, e para o ensino superior.

Como meta qualitativa, o PNE de 1962 estabelecia para o ensino médio a inclusão de estudos dirigidos e a extensão do “[...] dia letivo a seis horas de atividades escolares, compreendendo estudos e práticas educativas” (TEIXEIRA, 2011, p. 280).

Na década de 1950, o currículo do curso secundário organizava-se nos quatro anos do primeiro ciclo ou ginásial com o ensino das seguintes matérias: português, latim, francês, inglês, matemática, história geral, geografia geral, história do Brasil, geografia do Brasil, ciências naturais, desenho, trabalhos manuais e economia doméstica, e canto orfeônico.

Nos três anos do segundo ciclo ou colegial, o curso era subdividido em clássico e científico. No colegial clássico, o currículo baseava-se no ensino de português, latim, francês, inglês, espanhol, grego, matemática, física, química, história natural, biologia, história geral, geografia geral, história do Brasil, geografia do Brasil e filosofia. No curso científico, eram

ministradas as mesmas disciplinas, com substituição do latim pelo desenho, além de maior ênfase em ciências e filosofia. Esse era o modelo de curso secundário predominantemente oferecido nas escolas privadas: propedêutico, humanístico, literário e desvinculado das demandas sociais da época.

Além da necessária reforma nos currículos do ensino secundário, Abreu (1955) destaca a precariedade dos programas de ensino. Esses programas eram rígidos, desarticulados em conteúdo, objetivos e tempo. E “[...] os programas de estudo de música e canto orfeônico e de trabalhos manuais, por sua pesada carga teórica, convertiam saudáveis práticas educativas criadoras em suplício para os alunos” [...] (ABREU, 1955, p. 66). A escola secundária tinha métodos de ensino passivos, contrários aos defendidos por Teixeira, incompatíveis com a escola ativa.

Compreender a organização curricular do secundário é necessário para entender a dificuldade e complexidade da oferta dos cursos. As matrículas eram ainda mais restritas no segundo ciclo do ensino secundário, pois, segundo Abreu (1955), apenas 714 escolas ofertavam o curso colegial e, dessas, 529 eram do tipo científico e 189 do tipo clássico.

As escolas da rede particular de ensino dominavam a oferta do ensino secundário, muitas delas subvencionadas com recursos públicos. Na década de 1950, havia 54 entidades mantenedoras e 1.336 escolas particulares de ensino secundário. Esses dados são resultantes de políticas implementadas nas décadas anteriores, que davam incentivo e autonomia para o crescimento da rede particular de ensino.

Segundo estudo de Abreu (1955), na rede pública existiam 435 escolas de ensino secundário, sendo dezenove federais, 348 estaduais e 68 municipais, totalizando 26,8% do total de matrículas. A expansão da oferta na rede pública foi umas das prioridades de Anísio Teixeira. Em seu texto sobre a análise educacional em 1967, Teixeira apresentou os dados sobre o ensino médio no país. O Brasil tinha 3956 municípios à época, e desses, 1866 não tinham oferta de educação de nível médio. A situação era pior em relação à oferta do segundo ciclo, ministrado nos colégios, que era privilégio de apenas 888 cidades brasileiras. Os municípios não eram capacitados técnica e financeiramente para a oferta desse curso. Esses dados justificavam a defesa de Teixeira pela constituição da expansão do primário, conforme previsto no PNE.

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma transformação da escola secundária. Grandioso era o desafio da expansão da escola secundária, considerando a dimensão territorial e a diversidade cultural do Brasil, os dispêndios do ensino secundário, a

capacitação técnica e profissional dos profissionais da educação e o jogo de interesses políticos na educação.

Considerando o cenário de industrialização, urbanização e crescimento populacional, a demanda pelo ensino secundário aumentou significativamente na década de 1950. “O espírito que preside a essa busca da escola secundária é sobretudo o da ascensão social de classes menos favorecidas ou o de manutenção de situações sociais” (ABREU, 1955, p. 51). Esse fato abria caminho para o crescimento da rede privada de ensino, cujas escolas funcionavam como empresas, visando a lucros. Esse era um dos pontos que impactava a qualidade do ensino, que se expandia de forma precária, com predominância de cursos humanísticos. Outros fatores que devem ser considerados nesse precário contexto da escola privada são a remuneração e as condições de trabalho do professor, as quais, comparadas às da rede oficial, eram piores.

De acordo com Abreu (1955), havia duas tendências de expansão do ensino secundário. A primeira era crescer a rede escolar secundária oficial, pública. A segunda era expandir a oferta de bolsas e subsídios às escolas particulares. As duas tendências de crescimento não eram excludentes entre si, pois precisava considerar a falta de recursos financeiros, físicos, estruturais e de pessoal da rede pública, em detrimento da urgente demanda social. Essa era uma das consequências do atraso do Brasil na educação.

Nesse sentido, Abreu (1955) destacou o custo anual do aluno na escola pública, que era muito acima da escola privada, sendo o custo médio aluno/ano no secundário particular de Cr\$ 1.978,00, enquanto na escola média pública era de Cr\$ 4.937,00, conforme dados da Capes, de 1951. O que encarecia os custos da escola média oficial eram os cursos da escola secundária, normal, industrial e agrícola. O QUADRO 2 abaixo mostra os custos com o ensino médio no país, os dados são de 1951.

Quadro 2 – Despesas públicas e particulares com o ensino em 1951 (Cr\$ 1.000)

Especificação	Brasil	Regiões			
		Norte	Nordeste	Leste	Centro-Sul
Ensino Médio					
Público	1.599.742	49.066	181.603	88.724	1.280.349
Particular	860.300	6.200	57.100	29.200	767.800
Total	2.460.042	55.266	238.703	117.924	2.048.149

Fonte: ABREU (1955).

Os estabelecimentos de ensino privado constituíam a maioria no país, em relação aos públicos, mesmo assim, as despesas das poucas escolas públicas eram quase o dobro das

escolas privadas. As escolas particulares, bastante criticadas por Teixeira, visavam ao lucro, assim não seriam interessantes, financeiramente, os investimentos em laboratórios e equipamentos para cursos técnicos industriais e agrícolas. Além disso, porém, não havia regulamentação que fizesse exigência a esse tipo de oferta.

Cabe destacar que a própria cultura das elites e dos setores médios do país, de aversão ao trabalho manual, favorecia e fortalecia as propostas de ensino da rede privada. As propostas consistiam num ensino basicamente literário e científico. “Por isto e pelas menores ‘facilidades de improvisação’, existe notória desestima à educação técnica e ‘prestígio’ da escola secundária, como instituição de ‘superior’ beletismo humanista” (ABREU, 1955, p. 54).

Abreu (1955) cita ainda outro grande problema do ensino secundário, a evasão escolar, problema este também presente nas críticas de Teixeira. Conforme dados do censo de 1950, conforme o QUADRO 1, na primeira série do segundo ciclo do secundário havia 35.559 matrículas, enquanto que, na última série, esse número se reduzia a quase metade, sendo um total de 18.115 matrículas na terceira série do colegial.

Destacou Abreu (1955) duas razões principais para a evasão do ensino secundário. A primeira era o “[...] desajuste funcional dessa escola em relação à realidade social”. O segundo motivo estava relacionado às questões econômicas, pois os filhos das classes trabalhadoras estavam acessando o secundário. Motivados pela mobilidade social, essa nova clientela da escola secundária enfrentava dificuldades para manter-se na escola. “Mais do que destrezas intelectuais, aptidões, saber humanista, o que nela é procurado é o estilo próprio a situações melhor qualificadas na pirâmide social” (ABREU, 1955, p. 54).

A formação de professores era o ponto mais fraco do ensino secundário, segundo Abreu (1955). Anísio Teixeira sempre esteve atento a esse ponto e escreveu alguns textos para tratar do assunto, a formação do magistério. Ele também atuou em cursos de formação de professores na UDF e na Universidade do Brasil.

O problema do professorado para o nível médio é dos mais graves, tendo levado à multiplicação das faculdades de filosofia, ciências e letras e a cursos de aperfeiçoamento e de capacitação, mediante exames de suficiência, realizados nas faculdades de filosofia. (TEIXEIRA, 2011, p. 287.)

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Rio de Janeiro era o lugar de referência de formação dos professores do ensino secundário. Havia boa estrutura de docentes, currículo, equipamentos e os colégios de aplicação para a formação prática dos professores. A organização didática dos cursos era o modelo para o país, que necessitava ampliar as

oportunidades de formação do professor. Conforme cita Abreu (1955), muitas vezes esses professores eram improvisados nas escolas secundárias, sem formação científico-profissional.

Nesse cenário, a escola secundária demandava reformas urgentes. O Brasil precisava superar o modelo de ensino livresco e propedêutico, que focava aprovar o aluno em exames e oferecer diplomas, sendo um ensino pobre em conteúdo e restrito ao academicismo. Encontrava-se o país numa conjuntura de atraso no que se referia ao ensino secundário, e o movimento de transformação dessa escola estava avançando sob a gestão de Anísio Teixeira.

3.6 Educação profissional e técnica no período de 1951 a 1971

O trabalho, como marca da desonra, é herança do trabalho escravo, bastante enraizado na sociedade brasileira. O aviltamento do trabalho manual fazia parte da cultura brasileira na sociedade da escravatura, pois as atividades manuais e que exigiam esforços físicos eram tarefas de escravos. Essa posição social em relação ao trabalho configurava a base do preconceito contra o trabalho manual.

Esse preconceito contra o trabalho alastrou-se na sociedade brasileira e no período de industrialização do país; o operário ou trabalhador da produção era o trabalhador desvalorizado do século XX. Além dessa negativa herança cultural sobre o trabalho manual, acrescenta-se ao trabalhador urbano, industrial e operacional a baixa escolaridade e sua classe social.

No texto “Extensão do ensino primário brasileiro”, escrito em 1956 e publicado no boletim da Cbai, Teixeira caracteriza o trabalho da classe média brasileira como um trabalho leve, fácil, de tempo parcial, desvinculado da produção; é um trabalho de prestação de serviços. Esse tipo de trabalho era exercido por aqueles que frequentaram a escola, ou seja, os educados. Nesse modelo social encarregavam-se do trabalho produtivo, manual ou pesado aqueles que não tiveram oportunidade de educar-se. Segundo a mentalidade brasileira, essas pessoas eram desprovidas de inteligência e, por isso, trabalhavam no operacional das fábricas.

Deste modo, é que se tornará possível a democracia brasileira, isto é, uma democracia em que os operários sejam operários, mas possam gozar de situação econômica perfeitamente equivalente à da chamada classe média; e que os da classe média sejam os que muitas vezes tenham de dizer: “ganhamos menos do que vocês, operários, mas ainda preferimos este tipo de vida, porque trabalhamos numa carteira e não numa banca de operário”. Está livre a classe média de preferir o seu colarinho em vez de avental de trabalho, mas não deve gozar de vantagens superiores às demais classes. Não

seremos a nação democrática que temos que ser, senão no dia em que a maior honra do brasileiro seja a de trabalhar, e a de trabalhar produtivamente. De maneira que nenhuma posição poderá ser mais honorífica do que a posição do operário. (TEIXEIRA, 1956, s/p.)

Sendo um crítico dessa divisão social e desvalorização do trabalho manual no Brasil, a proposta de Teixeira era que, por meio da educação, o círculo vicioso fosse rompido, pois acreditava fortemente na mobilidade social por meio da educação. No entanto, o sistema de ensino da época estava contribuindo para a reprodução da divisão social do trabalho e dos privilégios; esse era grande motivo da necessária e urgente reforma do ensino que Teixeira propunha.

A educação profissional surgiu no Brasil como um ensino destinado aos pobres, algo sem valor social, pois os trabalhadores das atividades manuais iriam substituir a mão de obra escrava no início da república. Em contrapartida, a origem da educação intelectual e humanística no Brasil está ligada aos religiosos, dos colégios jesuítas, curiosamente lugar de formação básica de Anísio Teixeira.

O ensino profissionalizante não foi “pensado” para emancipar os pobres, desvalidos, pessoas sem valor ou relevância social. Houve um esforço na implantação das escolas de aprendizes artífices, não com o pensamento na emancipação do sujeito, mas, com a preocupação na manutenção da ordem social. Era uma questão assistencialista. Essa proposta tinha como pano de fundo moldar o comportamento dos “desvalidos da fortuna”.

Historicamente, a educação brasileira constituiu-se em dois sistemas, um acadêmico e livresco, para uma classe superior e desvinculada do trabalho; e outro, de caráter estritamente profissionalizante, destinado aos filhos de trabalhadores. Esse modelo dual de ensino estava muito enraizado nas tradições sociais do país. Esse dualismo educacional acabou por expandir-se com as reformas e legislações do ensino, o que alimentava a dualidade entre ensino oficial e oficializado, de elite e de povo.

Quando Anísio Teixeira assumiu a direção do Inep, em 1952, a regulamentação do ensino profissional no país ainda reforçava os privilégios históricos dessa divisão de formação e trabalho da sociedade brasileira. As leis orgânicas da década de 1940, que ficaram conhecidas como a Reforma Capanema, tratavam do ensino secundário, propedêutico e historicamente destinado aos filhos da elite, de forma desvinculada do ensino vocacional. O secundário industrial, comercial, agrícola e normal, tinha outro público, historicamente, os filhos da classe trabalhadora, ou os desprovidos de inteligência como pensava a elite brasileira.

Essa dissociação entre ensino humanístico, técnico e científico já estava sendo superada pelos sistemas de ensino europeu, e nos EUA já estava resolvida, reflexo das transformações sociais e econômicas dos países modernos. Uma das primeiras ações de Anísio Teixeira no Inep foi articular a aprovação da lei de equivalência, de 1953, uma iniciativa para promoção da equidade do secundário acadêmico e vocacional, e para prosseguimento dos estudos no ensino superior.

Nessa época, o sistema de ensino oficial constituía-se das escolas primárias (municipais e estaduais), algumas poucas escolas secundárias e técnicas (federais e estaduais), e as universidades públicas. Paralelamente havia a rede de ensino privada, com escolas secundárias confessionais do tipo propedêuticas, com ênfase no ensino literário e de línguas, algumas mortas, como criticava Teixeira. Havia algumas escolas vocacionais com o curso normal, a maioria subvencionada com recursos públicos e que se destinava à classe média alta e a elite. Faziam parte desse sistema paralelo as escolas do Sistema S, criadas na Reforma Capanema. O Senai e o Senac destinavam-se à classe trabalhadora, com a oferta de cursos de formação profissional e técnica, nos ramos industriais, comerciais e prestação de serviços no setor privado.

O ensino oficial, oferecido pelo Estado, era insuficiente do ponto de vista da demanda, e o ensino oficializado era um tipo de ensino paralelo que visava a suprir a demanda por educação. Já que o Estado não dava conta de oferecer formação para o trabalho técnico especializado, ele mesmo abria brecha para a institucionalização do ensino oficializado. Assim, a indústria estava tomando para si a responsabilidade da formação de seus trabalhadores. E dessa lacuna do Estado nascia e fortalecia-se o Sistema S, primeiramente com a criação do Senai na década de 1940 e, posteriormente, o serviço nacional do comércio, do transporte e de aprendizagem rural.

Do ponto de vista da indústria, assistimos a fenômenos dos mais impressionantes e esclarecedores. Está ela tomando a si o problema de formar o trabalhador qualificado e especializado, com um sistema de ensino paralelo ao oficial e isento dos seus defeitos maiores. (TEIXEIRA, 1953, s/p.)

O sistema de ensino pensado por Teixeira tinha como foco a instituição da escola única e acessível a todos. No entanto, ainda em 1967, o Brasil estava atrasado, embora a caminho para superar o dualismo no ensino brasileiro. Em sua análise sobre o ensino, escrita em 1967, Teixeira apresenta que a educação média do Brasil era um sistema multipartido: escola secundária, industrial, comercial, agrícola e normal; ainda dois sistemas, um acadêmico

e outro vocacional. É importante ressaltar que a superação do dualismo foi tentada no âmbito da legislação com a lei 5692 de 1971, no entanto, na prática tal superação não ocorreu.

Segundo a Constituição de 1946, a idade para o trabalho, como aprendiz, era a partir de doze anos de idade. Com a dificuldade do país em criar um sistema nacional de educação que garantisse o direito à educação, a todos, era grande o número de crianças que iam trabalhar sem passar pela escola, principalmente na zona rural. Esses pequenos brasileiros iriam educar-se pelo trabalho. Conforme análise de Anísio Teixeira, após o primário, o jovem tinha duas oportunidades: o Senai ou o Senac, com os cursos de aprendizagem; ou o ensino médio, se fosse aprovado no exame de admissão. Vale ressaltar que esse exame tinha caráter seletivo e eliminatório.

Muitos estudantes do ensino médio já trabalhavam, pois o ensino também era de tempo parcial e, por esse motivo, era alto o nível de evasão escolar; muitos jovens não concluíam o ensino médio, ficando só no ginásial.

Para Anísio Teixeira a educação escolar deveria estar intimamente relacionada ao trabalho. A educação deveria ser ofertada em condições capazes de torná-la eficaz, “[...] a serviço das necessidades individuais dos alunos em face das oportunidades do trabalho na sociedade” (TEIXEIRA, 2011, p. 316). Nesse sentido, a educação deveria ser adequada ao indivíduo e às necessidades do trabalho, diversificada e distribuída, conforme setores da economia nacional.

A seguir, o QUADRO 3, elaborado por Abreu (1955), que foi apresentado no estudo sobre o ensino secundário, conforme citado. Os dados mostram a evolução do ensino médio, das oportunidades de trabalho e da população em idade escolar no período de 1940 a 1950. Esses dados ilustram claramente a crítica de Anísio Teixeira em relação à baixa oferta de formação específica para os setores da economia que mais cresciam, a indústria e o comércio. Em contrapartida, houve aumento significativo de oferta do curso secundário de formação acadêmica, que é resultado da expansão da escola secundária privada.

Quadro 3 – Evolução do ensino médio, das oportunidades do trabalho e da população em idade escolar

Período: 1940–1950

Discriminação	Valores absolutos		Índices (1940 = 100)
	1940	1950	
Brasil			
<i>Matrícula geral (1)</i>			
Curso secundário	155.588	365.851	235
Curso comercial	45.932	88.082	192
Curso industrial (2)	13.262	36.754	277
<i>Oportunidades de trabalho (3)</i>			
No comércio	800.920	1.073.921	134
Na indústria	1.400.056	2.231.198	159
Nos transportes	473.676	697.042	147
Na administração pública	234.860	260.767	111
Em atividades sociais	205.576	434.315	211
População na idade 14/19 anos	5.431.466	6.676.236	123
Diplomados existentes em todos os cursos de nível médio	358.686	987.162	275

(1) Dados referentes ao ensino público e particular em 1939 e 1949.

(2) Escolas federais, equiparadas e reconhecidas. Dados referentes aos anos de 1943 e 1953 (estimativa).

(3) Na data dos censos demográficos.

Fonte: ABREU (1955).

O QUADRO 3 mostra como era efervescente a industrialização no Brasil nas décadas de 1940 e 1950. A industrialização, ocorrida de forma tardia, era a esperança para o progresso, mas esbarrava em interesses particulares do setor primário-exportador e no “capital estrangeiro”. Conforme Warde (2006), o jovem Anísio Teixeira ficara deslumbrado com o desenvolvimento industrial e a prosperidade da nação estadunidense na década de 1920. No entanto, numa fase mais madura de sua vida, percebeu os graves problemas sociais que a industrialização gerou à civilização e a conseqüente crise que se processava no ocidente.

No texto “A longa revolução do nosso tempo”, de 1967, Teixeira reflete sobre o processo de transformação da sociedade pelo desenvolvimento científico e tecnológico. Tais mudanças tiveram origem no movimento de industrialização, que se operava simultaneamente ao movimento democrático no século XVIII, com indiferença, porém, a qualquer mudança no sentido dos valores sociais do indivíduo.

Segundo Teixeira, a sociedade contemporânea teve início em 1918, e estava vivenciando a revolução tecnológica. Esse avanço tecnológico, sem precedentes, resultou na globalização industrial e no surgimento de nova sociedade. A população dessa nova sociedade

concentrava-se nos centros urbanos; a riqueza material e a forma impessoal de comunicar-se são características dessa sociedade de massa. Essa sociedade das massas era uma reação contra a democracia, uma ameaça.

A aplicação global do método científico à vida social humana gerou novas formas de trabalho. Com a industrialização, o trabalho tornou-se impessoal e anti-individual, passando a ser coletivizado. Os conhecimentos necessários para o trabalho passaram a ser “extraordinariamente especializados”. A organização do trabalho industrial estendeu-se a outros setores, como os de serviços, de distribuição, do governo e de comunicação.

O movimento de industrialização fez “um pensamento controvertido, senão contraditório”, ao mesmo tempo em que proporcionou progresso material, gerou desigualdades sociais com acúmulo de poder e capital, advindos do crescimento do capitalismo. Assim, a sociedade viu-se “[...] dividida e fragmentada pela extrema complexidade e amplitude da organização social e pela extraordinária concentração das forças nela atuantes, que tendem a torná-la vastamente homogeneizada, mas impessoal, contraditória” (TEIXEIRA, 2011, p. 416).

Nessa sociedade individualista e capitalista, não só o trabalho foi coletivizado, mas, todas as formas de vida. E nessa coletivização as profissões e os profissionais são planejados por outrem, perdendo-se as características do individual, do pessoal.

Na década de 1950, o Brasil estava no auge do processo de industrialização, com vasto campo material a ser resolvido. Novas formas de trabalho surgiram no mundo contemporâneo; as mudanças sociais e a complexidade dessa nova organização social também caracterizavam a época. O Brasil estava em momento histórico do presente, mas, atrasado em relação ao progresso industrial dos países modernos. Eis a “grande dificuldade” de um país em desenvolvimento, com situação material a resolver-se, mas, com a consciência histórica do momento, logo, percurso do Brasil não poderia ser o mesmo que o dos países desenvolvidos.

Estamos mergulhados no momento histórico presente e, desse modo, nossos problemas se veem agravados pela contradição entre a nossa situação material pré-industrial e a consciência histórica do momento, em rigor, correspondente ao período em que iremos viver mas que ainda não vivemos. (TEIXEIRA, 2011, p. 419).

Nesse sentido Teixeira indicava que era necessário criar modelos para a adaptação brasileira ao mundo “globalmente industrializado”. Sua proposta ao Brasil era de um capitalismo humanizado, que permitisse a concentração de riqueza com alto grau de segurança, que fosse liberal e incluísse o social.

O processo de desenvolvimento da sociedade contemporânea foi algo extremamente complexo e contraditório. Marcado por valores de desigualdade, lucro, mercado e dinheiro, mas, não somente isso, como também o espírito de serviços, a doutrina da igualdade de oportunidades e a educação para todos. Segundo Teixeira, a educação é a instituição mais importante para as adaptações ao capitalismo.

No Brasil, o início do processo de industrialização extinguiu a tranquilidade social, “[...] desapareceu a possibilidade de vida em dois planos, o dos poucos, educados e distantes, e o dos muitos, quietos e ignorantes” (TEIXEIRA, 2011, p. 424). A urbanização e o surgimento do povo geraram uma “convulsão” desintegrada e sem unidade, uma verdadeira “confusão” social. Isso aconteceu também em outros países, o momento atual, porém, era outro, marcado pelo progresso tecnológico, que modificou as relações sociais. Para Teixeira a mobilidade populacional e a expansão demográfica foram complicadoras na organização das grandes cidades.

Além das mudanças físicas dessa revolução, o Brasil vivenciava as mudanças da natureza do conhecimento, no comportamento humano, na difusão da informação e na forma de comunicação. Tudo isso que estava acontecendo no mundo impactou diretamente a cultura, a educação e os professores.

Para Anísio Teixeira as mudanças da natureza dos conhecimentos era a mais importante para os educadores, pois implicava o tipo de educação necessária aos novos tempos.

Já não lhe basta a simples educação de elite que o torne apto à atuação no País mais do que em seu próprio estado; já não lhe basta a educação de consumo para viver melhor, nas condições em que se acha, mas faz-se necessário uma educação para a produção e a capacitação de cada indivíduo para aplicar, nas formas de trabalho modificadas, o conhecimento científico e técnico dos dias de hoje. (TEIXEIRA, 2011, p. 426.)

Essa mudança na educação corresponde à mudança no espírito e nos métodos de ensino desde a escola primária. Teixeira explica que, em primeiro lugar, a educação se faz necessária a todos. Em segundo lugar, exige-se modificação profunda na qualidade da educação a se oferecer, que passa pelos métodos e conteúdo.

O essencial é que o conhecimento já não é apenas necessário para melhor compreender a vida, mas é instrumental para o próprio trabalho, que se vai fazer cada vez mais científico e tecnicamente qualificado. A educação passa a ser fundamentalmente a educação para ensinar a trabalhar desde o nível primário ao superior. As formas de trabalho, sejam as de produção ou de

serviço, passam todas a exigir treino escolar e saber de tipo intelectual e técnico. (TEIXEIRA, 2011, p. 427.)

Nesse cenário, a tarefa de educar é complexa, e isso faz do professor, segundo Teixeira, um artista. Para educar deve-se conhecer o aluno, o conhecimento humano pelo qual se vai ensinar, e conhecer a sociedade e a cultura a que se pertence. Acrescentava-se a isso o novo perfil de aluno, vivo e ativo, completando o desafio do mestre.

Em meio à revolução tecnológica, estava processando-se a formação do povo brasileiro. Anísio Teixeira tinha esperança neste povo, pois estava em formação a consciência nacional, que poderia superar a confusão do momento de mudança e transformação social. A escola, a educação e a difusão da cultura brasileira eram os caminhos para a formação do projeto nacional. E, nesse processo de mudança, os brasileiros precisavam considerar o passado, o presente e o futuro para se pensar a própria educação.

Para pensar a própria educação, em consonância com as demandas sociais do tempo, era necessária a mudança da mentalidade brasileira sobre educação. No texto “A educação que nos convém” Teixeira diz sobre sua esperança em relação à mudança sobre o conceito de educação que tinha a nação brasileira – místico e difuso – para novos conceitos técnicos e científicos. A partir dessa mudança, seria a educação um meio para a participação na democracia e nas formas novas de trabalho, de uma sociedade cada vez mais estruturada do ponto de vista econômico, industrial e progressiva.

Anísio Teixeira, como intelectual e pensador da educação, percebia o complexo presente e imaginava o incerto futuro; essa capacidade de estar à frente de seu tempo faz com que ele seja atual para a educação.

A automação virá acabar com o operário antigo, com a chamada “mão de obra”. Com as máquinas inteligentes e complexas de hoje, o operário não é “mão de obra”, mas “cabeça”, “mente”, de obra. Serão em menor número, mas muito mais educados. Trabalharão sozinhos como o antigo artesão no seu atelier. Mas não terão, como este, o prazer de fazer e pegar em seu trabalho e, por isto mesmo, precisarão de ser muito mais educados, mais educados do que o artesão da idade média. Precisam ter aquela rara educação que fazia com que alguns raros pedreiros, na idade média, ao britarem a pedra, sentissem que não estavam apenas britando pedras, mas construindo a igreja. Nesse dia é que o sentido e o espírito de orquestra se poderá firmar no trabalho dividido, complexo e organizado do mundo de hoje. (TEIXEIRA, 1960, s/p.)

As mudanças do mundo e as consequentes transformações sociais eram premissas do pragmatismo. Com base nessa filosofia, Teixeira pensava o futuro do trabalho vinculado ao

futuro da educação. Segundo Viana Filho (1990), Teixeira era flexível em seu pensamento e não se incomodava por renunciar às suas ideias caso tivessem outras mais convincentes. Foi incansável ao defender “[...] a educação do povo, caminho para a criação de uma democracia baseada no mérito e não nos privilégios” (VIANA FILHO, 1990, s/p).

3.7 Movimento de transformação da escola secundária

Para abordar o movimento de transformação da escola secundária nos tempos modernos, Anísio Teixeira escreveu em 1954 o texto “A escola secundária em transformação”. Historicamente, a cultura científica passou a fazer parte da sociedade a partir do século XVII e, posteriormente, a cultura técnica também passou pertencer ao mundo moderno. No entanto, Teixeira recorda que a escola continuou com o hábito de ensinar culturas do passado.

Somente dois séculos depois, no fim do XIX, é que se percebeu que a educação literária não atenderia aos problemas contemporâneos. Teixeira analisa, então, a evolução do ensino secundário por dois aspectos. O primeiro aspecto é a evolução do secundário, que era literário e passa a ser técnico para atender as demandas contemporâneas. O segundo aspecto é que essa modalidade deixa de ser restrita a alguns grupos e passa a ser necessidade básica para “[...] habilitar os homens a viver adequada e inteligentemente” (TEIXEIRA, 2011, p. 167).

Esse texto de Anísio Teixeira, escrito durante as discussões da LDB, analisou os três tipos de educação: literária, científica e técnica. Sua defesa era em prol da integração dos três tipos de educação ofertados de forma dissociada pelo sistema educacional brasileiro. Era necessário cultivar as três modalidades de educação, visando à formação integral, “[...] ensinando as técnicas ou modos de fazer, as fundamentações ou teorias técnicas, o que é ciência, e o lado estético imaginativo das mesmas técnicas o que é arte e literatura, isto é, cultivo das formas de sentir e viver, que se inspiram nas técnicas.” (TEIXEIRA, 2011, p. 166).

Com o crescente desenvolvimento científico e tecnológico, a arte de viver precisou ser aprendida na escola, por isso, sua defesa pela educação escolar ou formal como um direito de todos. Além do crescente desenvolvimento científico e tecnológico, a velocidade das mudanças no mundo contribuiu para a transformação da escola secundária. Agora, o trabalho e a produção passaram a fazer parte do currículo escolar, uma vez que a sociedade moderna

sempre foi regida pelo ideal de trabalho. Assim, a educação escolar deveria ser “[...] suficientemente desenvolvida para nos permitir viver e compreender as novas complexidades da vida” (TEIXEIRA, 2011, p. 168).

Teixeira não tinha dúvidas de que a escola secundária no Brasil também iria transformar-se e acompanhar as mudanças do mundo, mas para isso era necessário que o país rompesse com o dualismo na educação e instituisse o ensino secundário para todos, segundo as vocações individuais, e que ele preparasse o aluno para o ensino superior e para uma profissão.

Nesse sentido, Teixeira destacou que os esforços políticos e investimentos públicos deveriam ser canalizados para a educação secundária, pois esse era o movimento do mundo todo. Ele cita a França como exemplo, que estava a enfrentar o problema semelhante: a necessidade de reforma e expansão do ensino secundário. Segundo ele, lá o movimento das massas requeria essa educação secundária.

A escola secundária vai-se fazer a escola para os adolescentes, destinada a prolongar a educação humana além do período primário, oferecendo aos seus alunos a mais variada gama de oportunidades educativas, capazes de formá-los de acordo com as suas aptidões e as suas capacidades. Em vez de ser uma escola exclusivamente de elite, com uma pequena matrícula de alunos predispostos a se fazerem helenistas, latinistas, cientistas ou, de modo geral, intelectuais, será uma escola para todos, a todos educando e orientando segundo suas aptidões, para o trabalho, hoje sempre técnico, seja no campo do comércio, da indústria, das letras ou das ciências. (TEIXEIRA, 2011, p. 171.)

Para acompanhar as mudanças sociais que se processavam na sociedade brasileira, em crescente desenvolvimento industrial à época, o Brasil, com a liderança em âmbito educacional de Anísio Teixeira, estava a promover algumas reformas no ensino secundário. Leis complementares, a LDB, o PNE configuravam parte dos esforços pela mudança.

Uma estratégia defendida por Anísio Teixeira sobre a expansão da rede pública de ensino era a gradativa municipalização da escola secundária. A descentralização da educação aprovada na LDB de 1961 era considerada uma vitória para o país. Segundo Teixeira, era de se considerar o avanço do Brasil em relação à autonomia dos estados e municípios para a organização do ensino.

Outra medida que visava a amenizar as desigualdades educacionais e sociais no país foi a lei de equivalência do ensino médio de 1953. Ela estabelecia o regime de equivalência entre os diversos cursos de grau médio (industrial, comercial, agrícola e normal) para a continuidade dos estudos em qualquer área no ensino superior. Seria necessária uma análise

curricular do curso médio, que deveria estar em consonância com currículo comum do curso secundário propedêutico.

No texto “A situação educacional em 1967”, Teixeira destacou outros movimentos que representavam nossas ações de mudanças no secundário. A introdução do ginásio secundário às escolas normais, “ficando apenas o seu curso de colégio como vocacional.”, a construção dos ginásios modernos, dos Ginásios Orientados para o Trabalho, que integravam o ensino acadêmico e profissional.

Além das mudanças citadas por Teixeira, pode-se incluir, como ações significativas, a Lei n.º 3.552, de 1959, que instituiu as escolas técnicas federais como autarquias, estabelecendo nova organização do ensino industrial, que passava a contar com um curso básico de cultura geral. Em 1967, as fazendas-modelos passaram a integrar o MEC e receberam o nome de escolas agrícolas.

Todas as transformações que estavam processando-se no ensino secundário eram esforços para extinguir o modelo dual de escola que existia no país, fazendo a fusão dos dois sistemas secundários de ensino, o acadêmico e o vocacional. O modelo educacional anglo-americano era a inspiração de Anísio Teixeira. “Como se vê, são esforços múltiplos, tendentes para algo que lembraria a escola compreensiva de tipo norte-americana” (TEIXEIRA, 2011, p. 286).

A escola secundária pensada por Anísio Teixeira seria para todos, conforme as aptidões, e visava a formar o aluno para o trabalho técnico nas diversas áreas. Segundo sua proposta, nem todos os alunos seriam “intelectuais”, embora todos seriam instruídos e formados para participar da civilização moderna, construída sobre técnicas cada vez mais sofisticadas.

Na perspectiva de Teixeira, a pedagogia da escola secundária deveria ser como a da escola primária, para que a escola secundária se fizesse assim, uma escola popular, interessante, ativa, prática, com programas destinados a habilitar o aluno a viver e ganhar a vida. A escola secundária teria como princípio, não somente a formação intelectual, mas, também, moral e prática. Na perspectiva da escola ativa, defendia a pedagogia do ensino por meio de problemas, sendo uma demonstração da defesa dos métodos ativos de educação. Essa ideia de Anísio Teixeira era inspirada na escola compreensiva anglo-americana, pela qual expressou sua admiração:

A criação mais original da sociedade americana nesse campo foi a *comprehensive school* de nível secundário, com a flexibilidade dos seus currículos e a concentração na mesma escola de alunos os mais diversos nas

aptidões, nas opções de estudo, na inteligência e nos objetivos escolares. (TEIXEIRA, 2006, p. 188.)

Citando o filósofo Whitehead, Teixeira salienta que a educação tem um ritmo próprio que se subdivide em três fases. A primeira é a fase da imaginação, do deslumbramento ou do “romance” com o conhecimento, característico da escola primária. Na escola secundária, o aluno vive a segunda fase, quando conhece de forma mais precisa e detalhada, o que requer maior esforço e disciplina. A terceira fase é a generalização e a liberdade com o saber, característico do período universitário.

A transformação da escola secundária era decorrente de mudanças na compreensão do processo educativo. Não seria voluntária e não se poderia impedi-la. Diante disso, Teixeira reforçava sua defesa aos profissionais e políticos, resistentes e conservadores, com as três opções de ações que o país tinha naquele momento para a reforma do secundário. A primeira seria deixar a transformação ocorrer livremente, sem intervenção. A segunda, dificultar a transformação com legislação conservadora. A terceira opção era a do que ele faria, dirigir e orientar para os melhores resultados, à luz da melhor crítica social e pedagógica possível.

Teixeira acreditava que a escola secundária teria de ser uma escola do tempo atual. No entanto, criticava os pedagogos contrários à evolução da escola secundária no país, resistência essa que se relacionava com interesses políticos e de classes.

Em seu posicionamento, Anísio Teixeira salientava não ser contra o humanismo, mas justificava que os tempos eram outros e que era perfeitamente possível desenvolver uma educação pela técnica, que fosse humanística e científica ao mesmo tempo. Sobre o dualismo ensino técnico e humanístico “[...] poderemos dizer que a educação industrial é também uma forma de educação humanística com que se poderão preparar os homens” (TEIXEIRA, 1954, s/p).

Teixeira concluiu sua análise sobre a transformação da escola secundária, ressaltando que um conjunto de ações era necessário para que tal mudança se efetivasse. Dessa forma, era imprescindível investir na formação dos professores, na revisão do livro didático, na reestruturação de equipamentos, na reforma e adequação dos prédios escolares e, principalmente, no financiamento da educação. Toda essa evolução seria processada pela ação e reflexão, pelo planejamento, pela fórmula do pragmatismo, segundo a filosofia de Teixeira, e reconhecidamente eficaz.

A reforma do ensino secundário proposta por Teixeira era a instituição da escola única, gratuita, pública e de boa. Ciente de que essa transformação seria lenta, mas,

extremamente necessária, os brasileiros estariam a caminho do progresso social, democrático e econômico.

3.8 Reforma educacional no período militar

As discussões sobre a reforma do ensino, como já mencionado, foram iniciadas no Brasil na década de 1920 pelo movimento escolanovista. Após período político de regressão, em parte das décadas de 1930 e 1940, esse assunto voltava à pauta nacional para ser debatido. A educação nacional foi muito discutida na década de 1950, período que precedeu a LDB/1961, no entanto, a lei estabelecia as diretrizes nacionais para a educação, sendo um longo esforço pela frente sua aplicação e efetivação. Dez anos mais tarde, passaria o Brasil por nova reforma na legislação, que resultaria em outras mudanças no ensino.

Anísio Teixeira não esteve presente nos debates da reforma militar de 1971, como estivera nas décadas anteriores como profissional de Estado. O golpe militar de 1964 fez com que a educação no país tomasse outros rumos. O período de 1964 a 1971 foi marcado por diversos acordos com os EUA. Um deles foi o MEC/Usaid²⁷, que orientou as reformas ginasiais, a criação dos ginásios polivalentes e, principalmente, a reforma universitária.

De acordo com o pensamento dos escolanovistas, a profissionalização do ensino médio, principal proposta do regime militar, não bastaria para resolver o problema da educação do país. A mudança de cultura e mentalidade do brasileiro deveria ser inicializada no ensino ginasial, ou 1.º ciclo do secundário, o que hoje se chama de anos finais do ensino fundamental e que Teixeira denominava educação elementar. Nessa etapa o aluno iniciaria as aproximações com as temáticas do mundo do trabalho, a partir de trabalhos práticos nas oficinas, com uma filosofia voltada à valorização do trabalho em todos os aspectos. Seria essa uma educação com vistas ao descobrimento das vocações e, a partir dessa base, o aluno teria condições de escolher um curso técnico no ensino médio, para aprender as técnicas de forma mais aprofundada e ser formado numa profissão.

Essa era a proposta dos Ginásios Orientados para o Trabalho, criados durante a gestão de Teixeira no Inep. Esses ginásios foram inspirados nas escolas-técnicas secundárias criadas por ele na década de 1930 no Distrito Federal, que, por sua vez, eram de influências anglo-

²⁷ Acordo firmado em junho de 1965 entre Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid), que objetivava estabelecer cooperação técnica entre técnicos estadunidenses e brasileiros para orientarem as reformas educacionais do Brasil, segundo modelos anglo-americanos.

americanas. Segundo Cunha (2014), esse alinhamento ideológico facilitou o financiamento da Usaid para o programa do MEC de reforma ginásial da década de 1960.

Após o golpe militar, o acordo MEC/Usaid intensificou-se e, em 1965, técnicos dos EUA foram contratados para atuar com brasileiros nos trabalhos de reformas educacionais. Nesse período foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (Epem). Teixeira não mais participa desse debate por questões políticas e também porque estava nos EUA, atuando como professor nas universidades de Colúmbia, de Nova Iorque e da Califórnia.

No ano de 1967, essa comissão de trabalho apresentou um plano para a construção de 267 “ginásios orientados para o trabalho”, que nesse novo governo seriam nomeados como Ginásios Polivalentes. Esses novos ginásios contemplavam a filosofia dos escolanovistas ao trabalhar a pedagogia das vocações. Em 1968, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino foi criado e tinha como função promover treinamento e aperfeiçoamento de professores para as disciplinas vocacionais.

A filosofia do PREMEM definia que, dando continuidade à experiência dos Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT), os GPEs tinham a pretensão de harmonizar, nos currículos, o desenvolvimento intelectual e a vocação para o trabalho, com base no ensino de matemática, ciências e letras, e a prática vocacional de artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar. O aluno iria da sala de aula ao laboratório e deste às oficinas, acumulando experiências de iniciação humanística, científica, artística e prática, exercitando aptidões, desvendando tendências e vocações, para, no ensino de segundo grau, definir-se pela sua habilitação profissional imediata. (PEDROSA; BITTENCOURT JÚNIOR, 2015, p. 15.)

As Conferências Nacionais de Educação instituídas pelo CFE foram iniciadas a partir de 1965, e tinham o objetivo de discutir as reformas educacionais com os sistemas de ensino. A primeira conferência foi realizada em Brasília; a segunda, em Porto Alegre, no ano de 1966; e a terceira, em Salvador, em 1967. A III Conferência Nacional de Educação

[...] teve como tema a extensão da escolaridade. Para Arapiraca (1982), as discussões dessas conferências serviram de base para a implantação do novo modelo educativo e da Lei n. 5.692/71 de reforma do ensino médio. (PEDROSA; BITTENCOURT JÚNIOR, 2015, p. 15.)

Consta na Biblioteca Virtual Anísio Teixeira que ele apresentou dois trabalhos na III Conferência Nacional de Educação, realizada em 1967. Vale lembrar que, em 1967, Teixeira era membro do Conselho Federal de Educação. Os títulos dos trabalhos apresentados eram “O problema de formação do magistério” e “A Escola-Parque da Bahia”. No primeiro trabalho, Teixeira discutia a necessária ampliação da oferta de cursos de formação de professores com a

expansão do ensino, que estava a ocorrer na década de 1960. No segundo trabalho, apresentou a Escola-Parque e o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, sendo essa uma experiência inédita de educação pública integral e de boa qualidade, voltada a um público marginalizado da periferia de Salvador.

Nesse texto Teixeira ressaltava que “[...] isto se fez com a prata da casa. Não houve para essa experiência nem auxílio nem assistência técnica estrangeira de qualquer natureza” (TEIXEIRA, 1967, s/p). Esse trecho de sua escrita pode ser interpretado como uma referência à política militar, que havia contratado técnicos dos EUA para atuarem na reforma educacional brasileira, desconsiderando a competência dos intelectuais brasileiros da educação.

Segundo Cunha (2014), o autoritarismo do governo militar passou a interferir nos debates das conferências a ponto de não acontecer a V Conferência, prevista para 1970. Esse movimento acabou afastando os intelectuais da educação dessa discussão, sendo a proposta que culminaria na Lei n.º 5.692, de 1971, discutida por profissionais pouco experientes com a educação profissional. Essa lei ficaria conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1.º e 2.º Graus, ou ainda, como a reforma militar.

A concepção da profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau não era defendida por uma corrente de pensamento expressiva dentro nem fora do MEC. Nenhum país do mundo a praticava, tampouco era proposta pelos organismos internacionais. A USAID não a recomendava, já que essa agência valorizava os modelos vigentes nos Estados Unidos, onde nada parecido existia. O ensino técnico de lá era realizado em escolas especializadas ou no próprio local de trabalho. Ademais, a organização da produção no país líder do capitalismo não enfatizava o emprego de técnicos de nível médio, característica mais encontrável no continente europeu. (CUNHA, 2014, p. 7.)

A reforma de 1971 pretendia uma profissionalização universal e compulsória no 2.º grau. O 2.º grau passou a organizar-se com a fusão do 2.º ciclo do ensino secundário, ou o colegial, que antes se subdividia em clássico e científico. A partir da nova lei, passou a ser o ensino secundário, normal, industrial, comercial e agrícola denominado ensino de 2.º grau. Dessa forma, os cursos propedêuticos do colegial foram extintos e nova organização curricular foi instituída, passando o ensino médio a ser técnico.

O ensino de 2.º grau instituído pelo regime militar foi muito criticado por sua tendência tecnicista e pela forma antidemocrática com que foi estabelecido. Sobre essa proposta Teixeira escreveu, às vésperas da reforma, “Ensino humanístico e ensino científico em nosso tempo”, criticando o modelo de ensino. Numa análise da situação educacional no

Brasil no período que a reforma estava sendo discutida, Teixeira escreveu que essa tornaria o ensino médio tecnicista, criticou a proposta que apresentava uma solução aparentemente simples para um problema complexo.

Noutra análise, no texto “Educar para o equilíbrio da sociedade”, escrito em 1971 e publicado na *RBEF*, Teixeira escreveu sobre a evolução do sistema de ensino da Inglaterra. Sua intenção era mostrar que a marcha da evolução do sistema de ensino inglês foi lenta, mas, progressiva em qualidade e abrangência. Esse texto faz os brasileiros refletirem sobre a marcha da evolução do sistema de ensino no Brasil, que estava sendo acelerada com a reforma de 1971, o que viria a comprometer a qualidade do ensino.

Conforme análise desenvolvida nesses escritos de Teixeira, percebe-se que a organização da educação por ele planejada era incompatível com o autoritarismo da reforma de 1971. Desde a Era Vargas havia uma estrutura educacional no país que seria o modelo para a expansão do ensino médio.

O modelo era a escola técnica federal, que tinha foco na formação profissional para a indústria, agricultura, comércio e serviços no 2.º ciclo do ensino médio. Essas escolas tinham notório reconhecimento pela qualidade dos cursos, os egressos eram absorvidos pelas empresas e tinham êxito nos exames vestibulares de acesso às grandes universidades. É importante destacar que os professores das disciplinas técnicas foram formados pela Cbai, o que fazia toda diferença na qualidade dessas escolas.

Na visão de Teixeira, em virtude do alto padrão das escolas técnicas federais, duas coisas os reformistas da educação não poderiam perder de vista, se a prioridade fosse manter a boa qualidade do ensino. A primeira era necessidade de expansão em decorrência das demandas sociais e de mercado. A segunda é que esse crescimento seria lento, mas, se tudo ocorresse conforme o planejado, seria progressivo.

A reforma do ensino médio tinha relação com a reforma universitária. Segundo Cunha (2014), um dos objetivos de tornar o ensino médio profissionalizante seria diminuir a busca pelo ensino superior. O Estado resolveria dois problemas de uma só vez: a limitação de recursos para a expansão do ensino superior e a limitação de oportunidades ocupacionais para egressos de cursos superiores.

Por outro lado, a ultra especialização de técnicos e auxiliares técnicos era incongruente com a concepção dos cursos de graduação, em nível superior, os quais, segundo a Lei n. 5.540/68, deveriam começar com um ciclo básico, de caráter geral, de modo a evitar a precoce opção pela carreira. (CUNHA, 2014, p. 68.)

Essa proposta de um currículo básico no primeiro ano dos cursos de graduação era uma inspiração no modelo das universidades anglo-americanas. Anísio Teixeira defendia essa ideia no CFE para a reforma universitária, objetivando diminuir a evasão do ensino superior, ao permitir ao aluno adiar a escolha pela carreira dentro da universidade.

Mesmo diante de teorias e práticas de países desenvolvidos, em relação aos sistemas de ensino, o Brasil insistia no equívoco com a educação nacional, exemplos disso e criticados por Teixeira foram a Reforma Capanema, a LDB/1961 e a reforma militar de 1971. A LDB/1961 instituiu a liberdade de ensino, reforçando a expansão das escolas privadas com oferta de cursos enciclopédicos. O crescimento do Sistema S e a expansão das escolas secundárias confessionais era uma combinação imperfeita, mas, possível à classe média/popular que demandava por educação, e ao setor produtivo que carecia da mão de obra especializada. A reforma militar, que tornou compulsório o ensino profissional no 2.º grau, tinha tendência tecnicista, voltada à formação para o mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal qual anunciado na introdução, o objetivo desta pesquisa foi analisar as elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica nos escritos anisianos de 1951 a 1971, buscando mediações com a cultura e a pedagogia pragmáticas de origens anglo-americanas. Essa análise foi realizada em etapas e uma delas foi situar a trajetória de Anísio Teixeira no período de 1951 a 1971, mapeando os lugares de sua atuação nos governos estaduais e federal, participação em entidades ou movimentos pela educação pública, assinatura de manifestos e outros. Outra etapa dessa análise foi mapear e categorizar o repertório de temas educacionais abordados por Teixeira nos escritos do período e identificar, nos mesmos escritos, elaborações sobre escola e trabalho, educação para o trabalho e educação profissional e técnica.

Nesse período, a atuação profissional de Anísio Teixeira foi intensa, dirigindo o Inep e a Capes foi decisivo na organização do sistema nacional de educação. É desse período a criação da Escola-Parque na Bahia, uma experiência de escola integral pública que poderia ser uma referência de educação básica para o país.

Nas décadas de 1950 e 1960, Anísio Teixeira mantém suas relações profissionais e acadêmicas com os EUA, no entanto, nessa fase, o educador volta aos EUA com maioridade para atuar como conferencista e professor. Conforme análise dos escritos anisianos de 1951 a 1971, a pedagogia pragmática continua sendo sua referência nesse período. Ainda sobre sua referência pragmática, no final da década de 1960, Anísio Teixeira traduziu dois livros de John Dewey. Anísio Teixeira era crítico da relação política entre Brasil e EUA após o golpe de 1964. Anísio Teixeira decepcionou-se com os EUA. No entanto, essa decepção não abalou sua referência educacional deweyana nem interrompeu suas redes de contatos com intelectuais e com universidades.

Para Anísio Teixeira a educação deveria servir à sociedade e essa sociedade moderna era regida pelo ideal de trabalho, logo a educação para a vida incluía também a educação para o trabalho. Em sua concepção, a educação deveria abordar as três dimensões do conhecimento: acadêmico, científico e tecnológico. Pensar a formação integral do sujeito moderno, como defendia Teixeira por meio da educação integral, perpassa pelas dimensões humanísticas, técnicas e científicas.

Anísio Teixeira atuou na educação nacional com o objetivo de instituir a escola única. Na década de 1950, as leis orgânicas do ensino secundário separavam o ensino profissional do acadêmico e isso incomodava Anísio Teixeira, pois reforçava a dualidade do ensino brasileiro. O intelectual enfrentou diversas batalhas na tentativa de superar a dualidade escolar do país, uma trágica história que reproduzia a divisão social do trabalho, reforçava os privilégios da elite brasileira e dificultava a mobilidade individual e social, sendo um obstáculo à democracia e ao progresso social.

Para Anísio Teixeira a educação integral incluía a formação vocacional, que deveria ser ofertada a todos, sendo uma oferta diversificada que possibilitaria ao sistema de ensino o investimento nas vocações individuais. Os talentos descobertos na escola seriam a promessa de futuro, ele acreditava que a mobilidade social perpassava pela oportunidade escolar e, por meio dela, a descoberta e o investimento nas vocações. Esse seria o caminho para instituição de um sistema meritocrático, no qual o aluno se destacaria pela sua capacidade cognitiva e inteligência e, não, por privilégios de classe.

A escola única, ativa e diversa (compreensiva), o modelo de gestão descentralizado, o investimento nos talentos, a ciência como base para a educação, as ações articuladas com o pensamento (pragmatismo), a educação vinculada ao progresso e a democracia são apropriações anglo-americanas presentes no pensamento de Anísio Teixeira.

No ano de 1924, Anísio Teixeira atuava na educação em âmbito estadual, em seu estado natal. Em 1931 atuou ainda em âmbito estadual, mas, na capital federal à época, Rio de Janeiro. Já, em 1952, o intelectual assumiu importante cargo na área educacional em esfera nacional. Sua atuação à frente do Inep até 1964 foi por um período maior que as oportunidades das décadas de 1920 e 1930. É nessa fase que teve grandes oportunidades de reformas mais profundas e abrangentes na educação nacional.

No entanto, o pensamento de Anísio Teixeira em relação à escola e ao trabalho continua o mesmo. É que o contato com a pedagogia anglo-americana, em 1925, influenciou sua visão sobre escola e trabalho. Nesse sentido, a escola integral é uma constante na atuação de Anísio Teixeira, seja na Bahia, em 1925 e 1947; no Distrito Federal, em 1931; ou no Inep, a partir de 1952: a formação do homem moderno exigia uma educação integral.

Diante desse posicionamento à frente da educação, não foi intenção de Anísio Teixeira a criação de uma escola paralela, mas, instituir a escola integral ao sistema nacional de educação; dessa forma, institucionalizar a escola única, pública, gratuita e de boa qualidade. Sua proposta era levar o trabalho para dentro da escola, instituindo a educação profissional à educação básica. Aliás, para Anísio Teixeira não deveria haver distinção entre educação

profissional e básica, pois a educação para o trabalho e pelo trabalho é parte integrante da formação básica do homem moderno. Nesse sentido, segundo Anísio Teixeira, não se deveria distinguir educação escolar de educação integral, pois toda educação escolar deve ser necessariamente uma educação integral, capaz de preparar o sujeito para atuar numa sociedade democrática, moderna, movida pelo trabalho e em constantes transformações.

Integrando ciência, técnica e humanismo, a Escola-Parque foi uma criação inédita de Anísio Teixeira na década de 1950. Com o propósito de ofertar uma educação pública integral, inspirada na pedagogia pragmática de John Dewey, a Escola-Parque da Bahia foi um projeto inovador na educação baiana, que seria uma inspiração para educação elementar do país. Na década de 1960, Anísio Teixeira difundiu essa proposta em Brasília. Ao criar o sistema de ensino da nova capital federal, construiu escolas-parques para complementar a educação das escolas classes e, assim, oferecer uma educação pública integral.

A pedagogia das escolas-parques era focada na aprendizagem do aluno, por isso era uma escola ativa, interessante, prática, com metodologia baseada em situações problemas e com muitos trabalhos manuais. Nessa proposta, o aluno aprendia por meio das experiências práticas.

Conforme análise de Silva (2016), o posicionamento contrário à escola única, proposta pelos escolanovistas na década de 1920, estava expresso no primeiro texto do jovem Anísio Teixeira. As referências educacionais anglo-americanas, apropriadas após viagens, cursos e estudos da pedagogia e filosofia deweyana, no final da década de 1920, foram significativas para a mudança em seu pensamento. A partir de então, Anísio Teixeira defendeu a escola pública e única ao longo de sua carreira. Anísio Teixeira participou ativamente dos debates da LDB de 1961, defendendo a escola pública e única em diversos eventos educacionais nos quais discursou. Produziu e publicou aproximadamente trinta textos que abordavam essa escola pública como tema.

Sua permanência no Inep durante doze anos, sua atuação nos movimentos, instituições e entidades representativas no campo educacional, bem como sua capacidade de articulação política possibilitaram significativas realizações na educação nacional, como a construção do sistema nacional de educação.

Com um perfil que fugia aos padrões do academicismo, a produção escrita de Anísio Teixeira era de acordo com as suas ações. Seus textos foram publicados na intenção de alargar e democratizar o debate político educacional.

Embasado no pragmatismo, Anísio Teixeira permaneceu, nas décadas de 1950 e 1960, acreditando na ciência como principal meio para a construção de nova cultura nacional. Nesse

sentido foi um mediador nas relações entre ciências humanas e educação no Brasil. A criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e dos centros regionais, em 1955, viabilizou e fomentou diversas pesquisas em parceria com as universidades.

Anísio Teixeira acreditava que os conhecimentos construídos por meio de estudos e pesquisas pautariam as decisões políticas educacionais, levando em consideração a diversidade cultural e a desigualdade social brasileira. Promover a renovação educacional no Brasil era algo bastante complexo diante das diversas questões que se apresentavam, sejam políticas, geográficas ou econômicas. Para tanto Anísio Teixeira se empenhou para atrair importantes intelectuais e pesquisadores da cultura brasileira para a educação. Darcy Ribeiro, Fernando de Azevedo e Gilberto Freyre são alguns intelectuais que contribuíram com a construção da educação como uma ciência no Brasil.

Conforme os estudos de Silva (2016) e Santos (2018), Anísio Teixeira era um entusiasta do modelo educacional anglo-americano. Nesse sentido, sua referência são os EUA desde a década de 1920 até o fim de sua vida. A apropriação da obra deweyana e a prática de fazer circular as ideias pragmáticas do filósofo anglo-americano foram constantes durante sua atuação educacional, ou seja, por toda sua vida profissional. De sua produção escrita no período de 1951 a 1971, aproximadamente 25 textos fazem referências à pedagogia pragmática de Dewey. Destaca-se o texto “Bases da teoria Lógica de Dewey”, escrito em 1955 e publicado em três de seus livros, em 1956 e 1969. Ainda nesse período Anísio Teixeira traduziu *Liberalismo, liberdade e cultura* e *Experiência de educação*, ambas as produções de John Dewey.

Além de fazer circular a pedagogia pragmática na educação brasileira, Anísio Teixeira construiu relações consistentes e duradouras com intelectuais da educação anglo-americana. Essa rede de sociabilidade com os anglo-americanos não foi abalada após as tensões políticas do golpe civil-militar de 1964. Nessa época Anísio Teixeira escreveu em relatos pessoais, por meio de cartas, sua decepção com os EUA. Ele revelou sua decepção e seu descontentamento com aquela nação, que era sua referência de democracia. Anísio Teixeira refutava a atitude imperialista dos EUA e a ditadura militar no governo brasileiro.

Anísio Teixeira percebeu os problemas do crescimento do capitalismo nos EUA, que ameaçavam a democracia do país, e comparou o comportamento do país à Europa, fazendo referência à fase imperialista. O individualismo que prevalecia sobre a comunidade, as guerras como foco central das preocupações políticas, o apoio aos golpes militares na América Latina e o desenvolvimento tecnológico que conduzia a civilização para incertezas e o surgimento das massas foram alguns dos problemas relacionados por Anísio Teixeira. Essas

questões impactavam diretamente a educação anglo-americana, que servia cada vez mais à industrialização, priorizando os conhecimentos especializados em relação à educação geral.

No período de 1951 a 1971, Anísio Teixeira retorna aos EUA por diversas vezes para cumprir compromissos profissionais e buscar referências educacionais. Nessa fase a relação de Anísio Teixeira com os EUA é diferente. Se na década de 1920 o jovem educador viaja ao país para fazer cursos e estudos, na década de 1960 ele tem maioridade, maturidade e autonomia; era um intelectual da educação, especialista na pedagogia pragmática de Dewey. O experiente educador e intelectual brasileiro retornou aos EUA para atuar nas universidades da Colúmbia, Nova Iorque, Califórnia e Williamsburg.

REFERÊNCIAS

I Fontes primárias

ABREU, Jayme. *Carta a Robert J. Havighurst*, Rio de Janeiro, 24 abr. 1964. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2021.

CORREIO PAULISTANO. 30 mar. 1961.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 17 fev. 1960.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 7 jun. 1960.

FOLHA DA NOITE. 15 abr. 1959.

FOLHA DE SÃO PAULO. 27 jun. 1963.

JORNAL DO COMÉRCIO. 17 nov. 1961.

O DIÁRIO. 8 jul. 1959.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 13 mar. 1962.

O ESTADO DE SÃO PAULO, 28 mar. 1961.

O METROPOLITANO. 6 nov. 1960.

TEIXEIRA, Anísio. *Carta a Paulo Duarte Guimarães*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1964. Localização do documento: Arquivo privado – Paulo Duarte Guimarães. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

_____. *Carta a Paulo Duarte Guimarães*. Nova Iorque, 10 nov. 1964. Localização do documento: Arquivo privado – Paulo Duarte Guimarães. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

_____. *Carta a Paulo Duarte*. S.l., 28 dez. 1964. Localização do documento: Arquivo privado – Paulo Duarte Guimarães. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/correspond.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

_____. A educação comum do homem moderno. *Arte e Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 13, mar. 1971.

_____. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005. (Col. Anísio Teixeira; v. 5).

_____. A escola brasileira e a estabilidade social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 28, n. 67, p. 3–29, jul./set. 1957.

- _____. *Cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: FGV/Instituto de Documentação, 1971. 70 p.
- _____. Educação como experiência democrática para cooperação internacional. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 102, abr./jun. 1966. p. 257–272.
- _____. *Educação e o mundo moderno*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2006. (Col. Anísio Teixeira; v. 9).
- _____. *Educação é um direito*. 4. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009. (Col. Anísio Teixeira; v. 7).
- _____. *Educação e universidade*. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010. (Col. Anísio Teixeira; v. 12).
- _____. *Educação não é privilégio*. 7. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007 (Col. Anísio Teixeira; v. 6).
- _____. *Educação no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2011. (Col. Anísio Teixeira; v. 8).
- _____. Educação, suas fases e seus problemas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 56, n. 124, p. 284–286, out./dez. 1971.
- _____. Educar para o equilíbrio da sociedade. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 55, n. 122, p. 191–196, abr./jun. 1971.
- _____. Ensino humanístico e ensino científico em nosso tempo. *Temas*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5–12, maio 1971.
- _____. *Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2005. (Col. Anísio Teixeira; v. 10).
- _____. Escola pública é o caminho para a integração social. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 52, n. 95, p. 210–213, jul./set. 1964.
- _____. Extensão do ensino primário brasileiro. *Boletim Cbai*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 6, p. 1.614–1.618, 1956.
- _____. Falsa elite. *Boletim Informativo Capes*. Rio de Janeiro, n. 60, p. 1–2, nov. 1957.
- _____. O ensino brasileiro. *Boletim da Cbai*. v. 7, n. 10, p. 1.122–1.124, 1953.
- _____. O humanismo técnico. *Boletim Cbai*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1.186–1.187, 1954.
- _____. O problema de formação do magistério. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 46, n. 104, p. 278–287, out./dez. 1966.
- _____. Reorganização e não apenas expansão da escola brasileira. *Boletim Informativo Capes*. Rio de Janeiro, n. 58, p. 1–2, set. 1957.

_____; SILVA, Maurício Rocha e. *Diálogo sobre a lógica do conhecimento*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007. (Col. Anísio Teixeira; v. 11).

_____. Tecnologia e pensamento. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 51, n. 113, jan./mar. 1969. p. 157–159.

_____. Um grande esforço de toda a vida. *Boletim Informativo Capes*. Rio de Janeiro, n. 96, p. 1–3, nov. 1960.

II Outras fontes

ABREU, Jayme. A educação secundária no Brasil: (Ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 86, n. 212, p. 39–84, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2936>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). *Anísio Teixeira na direção do Inep: Programa para a Reconstrução da Nação Brasileira (1952–1964)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 288 p.: il. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYISGMAMkW1/document/id/488796>. Acesso em: março de 2020.

AZEVEDO, Fernando *et al.* *Anísio Teixeira: pensamento e ação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/livro9>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

BIANCHETTI, Lucídio; FÁVERO, Osmar. Maria Julieta Costa Calazans: o papel do Iesae e da Anped na pós-graduação em educação. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/revista-brasileira-educacao-anped-2005-n30/>>. Acesso em: abr. 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. 2018. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/index.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BOMENY, Helena. *O Brasil de JK > Manifesto “Mais uma vez convocados”*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoMaisUmaVez>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BOMENY, Helena. *O Brasil de JK > Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950*. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

BRASIL. *Decreto n. 4.244*. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 9 de abril de 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4244.htm>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. *Lei n. 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL.MEC. CFE. Plano Nacional de Educação, 1962. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2020.

CARVALHO, Darlene Olinda Costa de. *Educação escolar e americanismo em escritos de 1927 e 1934 de Anísio Teixeira*. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. *Caderno de Pesquisa*. v. 44, n. 154, p. 912–933, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742014000400912&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 jan. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. *Série-Estudos* – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n.16, p. 107–131, jul./dez. 2003. Disponível em: <<https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/511>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. O autoritarismo institucional e a extinção do Iesae. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1.257–1.275, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As ações da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548856590_92317ab50d6893d25056d01ac44394aa.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

GIL, Latinoamerica; SKIDMORE, T. CPDOC.Brasil. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/alianca-para-o-progresso-1>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

GOMES, Ângela Castro; HANSEN, Patrícia Santos (Org.^s). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 488 p.

GOUVÊA, Fernando César Ferreira. São assim os baianos: entre afinidades eletivas e regionais a presença de Anísio Teixeira e dos intelectuais baianos no Ministério da Educação nos anos 1950 e 1960. *Revista Entre Ideias*. Salvador, v. 7, n. 2, p. 22–37, jul./dez. 2018. Salvador. Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/entreideias/article/download>. Acesso em: 15 maio 2020.

GOUVEIA NETO, Hermano. *Anísio Teixeira – educador singular*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. Disponível em: <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/livro9>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

JORNAL RBA. *Morte do educador Anísio Teixeira não foi acidental, sustenta professor em livro*. Publicado em 10 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/08/morte-anisio-teixeira-nao-acidental/>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

LACERDA, Maurício Caminha de. A educação não pode ser um privilégio. *Para Todos*. Rio de Janeiro/São Paulo, n. 47/48, maio 1958.

LAGÔA, Ana. *A utopia da educação pública*. Entrevista. *Jornal do Brasil On-Line*. Rio de Janeiro, 18 jul. 1999. Seção Empregos e Educação para o Trabalho.

LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira: estadista da educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Disponível em: <<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro9>>. Acesso em: 22 mar. 2020.

MARTINS, Ivan Pedro de. Educação e sua importância na vida econômica do país. Ainda o caso Anísio Teixeira. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 11 maio 1958. Localização do documento: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC – Arquivo Anísio Teixeira – ATj61.

MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia. O Inep no contexto das políticas do MEC (1950/1960). *Revista Contemporânea de Educação*. v. 1, n. 1, 20 dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1479>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais brasileiros*. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970–1995)*. 2. ed. São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/Anpocs/Capes, 1999. p. 109–147.

MONTALVÃO, Sérgio. A LDB de 1961: apontamentos para uma história política da educação. *Revista Mosaico*. Rio de Janeiro/RJ, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORSE, Richard. *O espelho de próspero: cultura e idéia nas Américas*. São Paulo: C.^{ia} das Letras, 1995.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia da ação*. Bragança Paulista: Edusf, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEDROSA, José Geraldo; OLIVEIRA DUENHAS, Flávia. A presença de Lourenço Filho na educação profissional brasileira dos anos 1950: trabalhos manuais e psicologia da aprendizagem. *Multiverso: Revista Eletrônica do Campus Juiz de Fora – IF Sudeste MG*, [S.l.], v. 4, p. e348, set. 2019. ISSN 2447-8725. Disponível em: <<http://periodicos.jf.ifsudestemg.edu.br/multiverso/article/view/348>>. Acesso em: 15 maio 2020.

PEDROSA, José Geraldo; SILVA, Reislá Suelen de Oliveira. Representações do jovem Anísio Teixeira sobre a Europa e suas escolas (1925). *Cadernos de História da*

Educação, 18(2), 526–547. 2019. Disponível em:
<<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/50307/26763>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

PEDROSA, José Geraldo; BITTENCOURT JÚNIOR, Nilton Ferreira. Americanismo e educação para o trabalho no Brasil: os ginásios polivalentes (1971–1974). *Trabalho & Educação*. ISSN 1516–9537 / e-ISSN 2238-037X, v. 24, n. 1, p. 11–30, 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9408>> Acesso em: 15 maio 2020.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Brasil, v. 6, n. 19, p. 37–50, 2006. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275004>>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROTHEN, José Carlos. Os bastidores da reforma universitária de 1968. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 453–475, maio/ago. 2008. Disponível em:
<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 15 maio 2020.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDAN, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n. I, jul. 2009. Disponível em: <www.rbhcs.com>. Acesso em: 17 setembro 2019.

SANTOS, Heloísa Occhiuze dos. Ideário pedagógico municipalista de Anísio Teixeira. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p.105–124, 2000. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100-15742000000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 28 fev. 2021.

SANTOS, Sandra Lúcia. *Escritos de Anísio Teixeira do período de 1929 a 1951: leituras da Americanidade a partir das viagens à europa (1925) e Estados Unidos da América (1927 e 1929)*. 2018. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Reislá Suelen de Oliveira. *Representações sobre Europa e América e suas escolas: comparação entre os escritos de viagens do jovem Anísio Teixeira (1925–1927)*. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica – Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 231–269.

TEIXEIRA, Anísio; GÓES FILHO, Joaquim Faria. *A tradição da Fundação no campo dos estudos das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. 29 p.

TOLEDO, M. R. DE A. Geografia cultural da Companhia Editora Nacional. *Revista de Fontes*, v. 2, n. 3, p. 41–59, 5 abr. 2015.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Política editorial de traduções: John Dewey na Coleção Cultura, Sociedade e Educação, dirigida por Anísio Teixeira. *Educ. Pesqui.* São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100459&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2020.

VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/livro9>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

XAVIER, Libânia Nacif. A educação no debate intelectual dos anos 50/60. I Congresso Brasileiro de História da Educação – I CBHE. *Anais...* Rio de Janeiro, 6–9 nov. 2000. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/cbhe1/anais/082_libania>. Acesso em: 21 abr. 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. Universidade, pesquisa e educação pública em Anísio Teixeira. *Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 669–682, jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2020.

WARDE, Mirian Jorge. Encantamentos e desencantamentos com a América: os Estados Unidos em escritas de Anísio Teixeira. *Projeto História*. São Paulo, (32), p. 171–189, jun. 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2423/1513%3E%20Acesso>>. Acesso em: 1 mar. 2021.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Rev. Adm. Pública*. Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 913–936, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122016000600913&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2020.

WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA, Anísio. *John Dewey*. Coleção educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.